



Marfrig Alimentos S.A.

Informações trimestrais individuais
(controladora) e consolidadas
em 30 de setembro de 2011 e 2010



Marfrig Alimentos S.A.

Informações trimestrais individuais (controladora) e
consolidadas referentes

Períodos findos em 30 de setembro de 2011 e 2010

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais	3 - 4
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Demonstração de resultados abrangentes	10
Notas explicativas às informações trimestrais	11 - 118



KPMG Auditores Associados
Avenida Paulista, nº 2.313, 6º andar,
01311-300 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 3138-5000
Fax Nacional 55 (11) 3138-5058
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Marfrig Alimentos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Marfrig Alimentos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e as demonstrações das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o CPC 21 - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações intermediárias individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes do exercício e do período anterior

Em 4 de abril de 2011 a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da marca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes revisou e auditou as informações contábeis intermediárias, reapresentadas conforme Deliberação CVM nº 656/2011, e as demonstrações financeiras do período e exercício findos em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatórios datados de 28 de março de 2011, que não continham modificação.

São Paulo, 9 de novembro de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)
CRC 2SP013439/O-5



José Luiz de Souza Gurgel
Contador CRC 1RJ087339/O-4 "S" SP

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Controladora		Consolidado			Nota Explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10			30/09/11	31/12/10		
ATIVO						PASSIVO					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de Caixa	4	1.580.785	2.254.020	3.713.113	3.876.356	Fornecedores		340.293	341.911	2.604.311	2.310.763
Valores a receber - clientes nacionais	5	197.791	237.948	1.062.207	1.109.851	Pessoal, encargos e benefícios sociais	14	61.082	156.892	495.207	537.079
Valores a receber - clientes internacionais	5	92.596	154.172	246.607	252.094	Impostos, taxas e contribuições	15	45.897	28.609	162.722	171.627
Estoques de produtos e mercadorias	6	687.324	576.124	2.623.778	2.249.314	Empréstimos e financiamentos	16	787.522	1.459.146	2.235.711	2.852.561
Ativos biológicos	7	104.974	118.058	784.573	693.040	Títulos a pagar	19	173.125	152.857	428.165	313.632
Impostos a recuperar	8	449.693	439.610	1.014.835	868.638	Arrendamento a pagar	17	18.158	49.826	70.199	89.018
Despesas do exercício seguinte		7.031	7.178	91.192	68.008	Dividendos a pagar	22.6	4.865	4.865	4.865	4.865
Títulos a receber	9	279.157	110.753	33.166	2.877	Juros sobre o capital próprio	22.7	29.833	91.769	29.833	91.769
Adiantamentos a fornecedores		58.976	57.616	76.388	64.909	Juros sobre debêntures	18	100.810	132.000	100.810	132.000
Outros valores a receber		26.266	44.806	163.608	215.152	Antecipações de clientes		89.302	181.687	112.071	181.687
						Outras obrigações		13.063	5.847	178.005	263.558
Total do ativo circulante		3.484.593	4.000.285	9.809.467	9.400.239	Total do passivo circulante		1.663.950	2.605.409	6.421.899	6.948.559
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Empréstimos e financiamentos	16	4.466.515	3.846.442	8.706.365	6.375.244
Aplicações financeiras	4.2	100	189	8.360	7.690	Impostos, taxas e contribuições	15	79.487	94.048	244.324	291.686
Depósitos judiciais		22.041	19.412	23.340	19.548	Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	130.346	135.321	1.421.259	1.463.436
Títulos a receber	9	1.410.205	1.024.247	38.203	11.078	Provisões para contingências	20	15.250	15.250	179.720	223.686
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	674.892	385.914	1.369.084	893.100	Arrendamento a pagar	17	8.112	24.418	253.311	230.193
Impostos a recuperar	8	618.731	529.940	1.171.143	1.008.235	Debêntures a pagar	18	593.624	-	593.624	-
Outros valores a receber		6.274	5.245	122.391	99.818	Títulos a Pagar	19	652.975	107.204	12.765	380.461
						Outros		-	-	285.127	189.908
		2.732.243	1.964.947	2.732.521	2.039.469	Total do passivo não circulante		5.946.309	4.222.683	11.696.495	9.154.614
Investimentos	11	4.750.633	4.796.225	15.774	10.040	Patrimônio líquido					
Imobilizado	12	1.534.539	1.460.474	7.060.893	6.685.588	Capital social	22.1	4.061.478	4.061.478	4.061.478	4.061.478
Ativos biológicos	7	-	-	217.145	277.554	(-) Gastos com emissão de ações	22.1	(74.960)	(74.960)	(74.960)	(74.960)
Intangível	13	968.720	959.449	4.332.710	4.186.696	Reserva de Capital		2.460.085	2.468.450	2.460.085	2.468.450
		7.253.892	7.216.148	11.626.522	11.159.878	Debêntures conversíveis em ações	22.2	2.500.000	2.500.000	2.500.000	2.500.000
Total do ativo não circulante		9.986.135	9.181.095	14.359.043	13.199.347	Encargos na emissão de debêntures conversíveis	22.2	(20.693)	(12.328)	(20.693)	(12.328)
						Aquisição de ações em controladas		(19.222)	(19.222)	(19.222)	(19.222)
						Reservas de lucros		47.486	44.476	47.486	44.476
						Reserva legal	22.3	44.476	44.476	44.476	44.476
						Retenção de Lucros		7.348	7.348	7.348	7.348
						Ações em tesouraria	22.3.2	(4.338)	(7.348)	(4.338)	(7.348)
						Ajuste de avaliação patrimonial	22.4	(40.234)	109.423	(40.234)	109.423
						Ajuste acumulado de conversão	22.5	540.402	307.565	540.402	307.565
						Prejuízos Acumulados		(1.133.788)	(563.144)	(1.133.788)	(563.144)
						Patrimônio líquido de controladores		5.860.469	6.353.288	5.860.469	6.353.288
						Participação de não controladores		-	-	189.647	143.125
						Total do patrimônio líquido		5.860.469	6.353.288	6.050.116	6.496.413
Total do ativo		13.470.728	13.181.380	24.168.510	22.599.586	Total do passivo e patrimônio líquido		13.470.728	13.181.380	24.168.510	22.599.586

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

QUADRO 2

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010
E PARA O 3º TRIMESTRE DE 2011 E 2010.

(Em milhares de reais, exceto o resultado por ação)

	Nota Explicativa	Controladora				Consolidado			
		3º Trimestre 2011	Acumulado 2011	3º Trimestre 2010	Acumulado 2010	3º Trimestre 2011	Acumulado 2011	3º Trimestre 2010	Acumulado 2010
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	23	1.127.249	3.350.866	1.018.756	2.709.464	5.524.176	16.098.327	3.807.244	10.560.693
Custo dos produtos vendidos	24	(846.457)	(2.566.183)	(775.418)	(2.114.384)	(4.711.155)	(13.844.252)	(3.202.206)	(8.811.031)
LUCRO BRUTO		280.792	784.683	243.338	595.080	813.021	2.254.075	605.038	1.749.662
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(1.107.543)	(1.686.067)	(303.493)	(690.660)	(1.728.431)	(3.318.825)	(714.776)	(2.082.213)
Comerciais	24	(81.766)	(230.760)	(76.173)	(186.679)	(378.587)	(1.119.510)	(378.630)	(997.078)
Administrativas e gerais	24	(33.557)	(105.022)	(35.669)	(90.309)	(195.771)	(602.763)	(115.801)	(328.344)
Resultado com equivalência patrimonial		(79.270)	(250.820)	(31.201)	167.054	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais		22.573	65.388	7.984	24.017	206.590	172.837	(8.314)	26.707
Resultado financeiro		(935.523)	(1.164.853)	(168.434)	(604.743)	(1.360.663)	(1.769.389)	(212.031)	(783.498)
Receitas financeiras		67.620	234.779	86.789	139.072	99.685	307.859	99.194	166.135
Variação cambial ativa		71.096	233.625	103.168	115.877	278.599	509.089	179.804	208.915
Despesas financeiras		(456.928)	(989.872)	(351.692)	(630.644)	(635.398)	(1.398.335)	(436.403)	(843.112)
Variação cambial passiva		(617.311)	(643.385)	(6.699)	(229.048)	(1.103.549)	(1.188.002)	(54.626)	(315.436)
RESULTADO OPERACIONAL		(826.751)	(901.384)	(60.155)	(95.580)	(915.410)	(1.064.750)	(109.738)	(332.551)
PREJUÍZO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		(826.751)	(901.384)	(60.155)	(95.580)	(915.410)	(1.064.750)	(109.738)	(332.551)
PROVISÃO PARA IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		286.784	293.954	(8.488)	80.563	372.432	459.545	47.577	314.566
Imposto de renda	30	210.840	216.143	(4.763)	59.461	283.096	351.876	36.519	231.340
Contribuição social	30	75.944	77.811	(3.725)	21.102	89.336	107.669	11.058	83.226
PREJUÍZO NO PERÍODO		(539.967)	(607.430)	(68.643)	(15.017)	(542.978)	(605.205)	(62.161)	(17.985)
ATRIBUÍDO A:									
Participação dos acionistas controladores		(539.967)	(607.430)	(68.643)	(15.017)	(539.967)	(607.430)	(68.643)	(15.017)
Participação dos acionistas não-controladores		-	-	-	-	(3.011)	2.225	6.482	(2.968)
		(539.967)	(607.430)	(68.643)	(15.017)	(542.978)	(605.205)	(62.161)	(17.985)
Prejuízo básico e diluído por ação - ordinária		(1,5574)	(1,7520)	(0,1981)	(0,0433)	(1,5574)	(1,7520)	(0,1981)	(0,0433)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

QUADRO 3

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos acionistas controladores									Total da participação dos controladores	Total da participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados				Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria							
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	4.061.478	(71.603)	(1.748)	37.171	10.654	(10.654)	194.641	234.880	(682.773)	3.772.046	3.772.046	13.858	3.785.904
Gastos com emissão privada de ações	-	(3.357)	-	-	-	-	-	-	-	(3.357)	(3.357)	-	(3.357)
Debêntures Conversíveis em ações	-	-	2.500.000	-	-	-	-	-	-	2.500.000	2.500.000	-	2.500.000
Encargos na emissão de debêntures conversíveis	-	-	(12.329)	-	-	-	-	-	-	(12.329)	(12.329)	-	(12.329)
Aquisição de novas ações em controladas	-	-	(4.924)	-	-	-	-	-	-	(4.924)	(4.924)	-	(4.924)
Resultado abrangente:													
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	(91.674)	-	-	(91.674)	(91.674)	47.957	(43.717)
Variação cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	(102.741)	-	(102.741)	(102.741)	-	(102.741)
Realização de Custo Atribuído (Deemed cost)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixa de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	3.161	-	-	-	3.161	3.161	-	3.161
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.822)	(6.822)	(6.822)	-	(6.822)
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(15.017)	(15.017)	(15.017)	2.968	(12.049)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2010	4.061.478	(74.960)	2.480.999	37.171	10.654	(7.493)	102.967	132.139	(704.612)	6.038.343	6.038.343	64.783	6.103.126
	Atribuído à participação dos acionistas controladores									Total da participação dos controladores	Total da participação dos não-controladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Gasto com emissão de ações	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados				Total
				Reserva Legal	Retenção de Lucros	Ações em Tesouraria							
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	4.061.478	(74.960)	2.468.450	44.476	7.348	(7.348)	109.423	307.565	(563.144)	6.353.288	6.353.288	143.125	6.496.413
Encargos na emissão de debêntures conversíveis	-	-	(8.365)	-	-	-	-	-	-	(8.365)	(8.365)	-	(8.365)
Resultado abrangente:													
Variação cambial sobre os investimentos líquidos	-	-	-	-	-	-	(112.871)	-	-	(112.871)	(112.871)	44.297	(68.574)
Variação cambial - Conversão balanço	-	-	-	-	-	-	-	232.837	-	232.837	232.837	-	232.837
Realização de Custo Atribuído (Deemed cost)	-	-	-	-	-	-	(36.786)	-	36.786	-	-	-	-
Baixa de ações em Tesouraria	-	-	-	-	-	3.010	-	-	-	3.010	3.010	-	3.010
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	(607.430)	(607.430)	(607.430)	2.225	(605.205)
EM 30 DE SETEMBRO DE 2011	4.061.478	(74.960)	2.460.085	44.476	7.348	(4.338)	(40.234)	540.402	(1.133.788)	5.860.469	5.860.469	189.647	6.050.116

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

QUADRO 4

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Acumulado 2011	Acumulado 2010	Acumulado 2011	Acumulado 2010
PREJÚZO NO PERÍODO	(607.430)	(15.017)	(607.430)	(15.017)
Itens de resultado que não afetam o caixa	1.033.837	169.880	1.454.703	444.621
Depreciação	52.347	43.721	364.071	257.922
Amortização	1.620	-	183.867	100.298
Participação dos acionistas não controladores	-	-	2.225	(2.968)
Provisão para contingências e não realização de créditos tributários	-	39	9.467	(139.201)
Tributos diferidos	(293.954)	(82.574)	(566.807)	(333.418)
Resultado com equivalência patrimonial	250.820	(167.054)	-	-
Variação cambial sobre financiamentos	480.730	(113.858)	885.231	(70.904)
Variação cambial demais contas de ativo e passivo	(70.970)	687	(206.318)	(35.616)
Despesas de juros sobre dívidas financeiras	301.143	405.920	579.479	519.347
Despesas de juros sobre arrendamento financeiro	21.061	18.548	31.134	19.503
Despesas de juros sobre Debêntures	302.502	62.135	302.502	62.135
Despesas financeiras sobre outros passivos	-	2.820	-	8.583
Ajuste a valor presente dos arrendamentos	(15.471)	-	(15.471)	-
Reversão passivo contingente	-	-	(229.946)	-
Baixa do ativo imobilizado	4.009	(504)	115.269	58.940
Mutações patrimoniais	(395.542)	(972.892)	(787.072)	(767.752)
Contas a receber de clientes	50.348	159.998	34.609	316.965
Estoques	(98.117)	(323.377)	(433.120)	(679.415)
Depósitos judiciais	(2.629)	(2.898)	(3.712)	5.678
Pessoal, encargos e benefícios sociais	(95.810)	62.696	(64.534)	181.945
Fornecedores e adiantamento	(2.979)	41.968	185.641	140.331
Tributos correntes e diferidos	(96.147)	(251.041)	(344.345)	(463.349)
Títulos a receber e a pagar	(73.586)	(366.340)	212.135	151.976
Outras contas ativas e passivas	(76.622)	(293.898)	(373.746)	(421.883)
Fluxo de caixa das atividades operacionais	30.865	(818.029)	60.201	(338.148)
Atividades de investimentos				
Investimentos	-	(1.174.217)	(1)	(679.476)
Aplicações em ativo imobilizado e ativo biológico	(130.420)	(135.887)	(684.371)	(504.779)
Aplicações no ativo intangível	(11.090)	(9.265)	(33.731)	(625.876)
Aplicações no ativo diferido	-	-	-	(1.832)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(141.510)	(1.319.369)	(718.103)	(1.811.963)
Atividades de financiamentos				
Dividendos / JSCP Pagos no exercício	(61.936)	-	(61.936)	-
Debêntures	598.200	2.487.671	598.200	2.487.671
Juros liquidados Debêntures	(244.831)	-	(244.831)	-
Empréstimos e financiamentos	(803.469)	491.329	88.271	1.982.852
Empréstimos obtidos	1.358.895	2.903.391	4.723.263	5.620.460
Empréstimos liquidados	(2.162.364)	(2.412.062)	(4.634.992)	(3.637.608)
Arrendamento a pagar	(53.564)	(51.586)	(40.407)	(60.024)
Arrendamentos obtidos	1.731	1.189	66.861	5.095
Arrendamentos liquidados	(55.295)	(52.775)	(107.268)	(65.119)
Ações em tesouraria	3.010	3.160	3.010	3.160
Emissão de ações e gastos com emissão de ações	-	(3.357)	-	(3.357)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(562.590)	2.927.217	342.307	4.410.302
Variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa	-	-	152.352	(12.615)
Fluxo de caixa do período	(673.235)	789.819	(163.243)	2.247.576
Caixa, contas bancárias e aplicações de liquidez imediata				
Saldo final	1.580.785	3.419.544	3.713.113	5.281.014
Saldo inicial	2.254.020	2.629.725	3.876.356	3.033.438
Variação no período	(673.235)	789.819	(163.243)	2.247.576

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

QUADRO 5

MARFRIG ALIMENTOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
1 - RECEITAS	3.356.528	2.713.503	16.300.341	10.662.298
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	3.350.866	2.709.464	16.098.327	10.560.693
1.2) Outras Receitas	-	-	126.825	51.786
1.3) Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa-Reversão/(Constituição)	5.662	4.039	75.189	49.819
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)	2.720.625	2.420.129	12.991.045	8.566.941
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	1.881.253	1.599.961	9.311.086	6.834.714
2.2) Materiais, energia.serviços de terceiros e outros	283.760	326.593	3.017.973	1.127.058
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	555.612	493.575	661.986	605.169
2.4) Outros	-	-	-	-
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	635.903	293.374	3.309.296	2.095.357
4 - DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	53.967	43.721	547.938	358.220
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3 - 4)	581.936	249.653	2.761.358	1.737.137
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	217.584	422.003	810.258	378.701
6.1) Resultado de equivalência patrimonial	(250.820)	167.054	-	-
6.2) Receitas financeiras	468.404	254.949	816.948	375.050
6.3) Outros	-	-	(6.690)	3.651
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5 + 6)	799.520	671.656	3.571.616	2.115.838
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	799.520	671.656	3.571.616	2.115.838
8.1) Pessoal	259.014	223.938	1.867.774	946.784
8.1.1 - Remuneração direta	168.315	145.463	1.385.124	716.572
8.1.2 - Benefícios	72.908	65.744	367.596	175.000
8.1.3 - F.G.T.S	17.791	12.731	115.054	55.212
8.2) Impostos, taxas e contribuições	412.342	76.377	565.076	269.006
8.2.1 - Federais	330.405	68.761	351.876	172.718
8.2.2 - Estaduais	81.912	7.608	207.719	91.031
8.2.3 - Municipais	25	8	5.481	5.257
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	735.594	386.358	1.743.971	918.033
8.3.1 - Juros	723.697	376.039	1.566.383	829.913
8.3.2 - Aluguéis	11.897	10.319	177.588	88.120
8.3.3 - Outras	-	-	-	-
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	(607.430)	(15.017)	(605.205)	(17.985)
8.4.1 - Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-
8.4.2 - Dividendos	-	-	-	-
8.4.3 - Prejuízo do período	(607.430)	(15.017)	(607.430)	(15.017)
8.4.4 - Participação dos não controladores nos lucros e prejuízos retidos	-	-	2.225	(2.968)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

QUADRO 6**MARFRIG ALIMENTOS S.A.****DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010****E PARA O 3º TRIMESTRE DE 2011 E 2010.****(Em milhares de reais)**

	Controladora				Consolidado			
	3º Trimestre 2011	Acumulado 2011	3º Trimestre 2010	Acumulado 2010	3º Trimestre 2011	Acumulado 2011	3º Trimestre 2010	Acumulado 2010
PREJUÍZO NO PERÍODO	(539.967)	(607.430)	(68.643)	(15.017)	(542.978)	(605.205)	(62.161)	(17.985)
Varição cambial sobre os investimentos líquidos	(79.424)	(112.871)	(104.519)	(91.674)	(79.424)	(112.871)	(104.519)	(91.674)
Varição cambial - Conversão balanço	327.329	232.837	11.449	(102.741)	327.329	232.837	11.449	(102.741)
Total do resultado abrangente do período	247.905	119.966	(93.070)	(194.415)	247.905	119.966	(93.070)	(194.415)
Total do resultado abrangente do período	<u>(292.062)</u>	<u>(487.464)</u>	<u>(161.713)</u>	<u>(209.432)</u>	<u>(295.073)</u>	<u>(485.239)</u>	<u>(155.231)</u>	<u>(212.400)</u>
ATRIBUÍDO A:								
Participação dos acionistas controladores	(292.062)	(487.464)	(161.713)	(209.432)	(292.062)	(487.464)	(161.713)	(209.432)
Participação dos acionistas não controladores					(3.011)	2.225	6.482	(2.968)

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS INDIVIDUAIS (CONTROLADORA) E CONSOLIDADAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Marfrig Alimentos S.A., companhia de capital aberto tem como objetivo a produção de produtos alimentícios, e a exploração de atividades frigoríficas, como abate de bovinos, suínos, ovinos e aves; industrialização, distribuição, importação, exportação e comercialização de produtos e subprodutos de origem animal, comestíveis ou não, em estabelecimentos próprios ou de terceiros.

A Marfrig Alimentos S.A. foi fundada em 6 de junho de 2000 tornando-se uma Sociedade Anônima em 26 de março de 2007. A Companhia obteve seu Registro (nº 20788) na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 18 de junho de 2007 e realizou sua Oferta Pública Inicial (IPO) em 29 de junho de 2007, tendo suas ações listadas no Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA) sob o código MRFG3. Em 28 de abril de 2009 a razão social da Companhia foi alterada para Marfrig Alimentos S.A. Seu capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2011 era constituído de 346.983.954 ações ordinárias onde 150.903.836 ações ou 43,49% estão sobre o controle da MMS Participações S.A. e 196.080.118 ações ou 56,51% estão em circulação como “freefloat” no mercado de capitais. A MMS Participações S.A. é controlada por Marcos Antonio Molina dos Santos e Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, cada qual com 50% de participação.

Como participante do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia está vinculada à Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

As ações da Companhia também fazem parte dos principais indicadores de desempenho do mercado de capitais brasileiro, como o Ibovespa (o mais importante indicador do desempenho médio das cotações do mercado de ações brasileiro), o IBRX-50 (carteira teórica composta por 50 ações selecionadas entre as mais negociadas na BM&FBOVESPA em termos de liquidez) e o ICO2 (carteira teórica composta por companhias que adotaram práticas transparentes com relação a suas emissões de gases efeito estufa). As ações da Marfrig também integram os seguintes índices da bolsa brasileira: Índice Brasil - IBRX; Índice Valor Bovespa - IVBX-2; Índice Small Cap - SMLL, Índice MidLarge Cap - MLCX; Índice do Setor Industrial - INDX; Índice de Consumo - ICON; Índice de Ações com Tag Along Diferenciado - ITAG e Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada - IGC.

As posições, patrimonial e financeira, da Companhia devem ser consideradas no contexto operacional das atividades integradas dos seguintes segmentos de negócio, organizadas de acordo com a proteína animal que dá origem à receita, com estruturas próprias profissionalizadas e, segmentados em:

- Bovinos, Ovinos e Couro, com operações de abate de animais localizadas unicamente na América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile) e Europa;
- Aves, Suínos e produtos elaborados e processados, com operações no Brasil, Europa, Estados Unidos, Oriente Médio e Ásia.

DIVISÃO DE BOVINOS, OVINOS E COURO

- Bovinos Brasil:

- Marfrig Alimentos S.A. (Brasil) - composta por 9 unidades de abate e processamento de carne bovina, sendo 1 delas também utilizadas no abate de ovinos, 2 curtumes, 1 fábrica de higiene e limpeza e 1 confinamento, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Rondônia, além de 3 Centros de Distribuição no Estado de São Paulo.
- MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A., atual denominação da Frigoclass Alimentos S.A., composta por 14 unidades de abate e processamento de carne bovina, sendo 1 delas também utilizada no abate de ovinos e 3 unidades de industrialização de carne bovina, localizadas nos Estados de São Paulo, Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná e Rondônia - a participação da Marfrig é de 100%.
- Masplen Ltd (Ilha de Jersey), (empresa que detém 100% da Pampeano Alimentos S.A. (Brasil)). A Pampeano é produtora de carnes enlatadas e outros produtos industrializados no Estado do Rio Grande do Sul - a participação da Marfrig é de 100%.
- Marfrig Overseas Ltd (Ilhas Cayman), empresa constituída para fins de captação de recursos no exterior pela emissão de “Notes” - a participação da Marfrig é de 100%.
- Marfood USA Inc. (EUA), produtora e distribuidora de *beef jerky* para o mercado norte-americano, detentora da marca Pemmican - a participação da Marfrig é de 100%.
- MFG Agropecuária Ltda. - explora a atividade agropecuária envolvendo a criação, trato, manejo, engorda, compra e venda e transporte de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves e bufalinos em pé e embriões, possui 9 plantas de confinamento. - a participação da Marfrig é de 99,99%;
- MFG Comercializadora de Energia Ltda. - explora as atividades de comercialização de energia; a prestação dos serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia e, a pesquisa de soluções voltadas à qualidade e eficiência de energia elétrica. - a participação da Marfrig é de 99,99%;

- Bovinos Internacional (Argentina, Uruguai, Chile e Europa):
 - Quickfood S.A. (Argentina) é uma companhia de capital aberto, detentora da marca PATY, produtora e distribuidora de *beef jerky* para o mercado norte-americano e diversos outros destinos de exportação, líder nos mercados argentino, uruguaio e chileno de hambúrgueres, com 5 plantas de abate, 3 unidades de produtos processados e industrializados de carne bovina e 1 fábrica de legumes e vegetais congelados, a participação da Marfrig é de 90,05%. Em 1º de maio de 2011 as empresas Argentine Breeders & Packers S.A, Best Beef S.A e Mirab S.A. foram incorporadas pela Quickfood S.A. Com esta operação a Estância Del Sur S.A, passou a ser controlada diretamente pela Quickfood S.A., que agora detém de 100% de participação.
 - Frigorífico Tacuarembó S.A. (Uruguai), que opera uma unidade de abate e industrialização de carne bovina - a participação da Marfrig é de 93,66%;
 - Inaler S.A. (Uruguai), unidade de abate de bovinos e ovinos - a participação da Marfrig é de 100%;
 - Marfrig Chile S.A. (Chile) uma unidade de desossa de carne e *trading*, ambos no mercado chileno - a participação da Marfrig é de 99,47%. A Marfrig Chile incorporou em 21 de dezembro de 2009 as empresas Quinto Cuarto S.A. e PBP Chile Limitada, as quais eram suas subsidiárias. Ainda, a Marfrig Chile S.A detém 100% do Frigorífico Patagonia S.A. (Chile), que opera um frigorífico de cordeiros na Patagônia;
 - Prestcott International S.A. (Uruguai), que detém 100% da empresa Cledinor S.A. (Uruguai), frigorífico de bovinos e ovinos na cidade de Salto - a participação da Marfrig é de 100%;
 - Establecimientos Colonia S.A. (Uruguai), frigorífico de bovinos na cidade de Colonia - a participação da Marfrig é de 100%;
 - Columbus Netherlands B.V. (Holanda) - participação da Marfrig é de 100%, a qual detém 59,17% da empresa Gydeny S.A., que é a holding que controla 100% do Grupo Zenda (Uruguai) opera na industrialização e comercialização de couros acabados e cortados, além de suas afiliadas na Argentina, México, Estados Unidos, Alemanha, África do Sul, Chile, Hong Kong e China.
 - Weston Importers Ltd. (Reino Unido), trading que atua no mercado europeu e que detém 100% da empresa CDB Meats Ltd. (Reino Unido), produtora de carnes industrializadas. - a participação da Marfrig é de 100%

DIVISÃO DE AVES, SUÍNOS E PRODUTOS ELABORADOS E PROCESSADOS

- Aves, Suínos e Produtos Elaborados e Processados - (SEARA)
 - Seara Holdings (Europe) B.V., que detém 100% da Babcora Holding Participações Ltda., a qual detém 100% da Seara Alimentos S.A (Brasil) além de suas afiliadas na Europa e na Ásia - a participação da Marfrig é de 100%.
 - Secculum Participações Ltda. (Brasil) - a participação da Marfrig é de 99% e União Frederiquense Participações Ltda. (Brasil) - a participação da Marfrig é de 99,99%, empresas que em conjunto detêm 100% da empresa Frigorífico Mabella Ltda. A Mabella opera uma unidade de abate de suínos no Estado de Santa Catarina e uma unidade de abate e industrialização de carne suína no Estado do Rio Grande do Sul. Também concentra as operações de frangos e suínos da Marfrig, contemplando as empresas e seus respectivos percentuais de participação, abaixo:
 - DaGranja Agroindustrial Ltda. - a participação da Mabella é de 94%;
 - Braslo Produtos de Carnes Ltda. - a participação da Mabella é de 100%;
 - MAS Frangos Participações Ltda. - a participação da Mabella é de 100%, a qual detém 100% da Agrofrango Indústria e Comércio de Alimentos Ltda.;
 - Penasul Alimentos Ltda. - a participação da Mabella é de 100%.

A operação de frango é formada por 7 plantas de abate de aves e 7 unidades de processamento e industrialização de carne de aves nos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Distrito Federal.

 - MBL Alimentos S.A., empresa que opera na criação de suínos - a participação da Mabella é de 100%.

As operações de aves e suínos - Brasil - produzem e comercializam produtos com as marcas Seara, Pena Branca e DaGranja, sendo as duas últimas de titularidade da Marfrig Alimentos S.A.
- Aves, Suínos e Produtos Elaborados e Processados - Internacional (Moy Park, Kitchen Range e Keystone)
 - Marfrig Holdings (Europe) - B.V. (Holanda),
 - Detém 100% da Moy Park Holdings (Europe) Limited -Empresa com sede na Irlanda do Norte-, que detém 100% das empresas Moy Park Group (Irlanda do Norte) e Kitchen Range Foods Ltd. (Inglaterra), que opera 3 plantas de abate de aves e 8 plantas de produtos processados e industrializados na Inglaterra, Irlanda do Norte, França e Holanda.

- Detém 100% da MFG (USA) Holding Inc., que detém os ativos da Keystone nos Estados Unidos, que em conjunto com as demais unidades da Keystone, atuam globalmente na área de desenvolvimento, produção, comercialização e distribuição de alimentos a base de carnes de aves, peixes, suínas e bovinas, especializada no canal “*Food Services*”. Atende a mais de 28.000 restaurantes em 14 países, incluindo: EUA, Europa (França e Reino Unido), Ásia (China, Tailândia, Malásia e Coreia do Sul), Austrália, Nova Zelândia e Oriente Médio (Emirados Arabes, Kwait, Bahrain, Qatar e Oman)
- Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l.:

A Marfrig Alimentos S/A detém os ativos Keystone na Europa e na Ásia através da subsidiária McKey Luxembourg Holdings S.a.r.l.; Ambas as operações atuam nas áreas de desenvolvimento, produção, comercialização e distribuição de alimentos a base de carnes de aves, peixes, suínas e bovinas, especializada no canal “*Food Services*”. Atende a mais de 28.000 restaurantes em 14 países, incluindo: EUA, Europa (França e Reino Unido), Ásia (China, Tailândia, Malásia e Coreia do Sul), Austrália, Nova Zelândia e Oriente Médio (Emirados Arabes, Kwait, Bahrain, Qatar e Oman) - a participação da Marfrig é de 100%.

Referente ao fato relevante de 18 de setembro de 2011 (potencial venda do negócio da Keystone Distribuição), a Administração da Companhia entende que no período findo em 30 de setembro de 2011, ainda não se aplicava a reclassificação dos ativos, direitos e obrigações, em bens disponíveis para venda, uma vez que tais ativos e passivos encontravam-se em processo de segregação dos negócios entre proteínas e distribuição.

A expectativa da Administração é realizar a cisão destes ativos e passivos ainda no quarto trimestre.

A Companhia não identificou a necessidade de efetuar uma possível perda por redução do valor de recuperação de qualquer ativo ou passivo registrado nas informações trimestrais do período findo em 30/09/2011.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Informações trimestrais consolidadas

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidos pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Informações trimestrais individuais

As informações trimestrais individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, notadamente o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, e estão sendo apresentadas com as demonstrações financeiras consolidadas. As práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS apenas pela apresentação dos investimentos em controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto, conforme IFRS seria custo ou valor justo.

2.2. BASE DE APRESENTAÇÃO

As informações trimestrais individuais (controladora) e consolidadas são apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações trimestrais consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos não-circulantes e instrumentos financeiros.

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas de acordo com o IFRS e Pronunciamentos Técnicos - CPC requerem o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as informações trimestrais individuais e consolidadas, estão demonstradas na nota explicativa nº 3.1.4.

2.2.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais de cada controlada constante da consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas usando-se a moeda funcional de cada entidade.

Conforme dispõe o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2), a moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas controladas, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus produtos e serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos de produção é pago ou incorrido. As informações trimestrais consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Marfrig Alimentos S.A.

Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do período, e a conversão dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

Os resultados e a posição financeira de todas as controladas incluídas no consolidado e investimentos avaliados por equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos pela moeda de apresentação, conforme abaixo:

- i. os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras consolidadas;
- ii. as contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal da taxa de câmbio;
e
- iii. todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes Consolidados, na rubrica de “Ajuste acumulado de conversão”.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das informações trimestrais são as seguintes:

3.1.1. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

- Receita

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida quando o Grupo transfere os riscos e benefícios da propriedade para o comprador e é provável que o Grupo receba o pagamento anteriormente acordado. Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são entregues ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Companhia.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e as informações trimestrais consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas entre controladora e suas controladas.

- Receita e Despesa Financeira

Representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos.

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.1.2. Relatórios por Segmento

Segmentos operacionais são reportados de maneira consistente com os relatórios internos entregues ao principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais foi identificado como a equipe da administração, incluindo o Diretor Executivo, o Diretor de Operações e o Diretor Financeiro.

A Administração da Companhia identificou dois segmentos divulgáveis estrategicamente organizados de acordo com a proteína animal, sendo (i) bovinos, ovinos e couros e, (ii) aves, suínos e produtos elaborados e processados, que atendem os parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação, conforme nota explicativa nº 27.

3.1.3. Subvenções governamentais

As concessões governamentais recebidas sobre despesas de capital são geralmente deduzidas quando da obtenção do valor contábil do ativo adquirido. As concessões para despesas de receita são compensadas com os custos incorridos pelo Grupo. Se a retenção de uma concessão governamental depende de o Grupo satisfazer determinados critérios, essa retenção é inicialmente reconhecida como receita diferida. Quando os critérios para retenção forem satisfeitos, o saldo da receita diferida é divulgado nas informações trimestrais dos resultados abrangentes ou compensado com o ativo adquirido.

3.1.4. Estimativas contábeis

A elaboração das informações trimestrais individuais (controladora) e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, quando aplicáveis, o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e as provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia e suas controladas revisam as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Segue abaixo os assuntos objeto de julgamento pela Companhia:

- vida útil dos bens do ativo imobilizado;
- ativos biológicos;
- perda por redução ao valor recuperável de tributos;
- perda por redução ao valor recuperável de intangível com vida útil indefinida, incluindo ágio;
- mensuração ao valor justo de itens relacionados à combinação de negócios;

- valor justo de instrumentos financeiros e derivativos;
- perdas com créditos de liquidação duvidosa;
- provisão para obsolescência dos estoques;
- imposto de renda e contribuição social diferido ativo e passivo;
- provisão para processos judiciais (contingências);
- plano de opção de compra de ações - *stock option plan* ; e
- ajuste a valor presente.

3.1.5. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida e patrimônio, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo pelo resultado, de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação conforme segue:

- Mantidos até o vencimento

Se a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses devem ser classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

- Disponíveis para venda

Os investimentos da Companhia em instrumentos de patrimônio e de certos ativos relativos a instrumentos de dívida devem ser classificados como disponíveis para venda. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações, exceto reduções em seu valor recuperável e as diferenças em moeda estrangeira destes instrumentos são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Quando um investimento deixa de ser reconhecido, o ganho ou perda acumulada no patrimônio líquido é transferido para resultado. A Companhia não tem nenhum ativo financeiro classificado nesta categoria de instrumentos financeiros.

- Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não sejam cotados em mercado ativo.

- Mensurados ao valor justo pelo resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo pelo resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo pelo resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo pelo resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

- Passivos Financeiros

Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor recuperável.

- Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados a valor justo e são instrumentos derivativos financeiros ativamente negociados em mercados organizados, seu valor justo é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de encerramento das informações trimestrais. No reconhecimento inicial, são classificados como outros ativos e/ou passivos financeiros com contrapartida no resultado nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

3.1.6. Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional, bem como das empresas controladas no Brasil, é o Real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de demonstrações financeiras, aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. A moeda funcional das empresas localizadas no exterior é a do respectivo país onde operam, exceto as empresas localizadas no Uruguai, cuja moeda funcional é o dólar norte-americano. As conversões para a moeda de reporte são feitas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R2).

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

3.1.7. Ativos circulante e não circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

- Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e, quando aplicável, ajustado ao seu valor presente.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização desses valores.

- Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou produção, sendo ajustados aos valores de mercado ou de realização.

- Investimentos

Os investimentos da controladora em empresas controladas e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais

- Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na nota explicativa nº 12 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens e com base nos prazos contratuais dos imóveis alugados quanto às benfeitorias efetuadas.

Os encargos financeiros dos financiamentos contratados na fase de construção de bens integrantes do ativo imobilizado são capitalizados até o ativo entrar em operação.

Adicionalmente, com o objetivo de mensurar seus ativos imobilizados ao valor justo, a Companhia optou na data de 1 de janeiro de 2009 (transição para adoção das IFRS) por adotar o conceito de “*deemed cost*” constante dos pronunciamentos do CPC 27 e ICPC 10, conforme descrito na nota explicativa nº 12.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

- Arrendamento

- Arrendamento financeiro

Determinados contratos de arrendamento transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um ativo. São caracterizados como contratos de arrendamento financeiro, sendo registrados no momento inicial como ativo imobilizado em contrapartida do passivo pelo seu valor presente ou valor justo.

- Arrendamento operacional

Determinados contratos são classificados como arrendamento operacional quando sua substância não atende os requerimentos de arrendamento financeiro. Os pagamentos desses contratos são registrados como despesa no resultado linearmente pela vigência dos contratos e uso do bem correspondente.

- Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros, inclusive por meio de combinação de negócios, e os gerados internamente pela Companhia. São registrados pelo custo de aquisição ou formação, deduzido da amortização calculada pelo método linear, com base nos prazos dos direitos de exploração decorrentes dos contratos de arrendamento e com base nos prazos estimados de recuperação.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida e o ágio por expectativa de rentabilidade futura não são amortizados e têm o seu valor recuperável testado anualmente.

O ágio representa o excesso do total da contraprestação paga sobre a diferença entre o valor justo dos ativos, adquiridos e passivos assumidos na data de obtenção do controle da empresa adquirida.

O ágio é capitalizado como um ativo intangível, sendo que qualquer *impairment* do seu valor contábil é reconhecido na demonstração de resultado. Sempre que o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos exceder o total da contraprestação paga, a diferença será reconhecida integralmente na demonstração dos resultados abrangentes consolidada na data de aquisição.

3.1.8. Ativo biológico

Conforme Deliberação CVM nº 596/09, atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de ativos biológicos animais e/ou plantas vivos para venda ou para conversão em produtos agrícolas ou em ativos biológicos adicionais. A Companhia classifica bovinos, aves e suínos vivos como ativos biológicos.

A Companhia reconhece os ativos biológicos quando ela controla esses ativos como consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos futuros associados a esses ativos fluirão para a Companhia e o valor justo pode ser mensurado de forma confiável.

De acordo com a Deliberação CVM nº 596/09, os ativos biológicos devem ser mensurados ao valor justo menos as despesas de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para os casos em que o valor justo não possa ser mensurado de forma confiável.

A Companhia valoriza os bovinos pelo seu valor justo com base em preços de mercado, enquanto aves e suínos são valorizados pelo custo de aquisição, uma vez que não há mercado ativo para aves e suínos.

3.1.9. Redução do valor recuperável

Os testes de *impairment* sobre o ágio e outros ativos intangíveis com vida útil econômica indefinida são anualmente testados no encerramento do exercício financeiro. Outros ativos não financeiros são submetidos a testes de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que seu valor contábil pode não ser recuperável. Quando o valor contábil de um ativo excede a sua quantia recuperável (isto é, o maior entre o valor de uso e o valor justo menos os custos da venda), uma provisão é reconhecida para trazer o valor contábil ao seu valor de recuperável.

Quando não é possível estimar o valor recuperável de um ativo individual, o teste de *impairment* é realizado em sua unidade geradora de caixa (CGUs): o menor grupo de ativos ao qual o ativo pertence e para o qual existem fluxos de caixa separadamente identificáveis. O ágio é alocado no reconhecimento inicial a cada uma das CGUs do Grupo que se espera serem beneficiadas das sinergias da combinação que ocasionou o ágio.

As perdas por *impairment* são incluídas no resultado, exceto na medida em que invertam os ganhos anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes. Uma perda por *impairment* reconhecida para o ágio não é revertida.

3.1.10. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

3.1.11. Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que não haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.1.12. Plano de remuneração baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e na demonstração do resultado conforme as condições contratuais sejam atendidas e de acordo com o comentado na nota explicativa nº 25.

3.1.13. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é apurado com base no lucro real. O imposto de renda e a contribuição social são recolhidos mensalmente sobre bases de cálculo estimadas, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente.

Os ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são registrados em conformidade com a legislação tributária e Deliberação CVM nº 599/09 - Tributos sobre Lucro, e levam em consideração o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade revisado anualmente.

A Companhia e suas controladas optaram pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, manifestando sua opção, de forma irretratável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos quando o valor contábil de um ativo ou passivo difere de sua base fiscal, exceto para as diferenças decorrentes de :

- reconhecimento inicial do ágio;
- reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e no momento em que a transação não afete nem o lucro contábil nem o lucro tributável; e

- investimentos em subsidiárias e entidades controladas em conjunto, em que o Grupo seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença e seja provável que a diferença não reverterá no futuro previsível.

O reconhecimento dos ativos fiscais diferidos está restrito às ocasiões em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra os quais a diferença possa ser utilizada.

O valor de ativos e passivos é determinado utilizando-se as alíquotas tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data das informações trimestrais e que se espera que sejam aplicáveis quando os (ativos) e passivos diferidos forem (recuperados) e liquidados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados quando o Grupo possui um direito legalmente exequível de compensar ativos e passivos fiscais circulantes e os ativos e passivos fiscais diferidos se relacionam a esses impostos cobrados pela mesma autoridade fiscal nos seguintes casos:

- Para a mesma empresa do grupo tributável; ou
- Para as diferentes entidades do grupo que pretendem liquidar os ativos e passivos fiscais circulantes pelo valor líquido ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada exercício futuro em que valores significativos de ativos e passivos fiscais diferidos devam ser liquidados ou recuperados.

3.1.14. Dividendos e Juros sobre capital próprio.

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante, por ser considerada uma obrigação legal prevista no estatuto social. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração antes do encerramento do período contábil a que se referem às informações trimestrais, ainda não aprovadas pelos acionistas, é registrada como dividendo adicional proposto, no patrimônio líquido.

Para fins de apresentação das informações trimestrais, os juros sobre capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

3.1.15. Lucro por ação

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período, conforme preconizado pela deliberação CVM 636/10 (CPC 41 - Resultado por ação), excluindo as ações classificadas como ações em tesouraria.

Diluído

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição e também se ajustando quaisquer outras alterações nas receitas ou despesas que resultariam da conversão das ações ordinárias potenciais diluidoras.

3.1.16. Ajuste a Valor Presente

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, os ativos e passivos não circulantes, bem como os ativos e passivos circulantes relevantes, são registrados a valor presente, a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada nas contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo da vida do ativo ou passivo com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Os ajustes a valor presente foram apurados com base na média entre a taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e Custódia utilizada pela Companhia para remuneração dos acionistas (taxa estabelecida como a de retorno do capital próprio) e a taxa média de captação de recursos no mercado financeiro (taxa estabelecida como a de retorno do capital de terceiros), atingindo, assim, o índice médio de 10,53% a.a. em 30 de setembro de 2011 (10,16% a.a. para 31 de dezembro de 2010).

Os prazos utilizados na apuração do ajuste a valor presente variam de acordo com atividade operacional envolvida, correspondendo à expectativa média do prazo para liquidação, por exemplo: prazo médio de recebimento de vendas, prazo médio de pagamento, prazo da liquidação dos parcelamentos tributários e outros que sejam necessários.

As taxas praticadas e os prazos estabelecidos, atrelados aos fatores de risco envolvidos nas operações da Companhia, estão perfeitamente refletidos na apuração do valor presente.

3.1.17. Gastos com emissão de ações

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 8 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 649/2010, os custos de transação incorridos na captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais devem ser contabilizados, de forma destacada, em conta redutora de patrimônio líquido, deduzidos os eventuais efeitos fiscais.

3.1.18. Ações em tesouraria

Tratam-se das ações da Companhia que foram adquiridas por ela própria, mantidas em Tesouraria com finalidade específica de atendimento ao exercício do plano de opções de ações da Companhia, conforme nota explicativa nº 22.3.2. O montante de ações em tesouraria é registrado em conta própria e, para fins de apresentação de balanço, é deduzido da Reserva de Lucros, cujo saldo foi utilizado para tal operação.

3.1.19. Combinação de negócios

As combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação no valor justo aos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição devem ser contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração avalia os ativos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios, a partir da data de aquisição, deve ser alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida a serem atribuídos a essas unidades.

3.1.20. Consolidação

As práticas contábeis são aplicadas de forma uniforme em todas as empresas consolidadas e consistentes com aquelas utilizadas em períodos anteriores.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas do grupo;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados decorrentes de negócios entre as empresas do grupo.

3.1.21. Participação de não controladores

- Para combinações de negócios concluídas a partir de 1º de Janeiro de 2010, o Grupo tem a escolha de reconhecer inicialmente qualquer participação não controladora na adquirida pelo valor justo na data de aquisição ou, conforme exigido antes de 1º de janeiro de 2010, pela parcela proporcional da participação não controladora nos ativos líquidos da adquirida. O grupo escolheu não optar pela utilização do valor justo nas aquisições concluídas até a data.
- A partir de 1º de janeiro de 2010, outros resultados abrangentes de subsidiárias não integrais devem ser atribuídos aos proprietários da controladora e à participação minoritária na proporção de suas participações relativas. Antes desta data, as perdas para as quais não há reserva nessas subsidiárias eram atribuídas exclusivamente ao grupo. Em conformidade com as disposições transitórias da IAS 27 (2008), o valor contábil da participação minoritária na data efetiva da alteração não foi atualizado.

3.1.22. Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

3.1.23. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o trimestre findo em 30 de setembro de 2011, sendo essas:

- Improvements to IFRS 2010 (IAS 24);
- IFRS 9 Financial Instruments;
- Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14);

- Amendments to IAS 32 Classification of rights issues;
- Amendments to IAS 1 Presentation of Financial Statements;
- Amendments to IAS 19 Employee Benefits;
- IFRS 10 Consolidated Financial Statements;
- IFRS 11 Joint Arrangements;
- IFRS 12 Disclosure of interest in other entities;
- IFRS 13 Fair value measurement.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes às IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto não estimaram a extensão do impacto destas novas normas em suas informações trimestrais.

3.2. INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS CONSOLIDADAS

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações da Companhia e das suas controladas:

CONTROLADAS DIRETAS	Porcentagem de Participação	
	30/09/11	31/12/10
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	100,00%	100,00%
Marfrig Chile S.A	99,47%	99,47%
Inaler S.A	100,00%	100,00%
Frigorífico Tacuarembó S.A	93,66%	93,53%
Weston Importers Ltd	100,00%	100,00%
Masplen Limited	100,00%	100,00%
Prestcott International S.A	100,00%	100,00%
Seculum Participações Ltda	99,00%	99,00%
União Frederiquense Partic. Ltda	99,99%	99,99%
QuickFood S.A	90,05%	90,05%
Establecimientos Colonia S.A	100,00%	100,00%
Marfrig Holdings (Europe) BV	100,00%	100,00%
Seara Holding (Europe) BV	100,00%	100,00%
Columbus Netherlands BV	100,00%	100,00%
Marfrig Overseas Ltd	100,00%	100,00%
Marfood USA Inc.	100,00%	100,00%
Keystone Foods International Holdings, LLC ⁽¹⁾	-	100,00%
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l ⁽¹⁾	100,00%	-
MFG Agropecuária Ltda. ⁽²⁾	99,99%	-
MFG Comercializadora de Energia Ltda ⁽³⁾	99,99%	-

(1) Foi aprovada e concluída em 01 de março de 2011, em Assembléia Geral Extraordinária realizada nesta data, a incorporação, pela Marfrig Alimentos S.A., de sua subsidiária integral, a Keystone Foods International Holdings LLC, sociedade devidamente constituída e validamente existente segundo as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação apresentado aos acionistas na oportunidade. Como resultado da Incorporação, a Marfrig substituiu os investimentos que detinha na Keystone Foods International pelo acervo líquido da mesma, sendo esta extinta. A Incorporação não acarretou modificação do patrimônio líquido da Marfrig e, conseqüentemente, não houve emissão de novas ações, motivo pelo qual não se fez necessário estabelecer qualquer relação de substituição de ações. A incorporação propiciou a unificação da administração, estrutura física e operação de suas atividades, gerando maior eficiência, otimização de recursos e melhoria da rentabilidade dos negócios a que se dedicam, atendendo, assim, aos interesses dos respectivos acionistas. A incorporação resultou na consolidação das partes envolvidas em uma única sociedade, tendo promovido a sinergia entre suas atividades e a racionalização de custos administrativo-financeiros do grupo a que pertencem. Em 1º de julho de 2011 a empresa Mckey Luxembourg Holdings APMEA S.a.r.l, através de transferência de ações, passou a ser controlada pela Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l.

(2) Essa empresa iniciou suas atividades operacionais no 2º trimestre de 2011, tendo por finalidade explorar a atividade agropecuária envolvendo a criação, trato, manejo, engorda, compra e venda e transporte de bovinos, equinos, suínos, caprinos, ovinos, aves e bufalinos em pé e embriões, possui 8 plantas de confinamento.

(3) Essa empresa encontra-se pré-operacional, explora as atividades de comercialização de energia; a prestação dos serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia e, a pesquisa de soluções voltadas à qualidade e eficiência de energia elétrica.

As informações trimestrais das companhias controladas e sediadas no exterior foram elaboradas, originalmente em sua moeda local, em conformidade com a legislação vigente em cada país onde estão localizadas, e foram convertidas, às práticas contábeis emanadas pelo *International Financial Reporting Standards* - IFRS, e em dólares norte-americanos (US\$) sendo posteriormente, convertidas para Reais, pela taxa cambial correspondente na data do balanço.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Referem-se aos valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras, conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Caixa e bancos	542.407	91.899	1.396.928	682.364
Aplicações financeiras	1.038.378	2.162.121	2.316.185	3.193.992
	<u>1.580.785</u>	<u>2.254.020</u>	<u>3.713.113</u>	<u>3.876.356</u>

As disponibilidades das empresas controladas são demonstradas de forma consolidada abaixo:

	Brasil		Exterior	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Caixa e bancos	223.834	112.751	630.687	477.714
Aplicações financeira	149.930	168.729	1.127.877	863.142
	<u>373.764</u>	<u>281.480</u>	<u>1.758.564</u>	<u>1.340.856</u>

A Companhia tem como política apresentar os seguintes itens na composição do caixa e equivalentes de caixa:

- Saldos em espécie disponível no caixa;

- Depósitos bancários à vista;
- Numerário em trânsito;
- Aplicações financeiras de liquidez imediata.

4.1. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA POR MOEDA

Segue abaixo o demonstrativo de caixa e equivalente de caixa por moeda:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Caixa e Bancos:				
Reais	318.988	9.298	350.488	36.746
Dólar Norte-americano	212.881	78.097	549.681	240.278
Euro	1.998	-	123.486	124.833
Libra esterlina	8.540	4.504	166.594	131.529
Dolar Canadense	-	-	2.516	740
Ringgit Malasia	-	-	19.384	13.656
Yuan Chinês	-	-	150.205	75.592
Outros	-	-	34.574	58.990
	<u>542.407</u>	<u>91.899</u>	<u>1.396.928</u>	<u>682.364</u>

4.2. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Segue abaixo o demonstrativo das aplicações financeiras por modalidade:

	Vencimentos	PMPV ⁽¹⁾	Moeda	Taxa de juros média a.a%	Controladora	
					30/09/11	31/12/10
Mantidos para negociação						
Certificados de depósito Bancario - CDB (2)	18/09/2015	2,75	Real	11,89	621.061	1.427.786
Operação Compromissada	22/08/2013	0,62	Real	12,07	277.067	616.544
Poupança Aplicação Automática (2)	Imediato	-	Real	6,42	2	31
Outros (2)	Imediato	-	Real	0,00	666	967
					<u>898.796</u>	<u>2.045.328</u>
Empréstimos e recebíveis						
Conta Remunerada	31/03/2014	2,39	Dolar	0,35	70.411	54.685
					<u>70.411</u>	<u>54.685</u>
Mantidos para negociação (3)						
Nota de Crédito Externa	08/01/2013	2,05	Dolar	0,35	-	55.406
Nota de Crédito Externa	04/09/2014	2,97	Euro	0,35	7.519	6.700
Titulos de capitalização	29/04/2014	2,62	Real	2,43	102	191
CLN	08/01/2013	1,29	Dolar	6.89	61.650	-
					<u>69.271</u>	<u>62.297</u>
Total					<u>1.038.478</u>	<u>2.162.310</u>
Total circulante					1.038.378	2.162.121
Total não circulante					100	189

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos.

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim serem resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do lastro da operação.

(3) Apesar da data de ter vencimento em 2013 e 2014 os títulos são classificados para negociação pois tem liquidez imediata, ou seja, podem ser resgatados a qualquer momento, dependendo da decisão da administração da Companhia e, não estão sujeitas a mudança significativa de valor.

					Consolidado	
	Vencimentos	PMPV ⁽¹⁾	Moeda	Taxa de juros média a.a%	30/09/11	31/12/10
Mantidos para negociação						
Certificados de depósito Bancário - CDB (2)	18/09/2015	1,92	Real	11,63	768.911	1.596.194
Certificados de depósito Bancário - CDB (2)	31/03/2012	0,25	Dolar	0,35	26	23
Operação Compromissada	29/10/2015	0,62	Real	12,07	277.067	616.544
Títulos e Ações	30/09/2012	0,10	Dolar	5,00	-	1.676
Poupança Aplicação Automática (2)	Imediato	-	Real	6,42	2	31
Prazo Fixo	30/09/2012	0,10	Dolar	0,11	35.047	-
Circ. 1456	31/12/2011	0,74	Dolar	5,97	33.328	40.902
Outros (2)	Imediato	-	Real	-	2.451	968
					1.116.832	2.256.338
Empréstimos e recebíveis						
Conta Remunerada	31/03/2014	2,39	Dolar	0,35	70.411	54.685
					70.411	54.685
Mantidos para negociação (3)						
Nota de Crédito Externa	08/01/2013	2,05	Dolar	0,35	-	55.406
Nota de Crédito Externa	04/09/2014	2,97	Euro	0,35	7.519	6.700
Títulos de capitalização	29/04/2014	2,24	Real	1,25	1.185	191
Títulos de capitalização	2022	-	Dolar	-	7.473	7.822
CLN	31/12/2015	1,29	Dolar	6.89	1.121.125	820.540
					1.137.302	890.659
Total					2.324.545	3.201.682
Total circulante					2.316.185	3.193.992
Total não circulante					8.360	7.690

(1) Prazo médio ponderado de vencimento em anos.

(2) As operações foram contratadas com liquidez diária, podendo assim serem resgatadas a qualquer momento, o vencimento mencionado é o vencimento do lastro da operação.

(3) Apesar da data de ter vencimento em 2013 e 2014 os títulos são classificados para negociação pois tem liquidez imediata, ou seja, podem ser resgatados a qualquer momento, dependendo da decisão da administração da Companhia e, não estão sujeitas a mudança significativa de valor.

As modalidades de aplicações financeiras da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

4.2.1 Certificado de Depósito Bancário - CDB

As aplicações desta modalidade são efetuadas em reais e remuneradas a taxas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a qual está situada entre 99% a 107%.

4.2.2 *Operação Compromissada*

Operações lastreadas em debêntures, que são efetuadas em reais e remuneradas a taxas de acordo com a variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), a qual está situada entre 100% a 102,4%. Esta operação tem liquidez imediata, pois pode ser resgatada antecipadamente sem prejuízo de redução de rendimentos.

4.2.3 *CLN - Creditlinked note*

Operação estruturada com banco de primeira linha no exterior. As aplicações desta modalidade são efetuadas em dólares americanos e remuneradas a uma taxa fixa.

4.2.4 *Poupança Aplicação Automática*

Os saldos em conta-corrente remanescentes diariamente, em reais, são transferidos automaticamente para esta modalidade de aplicação, sendo remunerados por taxas praticadas no mercado financeiro.

4.2.5 *Prazo Fixo*

As aplicações desta modalidade são efetuadas em dólares norte-americanos, não existindo remuneração, sendo esta operação específica do Uruguai.

4.2.6 *Circular 1456*

As aplicações desta modalidade referem-se a operações oriundas de exportação, efetuadas em dólares norte-americanos junto ao Banco Central do Uruguai, remuneradas à taxa pré-fixada, sendo realizadas entre 180 e 270 dias antes da exportação.

4.2.7 *Conta Remunerada*

Trata-se de valores recebidos em dólares americanos, oriundos de exportações e operações financeiras, mantidos em contas no exterior. A remuneração é efetuada sobre uma taxa pré-fixada.

4.2.8 *Nota de Crédito Externa*

As aplicações desta modalidade são efetuadas em Euro e Dólar e são remuneradas a uma taxa pré-fixada.

4.2.9 Títulos de Capitalização

As aplicações desta modalidade são efetuadas em reais e remuneradas à variação da Taxa Referencial (TR).

4.2.10 Títulos e ações

Aplicação financeira efetuada em dólar de liquidez imediata junto ao Banco Galicia, remuneradas a 5% a.a.

5. VALORES A RECEBER - CLIENTES NACIONAIS E INTERNACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Valores a receber - clientes nacionais	199.216	245.864	1.064.414	1.117.767
(-) Ajuste a valor presente	(1.425)	(7.916)	(2.207)	(7.916)
	197.791	237.948	1.062.207	1.109.851
Valores a receber - clientes internacionais	500.436	385.032	1.072.352	533.385
(-) Adiantamentos de Câmbio	(407.021)	(230.860)	(824.044)	(281.291)
(-) Ajuste a valor presente	(819)	-	(1.701)	-
	92.596	154.172	246.607	252.094
	290.387	392.120	1.308.814	1.361.945
Valores a vencer	678.870	626.322	1.639.938	1.186.956
Valores vencidos				
de 1 a 30 dias	11.336	3.681	239.671	318.673
de 31 a 60 dias	1.146	537	86.733	81.533
de 61 a 90 dias	8.300	356	85.663	43.463
Acima de 90 dias	5.662	4.267	159.950	81.954
(-) Adiantamento de cambiais entregues - ACE'S	(407.021)	(230.860)	(824.044)	(281.291)
(-) Ajuste a valor presente	(2.244)	(7.916)	(3.908)	(7.916)
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	(5.662)	(4.267)	(75.189)	(61.427)
	290.387	392.120	1.308.814	1.361.945

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

Com o objetivo de chegar à melhor estimativa possível, no que tange à realização dos referidos créditos, e, assim, constituir adequadamente a provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de setembro de 2011, a Administração da Companhia analisou aspectos peculiares a respeito de seus clientes, tais como: ramo de negócio, situação do crédito em geral, a conjuntura econômica de mercado e ainda os títulos vencidos há mais de 90 dias, cuja expectativa de recebimento seja improvável.

A Companhia não tem histórico de problemas relevantes com recebimento de clientes, sendo certo que o Departamento de Contas a Receber analisa cada cliente quando do cadastro e concessão dos créditos.

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	(4.267)	(61.427)
Créditos provisionados no exercício	(2.338)	(63.228)
Créditos recuperados no exercício	943	50.887
Créditos baixados definitivamente da posição	-	1.283
Variação cambial	-	(2.704)
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>(5.662)</u>	<u>(75.189)</u>

Para o financiamento das vendas a prazo, a Companhia utiliza linhas de crédito de financiamento de capital de giro disponíveis no mercado financeiro.

A conjuntura econômica atual já apresenta tendência de melhora no tocante às vendas e volume de crédito no mercado, o que reflete no poder de compra dos clientes e no pagamento dentro do prazo.

Os valores a receber foram atualizados ao valor presente, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/2008, conforme descrito na nota explicativa nº 3.1.16.

6. ESTOQUES DE PRODUTOS E MERCADORIAS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Produtos acabados	663.178	728.852	2.150.867	1.913.454
Matérias-primas	2.703	-	277.697	314.785
Embalagens e Almojarifados	21.443	25.220	228.189	236.442
(-) Provisão	-	(177.948)	(32.975)	(215.367)
	<u>687.324</u>	<u>576.124</u>	<u>2.623.778</u>	<u>2.249.314</u>

No período findo em 30 de setembro de 2011 e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, os estoques de produtos acabados foram avaliados pelo custo médio das compras e/ou produção, inferiores aos valores de realização, conforme destacado na nota explicativa nº 3.1.7.

Os saldos da provisão para ajuste ao valor de mercado são principalmente relacionados a uma redução no custo ou ajuste de mercados relacionados aos impactos em certas matérias-primas adquiridas pela Companhia e que tiveram um declínio nos preços de vendas dos produtos prontos. Como resultado de valores mais elevados em matérias-primas mais custos estimados de conclusão da produção, em um montante superior ao preço de venda menos custos estimados de vendas, a Companhia reconheceu ajustes ao valor líquido de realização, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>(177.948)</u>	<u>(215.367)</u>
Utilização de provisão	177.948	217.434
Constituição de provisão	-	(33.485)
Ganhos/perdas na conversão	-	(1.557)
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>-</u>	<u>(32.975)</u>

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia não identificou razões para possíveis ajustes ao valor recuperável dos estoques da controladora, desta forma o saldo de 31 de dezembro de 2010 foi consumido.

7. ATIVOS BIOLÓGICOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Ativo biológico - gado	104.974	118.058	313.935	293.914
Ativo biológico - aves	-	-	246.422	218.346
Ativo biológico - suínos	-	-	200.822	180.780
Ganho/Perda na conversão	-	-	23.394	-
Ativo biológico - corrente	<u>104.974</u>	<u>118.058</u>	<u>784.573</u>	<u>693.040</u>
Ativo biológico - gado	-	-	21.838	27.858
Ativo biológico - aves	-	-	160.938	220.430
Ativo biológico - suínos	-	-	25.243	29.266
Ganho/Perda na conversão	-	-	9.126	-
Ativo biológico - não corrente	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>217.145</u>	<u>277.554</u>
	<u>104.974</u>	<u>118.058</u>	<u>1.001.718</u>	<u>970.594</u>

Os ativos biológicos correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves, suínos e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são os destinados ao abate para produção de carne *in natura* e/ou produtos industrializados.

No tocante a aves e suínos, os mesmos são considerados imaturos até atingirem o peso adequado para abate. O processo de abate ocorre de forma sequencial em um curto período de tempo e, dessa forma, apenas os animais vivos transferidos para abate são classificados como maduros.

Devido não haver cotação de mercado para aves e suínos, a Companhia avaliou esses ativos biológicos com base num modelo do fluxo de caixa descontado, não identificando variações materiais em relação ao custo de aquisição. Nesse caso a Companhia entende que o valor justo dos ativos biológicos está substancialmente representado pelo custo de formação, haja vista o curto ciclo de vida dos animais.

Com relação a bovinos, trata-se de animais mantidos em confinamento para engorda e abate, cujo ciclo de vida é em média de 3 anos. A Companhia realizou a valorização desses animais a valor justo, baseado no conceito “*Mark to Market - MtM*”, considerando as cotações da arroba do boi / vaca disponíveis no mercado, reconhecendo os efeitos destas valorizações diretamente no resultado.

Os ativos biológicos não correntes da Companhia são compostos por animais vivos segregados entre as categorias: aves, suínos e bovinos. Os animais classificados nesse grupo são matrizes, destinados a reprodução. Os ativos biológicos não correntes são amortizados linearmente de acordo com a vida útil do animal.

Segue abaixo demonstrativo de movimentação do ativo biológico:

Ativo biológico corrente:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	118.058	693.040
Aumento devido a aquisições	70.190	806.613
(-) Baixa para abate	(116.101)	(3.687.904)
Gastos com insumos para engorda	36.065	3.130.222
(-) Diminuição devido a vendas	-	(190.010)
Aumento líquido (Redução) devido aos nascimentos (mortes)	(1.317)	(1.746)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	(1.921)	10.337
Conversão de balanço	-	24.021
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>104.974</u>	<u>784.573</u>

Ativo biológico não corrente:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	-	277.554
Aumento devido a aquisições	-	68.920
(-) Baixa para abate	-	(89.493)
Gastos com insumo para engorda	-	131.415
Diminuição devido a vendas	-	(6.705)
Mudança no valor justo menos despesas estimadas de venda	-	957
Amortização	-	(173.629)
Outros	-	(1.000)
Conversão de balanço	-	9.126
Saldo em 30 de setembro de 2011	-	217.145

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços-ICMS	382.038	310.396	656.239	474.717
Crédito Presumido do IPI	61.046	61.046	71.018	71.668
Crédito de PIS	160.793	108.394	318.163	227.343
Crédito da Cofins	620.029	483.110	1.303.470	1.008.912
Imposto de Renda	74.831	74.885	114.209	115.015
Contribuição Social	12.677	12.862	20.513	19.630
IRRF	22.610	56.084	37.877	57.105
IVA	-	-	55.312	35.490
Certificados de exportação	-	-	22.423	15.004
Créditos ONCCA	-	-	8.439	8.020
(-) Provisão por não realização	(271.953)	(239.486)	(451.213)	(288.034)
Outros	6.353	102.259	29.528	132.003
	<u>1.068.424</u>	<u>969.550</u>	<u>2.185.978</u>	<u>1.876.873</u>
Ativo Circulante	449.693	439.610	1.014.835	868.638
Ativo não Circulante	618.731	529.940	1.171.143	1.008.235

8.1. ICMS

O saldo do ICMS a recuperar é proveniente da obtenção de créditos por compras de matérias-primas, materiais de embalagem e secundários em volume superior aos débitos gerados nas vendas locais, haja vista que as vendas ao mercado externo são isentas. A realização dos créditos se dará através de compensação com débitos gerados nas vendas no mercado interno ou por transferências para terceiros.

8.2. CRÉDITO PRESUMIDO DO IPI

Refere-se ao ressarcimento de PIS e COFINS incidentes sobre os insumos adquiridos no mercado interno para consumo no processo de bens efetivamente exportados.

8.3. PIS E COFINS

Refere-se ao crédito não cumulativo do PIS e da COFINS, de acordo com as Leis nº 10.637/02 e 10.833/03, incidente sobre as aquisições de matérias-primas, materiais de embalagem e materiais secundários, utilizados nos produtos comercializados no mercado externo.

8.4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Referem-se às antecipações de Impostos de Renda e Contribuição Social realizadas até o período findo em 30 de setembro de 2011.

8.5. IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF

Refere-se ao IRRF sobre ganhos nas aplicações financeiras realizadas pela Companhia.

8.6. IVA - IMPOSTO SOBRE VALOR AGREGADO

Referem-se aos saldos de IVA a recuperar existentes em controladas no exterior, provenientes da diferença de imposto entre as compras e vendas, haja vista a diferença da taxa de alimentos ser menor que a maioria das transações.

8.7. CERTIFICADOS DE EXPORTAÇÃO

Referem-se aos certificados emitidos pelo governo do Uruguai a título de devolução de um percentual do imposto pago pelos exportadores.

8.8. CRÉDITOS ONCCA (OFICINA NACIONAL DE CONTROLE COMERCIAL AGROPECUÁRIO)

Trata-se de um benefício concedido, na Argentina, pelo *Ministério de Agricultura Ganadeira y Pesca* às empresas que investem em confinamentos (*Feedlots*).

8.9. PROVISÃO PARA NÃO REALIZAÇÃO

As provisões para não realização foram calculadas com base na melhor expectativa de realização dos saldos de impostos a recuperar da Companhia sendo os principais créditos de PIS / COFINS.

A movimentação da provisão por não realização dos impostos a recuperar está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>(239.486)</u>	<u>(288.034)</u>
Constituição de provisão	(32.467)	(163.179)
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u><u>(271.953)</u></u>	<u><u>(451.213)</u></u>

9. TÍTULOS A RECEBER

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Partes relacionadas	1.638.475	1.130.316	-	-
Outros títulos a receber	<u>50.887</u>	<u>4.684</u>	<u>71.369</u>	<u>13.955</u>
Total	<u><u>1.689.362</u></u>	<u><u>1.135.000</u></u>	<u><u>71.369</u></u>	<u><u>13.955</u></u>
Ativo Circulante	279.157	110.753	33.166	2.877
Ativo não Circulante	<u><u>1.410.205</u></u>	<u><u>1.024.247</u></u>	<u><u>38.203</u></u>	<u><u>11.078</u></u>

Os títulos a receber da Companhia, em sua maior parte, são compostos por saldos gerados nas transações com suas empresas controladas (partes relacionadas), conforme descrito na nota explicativa nº 9.1.

9.1. PARTES RELACIONADAS

As tabelas abaixo, exceto quando se tratar das operações vinculadas ao Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos, únicos sócios da MMS Participações S.A., mostram as operações entre à Companhia e suas subsidiárias integrais, em 30 de setembro de 2011, as quais não devem ser consideradas como partes relacionadas a Companhia, visto que tais operações integram o curso regular dos negócios e são eliminadas no consolidado da Companhia, não tendo qualquer impacto nos seus resultados e, portanto, não causando quaisquer efeitos aos seus acionistas:

30 de Setembro de 2011	Controladora					
	30/09/11					
	Contas a receber	Contas a pagar	Títulos a receber	Títulos a pagar	Compras	Vendas
Agrofrango Ind. Com. Alim. Ltda.	-	-	3.286	-	-	284
Braslo Produtos de Carne Ltda	4.316	2.206	27.534	-	15.050	64.339
Cledinor S.A.	-	2.647	-	-	5.036	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	-	-	201.776	-	122	1
Establecimientos Colonia S.A.	-	2.494	-	-	4.740	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	6	5.379	-	1.884	-
Grupo Mabella	48	817	18.411	-	6.342	737
Inaler S.A.	-	972	-	-	484	-
Keystone MC Lux	1.117	-	31	-	-	1.055
Marfood USA	375	-	76.017	-	-	363
Marfrig Chile Inversiones Ltda	13.191	-	-	-	-	23.445
Marfrig Holdings BV	-	-	137	627.090	-	-
Marfrig Overseas	-	-	143.845	-	-	-
MBL Alimentos Ltda	44	-	47	275	-	838
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	12.531	43.869	780.415	-	634.442	169.381
MFG Agropecuária	71	5.097	36.732	-	14.656	11.673
MFG (USA) Holdings.	-	-	22.061	-	-	-
Moy Park Holdings Europe Limited	-	-	47.168	-	-	-
Pampeano Alimentos S.A.	18.527	4	160.540	-	1.507	72.620
Penasul Alimentos Ltda	390	-	4.047	-	2	-
Penasul UK	-	-	23	-	-	-
Quickfood S.A.	-	7.190	4.184	-	12.111	-
Seara Holding BV	409	833	77.688	-	3.844	4.144
Weston Importers Ltd.	16.239	-	-	-	-	11.118
Zendaleather S.A. (ZENDA)	560	-	29.154	18.684	-	4.376
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	6.866	-	-	12.654	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	126	-	-	3.597	-
	<u>67.818</u>	<u>73.127</u>	<u>1.638.475</u>	<u>646.049</u>	<u>716.471</u>	<u>364.374</u>

Marfrig Alimentos S.A.

31 de Dezembro de 2010	Controladora					
	31/12/10				2010	
	Contas a receber	Contas a pagar	Titulos a receber	Titulos a pagar	Compras	Vendas
Argentine Breeders & Packers S.A.	-	-	-	-	11.263	-
Frigorífico Tacuarembó S.A.	-	2.480	26	-	7.551	-
Inaler S.A.	-	3.683	-	-	8.101	-
Marfrig Chile S.A	8.770	-	-	-	-	19.340
Weston Importers Ltd.	24.346	3	-	-	-	33.313
Establecimientos Colonia S.A.	-	1.945	-	-	4.664	-
Cledinor S.A.	-	945	-	-	6.782	-
Quickfood S.A.	-	8.973	1.119	-	14.276	-
Moy Park Limited	-	-	1.108	-	-	-
Grupo Mabella	8.827	5.038	63.224	-	21.527	241
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	15.073	49.900	540.452	-	426.950	116.359
Pampeano Alimentos S.A.	12.144	112	173.144	-	103	54.782
Seara Holding (Europe) BV	112	7.789	22.891	1.002	1.005	1.099
Zendaleather S.A. (ZENDA)	20	-	9.469	16.363	-	37
Marfood USA	-	16	62.000	-	-	-
Dagranja Agroindustrial Ltda	-	-	201.767	-	3.930	3.567
Marfrig Holdings (Europe) BV	-	-	20.020	-	-	-
Braslo Produtos de Carne Ltda	-	-	27.601	939	18.032	84.253
MBL Alimentos Ltda	-	-	4	275	-	776
Mas Frangos Part. Ltda.	-	-	3.194	-	-	-
Penasul Alimentos Ltda	-	-	223	58.795	-	3.311
Agrofrango Ind. Com. Alim. Ltda.	-	-	81	-	-	451
Marfrig Overseas	-	-	3.293	-	-	-
Keystone International	-	-	700	-	-	-
Marcos Antonio Molina dos Santos	-	5.984	-	-	41.057	-
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	-	3.888	-	-	17.034	-
	<u>69.292</u>	<u>90.756</u>	<u>1.130.316</u>	<u>77.374</u>	<u>582.275</u>	<u>317.529</u>

	Consolidado			
	Contas a Pagar		Total de Compras no período	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Marcos Antonio Molina dos Santos	6.866	5.984	12.654	41.057
Marcia Aparecida Pascoal Marçal dos Santos	126	3.888	3.597	17.034
	<u>6.992</u>	<u>9.872</u>	<u>16.251</u>	<u>58.091</u>

O acionista controlador da Companhia, MMS Participações S.A., e seus únicos sócios, avalizaram determinados contratos financeiros da Companhia. Não foram pagos quaisquer valores à acionista controladora e seus sócios pelas garantidas oferecidas. Em caso de inadimplemento desses contratos, os credores poderão exigir o pagamento das dívidas diretamente do acionista controlador e seus sócios e, caso esses realizem tal pagamento, eles terão direito de regresso contra a Companhia.

O Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos e sua esposa, por meio da Maremar - Administração de Bens S/C Ltda., a qual é controlada por eles, adquiriram uma propriedade na qual são desenvolvidos estudos genéticos para aprimoramento de raças bovinas de corte e confinamento, cuja capacidade é de 7.800 animais. O abate é realizado pelas unidades frigoríficas de bovinos da Companhia. Não há relacionamentos com outros diretores e acionistas do Grupo Marfrig.

As operações mencionadas no parágrafo anterior foram realizadas em alinhamento com os preços de mercado da arroba do boi praticados pela Companhia na data da aquisição, com base nos parâmetros valorativos indicados e divulgados pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ.

De acordo com o Estatuto Social, o Conselho de Administração deverá aprovar qualquer transação ou conjunto de transações cujo valor anual seja igual ou superior ao valor de alçada da Diretoria, definido pelo próprio Conselho de Administração, envolvendo a Companhia e qualquer parte relacionada, direta ou indiretamente, sendo parte relacionada definida como qualquer administrador da Companhia, empregado ou acionista que detenha, direta ou indiretamente, mais de 10% do capital social.

Todos os relacionamentos entre coligadas e controladas da Companhia estão demonstrados na nota explicativa nº 1 - CONTEXTO OPERACIONAL.

Os relacionamentos entre as empresas do Grupo Marfrig são representados por transações mercantis (compras e vendas) e remessas de numerários para pagamento de tais transações e para capital de giro, sempre em condições semelhantes às que seriam aplicáveis às partes não relacionadas.

As transações de mútuos entre as empresas relacionadas são geridas por contratos, estipulando prazos, taxas e condições diversas. O prazo médio dos contratos é de 2 anos. As taxas de mútuos variam de 1% a.a. até 3% a.a. + LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), sendo esta última aplicada nas transações com as empresas controladas no exterior.

As transações de compra ou venda acompanham o valor de mercado, não havendo exigência de garantias e, tampouco, provisão para créditos de liquidação duvidosa. Tais operações envolvem compra e venda de carne *in natura* e produtos industrializados de bovinos, aves, ovinos e suínos.

As operações entre as empresas controladas não impactam as informações trimestrais consolidadas, haja vista que são eliminadas no processo de consolidação.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - ATIVO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Imposto de renda	494.989	282.505	1.052.976	693.552
Contribuição social	179.903	103.409	316.108	199.548
Ativo não circulante	674.892	385.914	1.369.084	893.100

Os créditos fiscais referem-se ao imposto de renda e a contribuição social diferidos, calculados sobre as adições temporárias que foram adicionadas na apuração do lucro real e na base de cálculo da contribuição social do exercício corrente e anteriores, bem como apurados sobre prejuízos fiscais, adições temporárias e sobre futuro aproveitamento fiscal de ágio pago por rentabilidade futura, os quais serão realizados ao longo do exercício de 2011 a 2015.

Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração das Companhias. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade atual no futuro, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente contingências fiscais, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização.

Segue abaixo a movimentação dos tributos diferidos no período findo em 30 de setembro de 2011:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2010	282.505	103.409	693.552	199.548
(-) Realização por aproveitamento fiscal do ágio	(16.076)	(5.787)	(16.076)	(5.787)
(-) Realização de tributos sobre prejuízo fiscal	-	-	(16.365)	-
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal	214.455	-	330.176	-
Tributos diferidos sobre base de cálculo negativa de CSL	-	77.204	-	115.315
(-) Realização de tributos diferidos sobre base negativa de CSL	-	-	-	(5.019)
(-) Realização de tributos diferidos sobre reserva de reavaliação	-	-	(5.300)	(1.908)
Tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	14.105	5.077	30.464	4.472
(-) Realização de tributos diferidos sobre adições/exclusões temporárias	-	-	(2.249)	(190)
Reversão de provisão para não realização de diferidos	-	-	(4.583)	(1.652)
Outros	-	-	43.357	11.329
Saldo final em 30 de Setembro de 2011	<u>494.989</u>	<u>179.903</u>	<u>1.052.976</u>	<u>316.108</u>

A expectativa de recuperabilidade dos saldos de ativos diferidos da Companhia e suas controladas estão baseadas em laudo de avaliação, elaborado por profissionais especializados. O valor de uso dos créditos é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores expectativas da Companhia para futuras gerações de lucros tributáveis. As projeções de fluxo de caixa descontado levaram em consideração as mudanças observadas no panorama econômico dos mercados de atuação da Companhia, bem como premissas de expectativa de resultado e histórico de rentabilidade de cada segmento. As taxas de desconto variaram entre 8,9% a 11% a.a. dependendo de características específicas do negócio dos países em que atua.

A expectativa de realização do “Ativo Fiscal Diferido” está definida da seguinte forma:

Exercício	Controladora	Consolidado
2011	61.565	150.701
2012	198.448	315.807
2013	135.354	299.656
2014	279.525	560.343
2015	-	42.577
	<u>674.892</u>	<u>1.369.084</u>

No período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia realizou R\$ 59.129 do “Ativo Fiscal Diferido”, tendo em vista o aproveitamento fiscal do ágio e a compensação com prejuízo fiscal e base negativa de CSL.

11. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Participação em sociedades controladas	4.750.498	4.796.090	-	-
Outros Investimentos	135	135	15.774	10.040
	<u>4.750.633</u>	<u>4.796.225</u>	<u>15.774</u>	<u>10.040</u>

11.1. INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

	Nº de quotas/ações	Porcentual de partic. no capital votante(1)	Negociação em bolsa	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido (prejuízo) do Período
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A.	78.573.743	100,00	Não	78.574	(33.281)	(47.124)
Marfrig Chile Inversiones Ltda	13.358.426.280	99,47	Não	46.131	42.178	3.132
Inaler S.A	66.247.320	100,00	Não	2.721	36.360	(1.962)
Frigorífico Tacuarembó S.A	166.925.258	93,66	Não	12.115	110.591	6.012
Weston Importers Ltd	1.338.278	100,00	Não	23.471	23.189	4.592
Masplen Limited	100	100,00	Não	6.845	35.128	(1.186)
Prestcott International S.A	79.638.916	100,00	Não	5.419	45.781	5.132
Secculum Participações Ltda	9.200.000	99,00	Não	9.200	8.912	(692)
União Frederiquense Partic. Ltda	552.031.080	99,99	Não	552.031	831.885	(64.466)
QuickFood S.A	21.419.606	90,05	Sim	28.974	224.271	(29.051)
Establecimientos Colonia S.A	80.647.477	100,00	Não	48.680	71.276	2.020
Marfrig Holdings(Europe) BV	3.509.714	100,00	Não	760.520	1.121.237	175.891
Seara Holding (Europe) BV	490.285.420	100,00	Não	1.261.248	1.642.369	(290.018)
Columbus Netherlands BV	27.087.661	100,00	Não	70.679	128.059	(2.215)
Marfood USA, Inc	50.000	100,00	Não	6.858	(9.109)	(14.596)
Marfrig Overseas Ltd	1	100,00	Não	-	(67.170)	(24.348)
Mckey Luxembourg Holdings S.a.r.l	500	100,00	Não	276.158	570.783	26.304
MFG Agropecuária Ltda.	10.000	99,99	Não	-	2.803	2.803
MFG Comercializadora de Energia Ltda	150.000	99,99	Não	-	-	-
Total				<u>3.189.624</u>	<u>4.785.262</u>	<u>(249.772)</u>

(1) O capital total das empresas controladas é igual ao capital votante.

11.2. MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS (CONTROLADORA)

	Saldo Contábil em 31/12/2010	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Aquisição/ Baixa	Aumento de capital	Total Investimento no período	Resultado da Eq. Patrimonial	Varição Cambial no cálculo da Equiv. Patrimonial	Saldo Contábil em 30/09/2011
MFB Marfrig Frigoríficos Brasil S.A	13.842	1	-	-	-	(47.166)	-	(33.323)
Marfrig Chile Inversiones Ltda.	36.696	-	-	-	-	3.115	2.144	41.955
Inaler S.A.	34.593	-	-	-	-	(1.980)	3.651	36.264
Frigorífico Tacuarembó S.A.	87.064	96	42	-	42	5.231	10.628	103.061
Weston Importers Ltd.	15.159	-	-	-	-	5.321	2.391	22.871
Masplen Limited	32.003	2.620	-	5.763	5.763	(3.152)	(4.073)	33.161
Prestcott International S.A.	35.899	-	-	-	-	5.133	4.749	45.781
Secculum Participações Ltda.	39.222	(29.710)	-	-	-	(685)	(5)	8.822
União Frederiquense Partic. Ltda.	838.586	58.058	-	-	-	(64.425)	(511)	831.708
QuickFood S.A	215.085	(186)	-	-	-	(26.924)	13.118	201.093
Establecimientos Colonia S.A	61.980	-	-	-	-	1.457	7.276	70.713
Marfrig Holdings(Europe) BV	801.351	20.600	-	-	-	175.714	123.394	1.121.059
Seara Holding BV	2.004.866	(84.967)	-	-	-	(290.319)	12.475	1.642.055
Columbus Notherlands	117.396	-	-	-	-	(2.214)	12.877	128.059
Marfood USA	6.706	-	-	-	-	(14.596)	(1.219)	(9.109)
Marfrig Overseas	(35.515)	-	-	-	-	(24.348)	(7.307)	(67.170)
Keystone International	491.157	-	(491.157)	-	(491.157)	-	-	-
Mckey Luxembourg	-	15.061	171.468	-	171.468	16.681	120.064	323.274
Mckey APMEA	-	(14.987)	319.689	-	319.689	9.535	(66.816)	247.421
MFG Brasil	-	-	-	-	-	2.803	-	2.803
Total	4.796.090	(33.414)	42	5.763	5.805	(250.819)	232.836	4.750.498

12. IMOBILIZADO

Adoção do custo atribuído:

Conforme mencionado na nota explicativa 3.1.7, em atendimento à orientação prevista no CPC 27 (Ativo imobilizado) e ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28), a Companhia e suas controladas nacionais adotaram o valor justo como custo atribuído (“*deemed cost*”) do ativo imobilizado na data de transição para o CPC/IFRS conforme divulgado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, principalmente para as classes como segue:

Classe de Imobilizado	Metodologia adotada
Terrenos	Comparativo de dados de mercado
Edificações e prédios	Método Evolutivo
Máquinas e equipamentos	Método Evolutivo
Móveis	Método Evolutivo
Instalações industriais	Método Evolutivo
Equipamentos informática	Método Evolutivo
Veículos	Método Evolutivo

- Método Comparativo de dados de mercado - de acordo com a NBR 14.653 da ABNT
- Método Evolutivo - item 8.2.4 da NBR 14.653-2 da ABNT

Os valores atribuídos foram determinados através de laudo de avaliação preparado por avaliadores independentes conforme abaixo indicado:

Companhias	Data base	Divisão	Empresa Avaliadora	Grupo Marfrig Valor do Laudo R\$
Marfrig Alimentos S/A - controladora	31.12.2008	Bovinos	Câmara de Consultores Associados Ltda-CCA	1.060.895
Maspfen Ltd / Pampeano	31.12.2008	Bovinos	Câmara de Consultores Associados Ltda-CCA	82.896
Seara Holdings (Europe) B.V.	31.12.2009	Aves e Suínos	Câmara de Consultores Associados Ltda-CCA	1.431.196
Secculum Participações Ltda.	31.12.2009	Aves e Suínos	Mercato Assessoria e Avaliações Ltda.	10.952
União Frederiquense Partic Ltda.	31.12.2009	Aves e Suínos	Mercato Assessoria e Avaliações Ltda.	1.022.270
Marfrig Holding (Europe)-B.V.-Moy Park	NA	Aves e Suínos	Não aplicado (business combination)	255.555
Total laudo de valores brutos				3.863.764
(-) Depreciação de laudo - idade aparente				(2.318.169)
Total impacto "Deemed Cost"				1.545.595

Os laudos foram elaborados de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Norma NBR-14.653, especificamente, a saber: NBR- 14653-1, NBR- 14653-2 e NBR- 14653-5 da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, e estrita observância dos postulados constantes dos Códigos de Ética Profissional do CONFEA - Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia e do IEL - Instituto de Engenharia Legal, além das demais determinações contidas na legislação pertinente.

A adoção dessa avaliação em 1º de janeiro de 2009 resultou em um ajuste de R\$ 1.545.595, sendo R\$ 324.005 no ativo imobilizado da Controladora e de R\$ 1.221.590 nos ativos das empresas controladas. Sobre o ajuste constituiu-se imposto de renda e contribuição social diferido - passivos no valor de R\$ 525.502. A contrapartida desses valores foi registrada no patrimônio líquido da Companhia e das controladas, no grupo de "Ajustes de avaliação patrimonial", líquidos dos impostos incidentes.

As controladas localizadas no exterior não exerceram a opção de adoção do custo atribuído para seus ativos imobilizados, visto que não identificaram bens de valores relevantes com valor contábil substancialmente inferior ou superior ao seu valor justo.

Como parte da adoção do custo atribuído (“*deemed cost*”) a Companhia e suas controladas nacionais efetuaram a revisão das taxas de depreciação de seus ativos imobilizados alterado a estimativa de vida útil individual dos ativos incluídos nos grupos conforme demonstrado.

O quadro abaixo demonstra as taxas anuais de depreciação pelo método linear, definida com base na vida útil econômica dos ativos:

Controladora e Consolidado		
Classe de Imobilizado	Metodologia adotada	Depreciação Atual
Terrenos	Comparativo dados de mercado	0%
Edificações e prédios	Método Evolutivo	1,6% a 10,0%
Máquinas e equipamentos	Método Evolutivo	3,6% a 25,0%
Móveis	Método Evolutivo	5,6% a 25,0%
Instalações industriais	Método Evolutivo	3,7% a 14,3%
Equipamentos informática	Método Evolutivo	4,3% a 20,0%
Veículos	Método Evolutivo	8,3% a 25,0%

- Método Comparativo de dados de mercado - de acordo com a NBR 14.653 da ABNT
- Método Evolutivo - item 8.2.4 da NBR 14.653-2 da ABNT

Para fins de apresentação das informações trimestrais, a companhia e suas controladas efetuaram a reclassificação de seus ativos biológicos, anteriormente classificados como imobilizado, em conta destacado do ativo não circulante os quais correspondem ao plantel de animais e matrizes, conforme disposto pelo CPC 29 e demonstrado na nota 7. A seguir, apresentam-se os saldos de ativo imobilizado para setembro de 2011:

Marfrig Alimentos S.A.

		Controladora						
		31/12/10			30/09/11			
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação							
		Líquido	Adições	Baixas	Transferencias	Conversões	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	40.171	-	-	-	-	-	40.171
Edificações e prédios	1,6% - 10%	425.495	-	-	118.447	-	(15.654)	528.288
Máquinas e equipamentos	3,6%-25%	183.761	32.629	(2.454)	(47)	-	(14.404)	199.485
Móveis e utensílios	5,6%-25%	5.915	2.224	-	31	-	(619)	7.551
Instalações	3,7%-14,3%	327.569	84	-	162.029	-	(20.316)	469.366
Veículos	8,3%-25%	2.727	61	(61)	(24)	-	(504)	2.199
Equipamentos de informática	4,3%-20%	2.992	418	-	1.369	-	(967)	3.812
Aeronaves	20%	153	-	-	-	-	(57)	96
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	11.681	1.192	-	-	-	-	12.873
Benfeitorias em propriedades arrendadas	1,6% - 10%	2.978	-	-	-	-	(79)	2.899
Arrendamento - veículos	8,3%-25%	23.248	1.241	-	-	-	(3.317)	21.172
Arrendamento - informática	4,3%-20%	8.232	-	-	-	-	(1.384)	6.848
Arrendamento - máquinas	3,6%-25%	32.115	490	-	-	-	(1.489)	31.116
Arrendamento - instalações	3,7%-14,3%	107.521	-	-	(34.342)	-	1.643	74.822
Arrendamento - edificações	1,6% - 10%	90.193	-	-	(56.927)	-	4.833	38.099
Obras em andamento	-	195.555	92.034	(1.469)	(190.520)	-	-	95.600
Outras imobilizações	5%-10%	168	47	(24)	(16)	-	(33)	142
		<u>1.460.474</u>	<u>130.420</u>	<u>(4.008)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(52.347)</u>	<u>1.534.539</u>

		Consolidado						
		31/12/10			30/09/11			
Descrição	Taxas anuais médias de depreciação							
		Líquido	Adições	Baixas	Transferencias	Conversões	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	369.059	9.547	(6.532)	(33)	12.167	-	384.208
Edificações e prédios	1,6%-10%	2.582.874	48.373	(4.997)	298.314	74.978	(98.547)	2.900.995
Máquinas e equipamentos	3,6%-25%	1.595.000	176.245	(37.606)	53.728	85.129	(165.649)	1.706.847
Móveis e utensílios	5,6%-25%	72.463	41.064	(1.348)	(411)	3.652	(19.562)	95.858
Instalações	3,7%-14,3%	639.103	5.661	(603)	332.275	42.413	(36.986)	981.863
Veículos	8,3%-25%	25.603	7.205	(967)	615	2.590	(7.307)	27.739
Equipamentos de informática	4,3%-20%	16.442	1.346	(145)	1.901	4.322	(6.212)	17.654
Aeronaves	20%	153	-	-	-	-	(57)	96
Adiantamento aquisição de imobilizado	-	20.940	32.012	(26.631)	(4.088)	-	-	22.233
Benfeitorias em propriedades arrendadas	1,6%-10%	49.929	13.142	(10)	4	6.952	(4.250)	65.767
Arrendamento - veículos	8,3%-25%	23.484	1.241	-	(18)	6	(3.358)	21.355
Arrendamento - informática	4,3%-20%	8.232	-	-	-	-	(1.384)	6.848
Arrendamento - máquinas	3,6%-25%	116.040	790	(52)	2.916	8.232	(18.193)	109.733
Arrendamento - instalações	3,7%-14,3%	110.336	-	-	(34.342)	201	1.609	77.804
Arrendamento - edificações	1,6%-10%	230.827	-	(43)	(58.879)	27.608	(1.191)	198.322
Obras em andamento	-	783.404	146.185	(8.395)	(590.072)	53.884	-	385.006
Outras imobilizações	1,7%-10%	41.699	1.225	(1.575)	(1.910)	22.108	(2.982)	58.565
		<u>6.685.588</u>	<u>484.036</u>	<u>(88.904)</u>	<u>-</u>	<u>344.242</u>	<u>(364.069)</u>	<u>7.060.893</u>

Com o advento da Deliberação CVM nº 645/10 os bens adquiridos pela Companhia através de Arrendamento Mercantil Financeiro (“Leasing” Financeiro) passaram a ser registrados no Ativo Imobilizado, com suas respectivas depreciações, conforme supramencionado, tendo como contrapartida o registro do arrendamento a pagar, demonstrado na nota explicativa nº 17.

De acordo com a Deliberação CVM nº 639/10, anualmente é realizada análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (teste de “impairment”), ou quando surgirem evidências de que os ativos não sejam recuperáveis.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2011, não identificamos indícios de ativos registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Tais análises são realizadas anualmente.

As análises de recuperabilidade compreendem a projeção de lucratividade e de caixa futuro das plantas da Companhia, os quais são apresentados a valor presente, de forma a identificarmos o grau de recuperabilidade do ativo.

13. INTANGÍVEL

De acordo com as Deliberações CVM nº 644/10 e nº 565/08, a Companhia constituiu o subgrupo Ativo Intangível, o qual compõe o Ativo Não Circulante, conforme apresentado abaixo:

	<u>30/09/11</u>	<u>31/12/10</u>
Intangível - Controladora	968.720	959.449
Intangível - Controladas	<u>3.363.990</u>	<u>3.227.247</u>
	<u><u>4.332.710</u></u>	<u><u>4.186.696</u></u>

A movimentação do intangível na controladora e controladas no período findo em 30 de setembro de 2011 é a seguinte:

13.1. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL (CONTROLADORA)

	Saldo em 31 de dezembro de 2010	Aquisição/ Baixa	Reclassificação / Amortização	Saldo em 30 de Setembro de 2011
Argentine Breeders & Packers S.A. - Ágio	24.213	-	-	24.213
Inaler S.A. - Ágio	38.379	-	-	38.379
Frigorífico Tacuarembó S.A. - Ágio	57.824	-	-	57.824
Masplen Limited - Ágio	17.258	-	-	17.258
Prestcott International S.A. -Ágio	22.922	-	-	22.922
Secculum Participações Ltda. - Ágio	16.188	-	-	16.188
União Frederiquense Partic. Ltda. - Ágio	11.683	-	-	11.683
QuickFood S.A - Ágio	223.872	-	-	223.872
Establecimientos Colonia S.A - Ágio	114.479	-	-	114.479
Seara Holding (Europe) BV	21	-	-	21
Columbus Netherlands BV	22	-	-	22
Marfood USA Inc.	308	-	-	308
Keystone International	388.244	-	199	388.443
Software e sistemas	21.152	10.692	(1.620)	30.224
Marcas e patentes	22.884	-	-	22.884
Total	959.449	10.692	(1.421)	968.720

Os ágios gerados em aquisições de negócios ocorridas antes da adoção de todos os CPCs estão expressos na moeda funcional da Controladora.

13.2. MOVIMENTAÇÃO DO INTANGÍVEL (CONTROLADAS)

	Saldo Contábil em 31 de Dezembro de 2010	Reclassificação	Ágio	Marca/Outros	Variação Cambial na conversão	Amortização	Baixa	Saldo Contábil em 30 de setembro de 2011
Marfrig Chile S.A.	13.274	-	-	151	1.508	-	-	14.933
Ágio	13.328	(84)	-	-	1.496	-	-	14.740
Marcas e patentes/software/outros	(54)	84	-	151	12	-	-	193
Weston Importers Ltd.	8.849	-	-	-	1.059	-	-	9.908
Ágio	8.849	-	-	-	1.059	-	-	9.908
Marfrig Holding (Europe) BV	1.488.676	-	-	1.620	61.379	(8.972)	(42)	1.542.661
Ágio	370.751	(137.732)	-	-	43.672	-	-	276.691
Relacionamento com clientes	688.876	315.173	-	-	3.044	(4.847)	-	1.002.246
Marcas e patentes/software/outros	429.049	(177.441)	-	1.620	14.663	(4.125)	(42)	263.724
Maspfen Limited	398	-	-	50	-	(29)	-	419
Marcas e patentes/software/outros	398	-	-	50	-	(29)	-	419
Quickfood S.A	86.544	-	-	-	4.400	(78)	-	90.866
Ágio	85.924	-	-	-	4.317	-	-	90.241
Marcas e patentes/software/outros	620	-	-	-	83	(78)	-	625
Prestcott International S.A	7.687	-	-	-	866	(30)	-	8.523
Ágio	7.327	-	-	-	826	-	-	8.153
Marcas e patentes/software/outros	360	-	-	-	40	(30)	-	370
Seara Holding (Europe) BV	601.911	-	11.111	4.788	(54)	(2.369)	(628)	614.759
Ágio	-	-	11.111	-	-	-	-	11.111
Marcas e patentes/software/outros	601.459	-	-	4.788	(54)	(2.243)	(628)	603.322
Licença Porto	452	-	-	-	-	(126)	-	326
Columbus Netherlands BV	46.430	-	-	1.451	1.844	(268)	-	49.457
Ágio	46.053	-	-	-	1.794	-	-	47.847
Marcas e patentes/software/outros	377	-	-	1.451	50	(268)	-	1.610
União Frederiquense Partic. Ltda.	523.802	-	-	75	6.709	(599)	(121)	529.866
Ágio	492.101	16.911	-	-	6.806	-	-	515.818
Marcas e patentes/software/outros	31.701	(16.911)	-	75	(97)	(599)	(121)	14.048
Secculum Participações Ltda.	6.525	-	-	-	6	(853)	(1)	5.677
Ágio	5.274	246	-	-	6	-	-	5.526
Marcas e patentes/software/outros	1.251	(246)	-	-	-	(853)	(1)	151
Marfood USA	48.237	-	-	-	5.405	(427)	-	53.215
Ágio	33.774	-	-	-	3.815	-	-	37.589
Relacionamento com clientes	4.432	-	-	-	458	(427)	-	4.463
Marcas e patentes/software/outros	10.031	-	-	-	1.132	-	-	11.163
Frigoríficos Tacuarembó S.A	490	-	-	-	47	(74)	-	463
Marcas e patentes/software/outros	490	-	-	-	47	(74)	-	463
Inaler S.A	293	-	-	-	31	(24)	-	300
Marcas e patentes/software/outros	293	-	-	-	31	(24)	-	300
Establecimientos Colonia S.A	433	-	-	48	52	(30)	-	503
Marcas e patentes/software/outros	433	-	-	48	52	(30)	-	503
MFB - Marfrig Frig. BR S.A.	150	-	-	292	-	(29)	-	413
Marcas e patentes/software/outros	150	-	-	292	-	(29)	-	413
Mckey Lux Holdings S.a.r.l.	393.548	-	-	533	47.897	37	-	442.015
Relacionamento com clientes	-	174.252	-	-	26.871	(61)	-	201.062
Marcas e patentes/software/outros	393.548	(174.252)	-	533	21.026	98	-	240.953
MFG Agropecuária Ltda	-	-	-	12	-	-	-	12
Marcas e patentes/software/outros	-	-	-	12	-	-	-	12
Total	3.227.247	-	11.111	9.020	131.149	(13.745)	(792)	3.363.990

13.3. RESUMO DO ATIVO INTANGÍVEL

	Controladora		Controladas	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Ágio	915.612	915.413	1.017.369	1.063.381
Marcas e patentes	22.884	22.884	1.120.653	1.464.012
Softwares	30.224	21.152	16.878	6.094
Relacionamento com Clientes	-	-	1.207.771	693.308
Outros Intangíveis	-	-	1.319	452
	<u>968.720</u>	<u>959.449</u>	<u>3.363.990</u>	<u>3.227.247</u>

Movimentação consolidada do ativo intangível

	Controladora	Controladas
Saldo em 31 de dezembro 2010	<u>959.449</u>	<u>3.227.247</u>
(+) Adição	10.891	20.131
(-)Baixa	-	(792)
(-)Amortização	(1.620)	(13.745)
(+/-)Variação Cambial	-	131.149
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>968.720</u>	<u>3.363.990</u>

Os ágios apurados em aquisições de negócios ocorridas até 30 de setembro de 2008 (última aquisição anterior à data de transição de 1º de janeiro de 2009 referente a adoção completa dos CPCs) foram apurados com base nas regras contábeis anteriores ao conceito de combinação de negócios conforme CPC 15. Conforme “Opções de Isenções às IFRS”, a Companhia optou por adotar o IFRS em todas as aquisições de negócios ocorridas a partir de 30 de setembro de 2008. Os ágios apresentados acima foram fundamentados com base na expectativa de rentabilidade futura, suportados por laudos de avaliações de especialistas. As marcas adquiridas de terceiros, anteriores a 30 de setembro de 2009, foram apuradas pelo seu valor pago, enquanto as marcas e lista de clientes, adquiridas após 30 de setembro de 2008, foram apuradas pelo seu valor justo em consonância com o CPC 15.

O teste de *impairment* dos ágios é realizado anualmente e os demais intangíveis é realizado em bases anuais ou sempre que houver evidências de não realização dos mesmos. Os intangíveis representados por patentes e lista de clientes são amortizados pela respectiva vida útil, quando aplicável. Determinados intangíveis da Companhia têm vida útil indefinida conforme avaliação de especialistas, sendo testado por *impairment* anualmente.

14. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
INSS a recolher	5.695	115.841	50.902	190.250
Salários e provisões trabalhistas	53.472	39.063	359.990	243.441
Outros encargos e benefícios sociais a recolher	1.915	1.988	84.315	103.388
	<u>61.082</u>	<u>156.892</u>	<u>495.207</u>	<u>537.079</u>

Em 21 de novembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.196 que permite a compensação de débitos do INSS com créditos fiscais federais. Tal processo foi regulamentado pela Portaria Interministerial nº 23, de 2 de fevereiro de 2006.

Adicionalmente, o art. 2º da Lei 11.457/07 estabelece a responsabilidade para a Receita Federal do Brasil relativa às contribuições dos trabalhadores, incidentes sobre o seu salário de contribuição, conforme item c, parágrafo único, do art. 11, da lei 8.212/91 e art. 104, da lei n. 11.196/05.

Dessa forma, com base em opinião de seus assessores legais externos, o Grupo Marfrig, vem efetuando compensações de débitos previdenciários com créditos de PIS/COFINS.

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
ICMS a recolher	-	819	18.228	32.925
Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/2009	56.001	107.028	232.550	312.290
Imposto de renda a pagar	-	7.227	9.297	36.864
Contribuição Social a Pagar	-	-	3.841	3.565
Pis e Cofins a recolher	-	-	2.056	1.527
Parcelamento de impostos federais	-	-	-	416
Contribuição Social a Pagar - PGFN ⁽¹⁾	7.897	-	7.897	-
Imposto de Renda a pagar - PGFN ⁽¹⁾	21.393	-	21.393	-
IRRF a Pagar - PGFN ⁽¹⁾	6.058	-	6.058	-
IRRF s/debêntures	25.702	-	25.702	-
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	8.333	7.583	80.024	75.726
	<u>125.384</u>	<u>122.657</u>	<u>407.046</u>	<u>463.313</u>
Passivo circulante	45.897	28.609	162.722	171.627
Passivo não circulante	79.487	94.048	244.324	291.686

(1) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional

Parcelamento Especial - Lei nº 11.941/09

Em 30 de setembro de 2009, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial (Novo Refis), instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre o parcelamento de débitos junto à Secretaria da Receita Federal (SRF), à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) e ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), declarando seus débitos em aberto junto aos respectivos órgãos, bem como migrando os parcelamentos PAES Parcelamento Especial Lei nº 10.684/03 e PAEX Parcelamento Excepcional MP nº 303/06, a serem liquidados em até 180 meses, conforme demonstrado abaixo.

Marfrig Alimentos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Saldo inicial	107.028	92.993	312.290	268.526
(+) Adesão ao parcelamento	-	11.048	8.074	37.116
(-) Compensação de multa e juros com prejuízo fiscal e base negativa	-	-	(3.511)	(10.350)
Juros de atualização	12.261	14.721	30.580	32.071
(-) Desistência do parcelamento	(29.844)	-	(29.844)	-
Ajuste a valor presente	(24.834)	(3.682)	(67.621)	(3.682)
(-) Pagamentos efetuados	(8.610)	(8.052)	(17.418)	(11.391)
Saldo devedor	56.001	107.028	232.550	312.290
Passivo circulante	11.863	13.303	28.017	34.236
Passivo não circulante	44.138	93.725	204.533	278.054

Em 30 de setembro de 2011 a Companhia e suas controladas consolidaram a adesão ao parcelamento especial, previsto na Lei 11.941/09, de acordo com os atos normativos da Receita Federal do Brasil.

Durante o processo de consolidação do parcelamento supracitado, a controladora optou por não incluir o processo de número 10880.720.016/2008-93, no montante de R\$ 29.844, que foi reclassificado para o grupo de impostos a recolher no passivo não circulante.

Tendo em vista a desistência do parcelamento, os débitos foram reajustados em conformidade com a legislação vigente na data do fato gerador, gerando um complemento de multa e juros de R\$ 5.504 e um débito total de R\$ 35.348, conforme demonstrado abaixo:

Débitos - REFIS	Multa e Juros (desistência do parcelamento)	Débitos reclassificados para Impostos a recolher
Contribuição Social a Pagar - PGFN	6.667	7.897
Imposto de Renda a pagar - PGFN	18.062	21.393
IRRF a Pagar - PGFN	5.115	6.058
	29.844	35.348

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

				Controladora	
Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 30/09/11	Saldo 31/12/10
Moeda nacional					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	4,5	3,76	1.395	719
BNDES Finem	TJLP + 1,80%	8,05	1,36	5.321	7.688
FINEP	TJLP + 1%	7,25	2,03	34.170	39.725
NCE	Taxa fixa+%CDI	13,74	2,01	790.614	801.480
Capital de Giro	CDI + Taxa Fixa	14,37	3,34	398.057	266.646
Pré-pagamento (juros)	%CDI	-	-	-	2.010
Procer	Taxa Fixa	11,25	1,06	167.604	204.812
BNDES Exim	Taxa Fixa	7,00	0,13	30.485	30.492
Total moeda nacional		13,29		<u>1.427.646</u>	<u>1.353.572</u>
Moeda estrangeira					
ACC (US\$)	Taxa Fixa + V.C	3,75	0,6	155.781	293.580
Financiamento Parque Industrial (US\$)	Libor+Taxa Fixa+V.C	3,98	0,76	2.463	4.426
Pré-pagamento (US\$)	Libor+Taxa Fixa+V.C	7,07	3,92	2.585.614	2.565.075
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30%	1,30	1,36	1.042	1.535
NCE (US\$)	Taxa Fixa+ V.C (US\$)+Libor	8,12	4,52	1.081.491	1.087.400
Total moeda estrangeira		7,23		<u>3.826.391</u>	<u>3.952.016</u>
Total do endividamento		8,88		<u>5.254.037</u>	<u>5.305.588</u>
Passivo circulante				787.522	1.459.146
Passivo não circulante				<u>4.466.515</u>	<u>3.846.442</u>

Consolidado

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 30/09/11	Saldo 31/12/10
Moeda nacional					
FINAME	TJLP + Taxa Fixa	6,56	2,89	7.181	9.940
BNDES Finem	TJLP + 1,80	7,62	2,19	10.711	14.789
FINEP	TJLP + 1%	7,25	2,03	34.170	39.725
NCE	Taxa fixa+%CDI	12,77	2,83	1.087.237	1.109.086
Capital de Giro (R\$)	Taxa fixa+%CDI	14,24	3,29	405.057	475.547
Nota de Crédito Rural (R\$)	Taxa Fixa	6,79	0,69	286.535	276.962
Pré-Pagamento (juros)	%CDI	0,00	-	-	2.010
FCO Fundo Constitucional do Centro-Oeste	Taxa Fixa	10,00	3,00	6.473	8.633
Procer	Taxa Fixa	11,27	1,03	335.013	204.812
BNDES Exim	Taxa Fixa	7,00	1,62	149.455	149.483
Total moeda nacional		11,57		<u>2.321.832</u>	<u>2.290.987</u>
Moeda estrangeira					
ACC (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	3,52	0,80	453.713	712.267
Financiamento Parque Industrial (US\$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	2,48	0,90	7.909	28.443
Pré-pagamento (US\$)	Libor+Taxa Fixa + V.C	7,09	3,91	2.635.540	2.629.232
Bonds (US\$)	Taxa Fixa + V.C	9,04	6,91	3.036.693	1.423.948
BNDES Finem	Cesta de Moedas + 1,30 %CDI+Taxa Fixa+V.C	1,30	1,36	1.042	1.535
NCE (US\$)	(US\$)+Libor	8,12	4,52	1.081.491	1.092.867
Capital de Giro (US\$)	Taxa Fixa + Libor	5,09	1,50	209.497	186.758
Capital de Giro (Pesos)	Unidade Fomento	6,35	0,28	1.899	1.858
Empréstimo Bancário (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	3,64	2,24	1.115.104	773.870
PAE (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	1,60	0,30	11.910	7.453
Financiamentos (US\$)	Taxa Fixa + V.C.	2,32	0,09	9.713	18
Conta Garantida (US\$)	Libor + Taxa Fixa + V.C.	7,00	-	-	2.052
Obrigações Negociáveis	Taxa Fixa	6,71	3,67	55.733	76.517
Total moeda estrangeira		7,20		<u>8.620.244</u>	<u>6.936.818</u>
Total do endividamento		8,12		<u>10.942.076</u>	<u>9.227.805</u>
Passivo Circulante				2.235.711	2.852.561
Passivo Não Circulante				<u>8.706.365</u>	<u>6.375.244</u>

As modalidades de empréstimos e financiamentos da Companhia podem ser descritas da seguinte forma:

16.1 FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos

Linha de crédito do BNDES para aquisição de bens de capital. A moeda utilizada pelo BNDES para a correção dos valores é a URTJLP (Unidade de referência de taxa de juros de longo prazo), baseada na variação da TJLP (Taxa de juros de longo prazo). As garantias das operações são os próprios bens adquiridos. O cronograma de pagamento ocorrerá até junho de 2015.

16.2 BNDES FINEM - Financiamento de Empreendimentos

Linha de crédito do BNDES destinada a financiamento de empreendimentos. Os empréstimos foram celebrados para aquisição de maquinários, equipamentos e expansão das instalações produtivas. Essa operação é atualizada em parte pela TJLP (Taxa de juros de longo prazo) e o restante pela UMBNDES (Unidade Monetária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), que é composta por uma cesta de moedas, a qual reflete a flutuação diária das moedas em que o BNDES capta empréstimos. Tal modalidade é garantida por uma fiança bancária emitida pelo Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal com parcelas acrescidas de juros, com vencimento até fevereiro de 2013.

16.3 FINEP - Financiamento de Estudos e Projetos

Linha de crédito da FINEP voltada para Financiamento de Estudos e Projetos. A FINEP é uma instituição pública, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia. A moeda utilizada para correção é a URTJ01 (Unidade monetária utilizada pela FINEP), que é baseada na variação da TJLP (Taxa de juros de longo prazo). A garantia da operação é um contrato junto ao Banco Bradesco. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal, até março de 2016.

16.4 NCE - Nota de Crédito de Exportação

Linha de crédito destinada a empresas exportadoras, com benefícios fiscais. É necessária a comprovação das exportações efetuadas. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para capital de giro. Há operações em reais e em dólares norte-americanos, e são garantidas por duplicatas, avais e contratos de fornecimento, bem como, em alguns casos, não há garantias. Os índices utilizados para correção das operações em dólares americanos são: Libor (*London Interbank Offered Rate*) e/ ou taxa pré-fixada, e para as operações em reais a do CDI e/ou taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até abril de 2018.

16.5 Capital de Giro

As operações captadas nessa modalidade são para financiamento de capital de giro. Há operações em reais, dólares e em pesos. Essas operações são garantidas por avais e hipotecas. Os índices de correção utilizados para essa operação é CDI e/ou taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até maio de 2015.

16.6 Nota de Crédito Rural

Linha de crédito destinada a financiar o sistema de integração entre o produtor rural (parceiro) e os frigoríficos. Essas operações são captadas em reais e vinculadas ao processo produtivo. Essa modalidade é garantida por aval e utilizado taxa fixa na sua atualização. O vencimento dessa operação se dará em setembro de 2012.

16.7 ACC - Adiantamento de Contrato de Câmbio

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações.

As operações de ACC são captadas em dólares norte-americanos, pagas com a vinculação das exportações e garantidas por notas promissórias. O índice de correção utilizado para essas operações é uma taxa pré-fixada. O cronograma de pagamento dessas operações se dará até setembro de 2012.

16.8 Financiamento Parque Industrial

Linha de crédito externa, destinada à aquisição de equipamentos. Essa operação é captada em dólares norte-americanos, tendo como garantia os próprios equipamentos financiados. Os índices de correção utilizados para essas operações são Libor (*London Interbank Offered Rate*) mais taxa pré-fixada mais variação cambial. O cronograma de vencimento dessa operação se dará até julho de 2012, com parcelas trimestrais de principal e juros.

16.9 Pré-Pagamento

Linha de crédito externa destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações. Essa operação é captada em dólares norte-americanos e garantida por notas promissórias, avais, contratos de fornecimento e documentos de exportação, bem como, em alguns casos, não possui garantias. Os índices de correção utilizados para essas operações são Libor (*London Interbank Offered Rate*) mais taxa pré-fixada. O cronograma de vencimento de pagamento ocorrerá até dezembro de 2016.

16.10 FCO - Fundo Constitucional Centro-Oeste

Linha de crédito destinada ao apoio financeiro para empreendimentos localizados, exclusivamente, nos Estados de Goiás, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal. Os prazos de financiamentos são fixados de acordo com o item a ser financiado. Essa modalidade é garantida por hipoteca e utilizada taxa fixa na sua atualização. O cronograma de vencimento é mensal com parcelas acrescidas de juros, e se dará até dezembro de 2013.

16.11 Senior Notes - Bonds

São captações de dívida de longo prazo, em dólares norte-americanos, por meio da emissão de notas no exterior (*Bonds*) destinadas exclusivamente a investidores institucionais qualificados (Rule 144A/Reg S), não registradas na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, sob o *U.S. Securities Act of 1933*, conforme alterado.

A Companhia realizou três captações desta natureza desde 2006, às quais foram atribuídas classificação de risco em moeda estrangeira B1 pela Moody's e B+ pela Standard&Poors e Fitch, conforme detalhado a seguir:

- A primeira operação de *Bonds* foi concluída em novembro de 2006, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd., subsidiária integral da Companhia, de US\$375 milhões de notas de dívida (*Senior Notes*), com cupom de 9,625% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em maio de 2007 e vencimento de principal em 10 anos (nov/2016). Os recursos captados nesta emissão destinaram-se à aquisição de unidades de negócio pela Companhia na Argentina e Uruguai.

Em março de 2010 os detentores destas *Senior Notes* manifestaram sua anuência ao aditamento de determinadas cláusulas constantes da escritura (*Indenture*) que rege esta emissão, incluindo a alteração e/ou supressão de restrições aplicáveis à prestação de garantias pela Companhia e suas subsidiárias, bem como a inclusão de aval da Marfrig Alimentos S.A. e de suas subsidiárias União Frederiquense Participações Ltda., Marfrig Holdings (Europe) B.V. e Seara Alimentos S.A. em garantia às obrigações da emissora perante os detentores dos Bonds em circulação. Tal aditivo não contemplou qualquer alteração às condições financeiras desta dívida, que manteve o mesmo prazo de vencimento e taxa de juros previstos originalmente.

- A segunda captação foi realizada em abril de 2010, mediante emissão pela Marfrig Overseas Ltd. de US\$500 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 9,50% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2010 e vencimento de principal em 10 anos (mai/2020). Esta operação também contou com a garantia da Marfrig Alimentos S.A., União Frederiquense Participações Ltda., Marfrig Holdings (Europe) BV e Seara Alimentos S.A. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento da Companhia.

- A terceira operação foi concluída em maio de 2011 e compreendeu a emissão pela Marfrig Holdings (Europe) B.V. de US\$750 milhões de *Senior Notes*, com cupom de 8,375% a.a., pagamento semestral de juros iniciando-se em novembro de 2011 e vencimento de principal em 7 anos (mai/2018). Esta operação contou com a prestação de garantia da Marfrig Alimentos S.A., União Frederiquense Participações Ltda., Marfrig Overseas Limited e Seara Alimentos S.A. e seus recursos destinaram-se ao alongamento do perfil do endividamento e reforço do capital de giro da Companhia.

Segue demonstrativo do valor captado em 2010:

Demonstração de Captação - Bonds 2010

	<u>US\$ mil</u>
Valor Principal	500.000
(-) Deságio (Valor de face igual a 98,426%)	(7.870)
(-) Comissão dos bancos	(4.500)
(-) Serviços - Advogados	(331)
Valor Líquido	<u>487.299</u>

Segue demonstrativo do valor captado em maio de 2011:

Demonstração de Captação - Bonds 2011

	<u>US\$ mil</u>
Valor Principal	750.000
(-) Deságio (Valor de face igual a 98,835%)	(8.738)
(-) Comissão dos bancos	(9.375)
Valor Líquido	<u>731.887</u>

Tendo em vista que as *Senior Notes* emitidas em 2006, 2010 e 2011 representam 27,75% do endividamento consolidado da Companhia em 30 de setembro de 2011 (e representavam 15,43% de tal endividamento em 31 de dezembro de 2010), a obrigação de manutenção de um quociente de dívida líquida ajustada para o EBITDA (ou LAJIDA) nos últimos 12 meses, não superior a 4,75x, prevista nas escrituras de emissão das *Senior Notes*, baliza os demais empréstimos e financiamentos da Companhia em aberto no encerramento do período, bem como as debêntures descritas na Nota Explicativa nº 22, item 22.2.

16.12 PAE - Antecipação de Empréstimo para Exportação

Linha de crédito do Chile destinada às empresas exportadoras. As operações captadas nessa modalidade, que podem ser usadas para qualquer produto de exportação, são utilizadas para financiamento das exportações de cordeiro, pescado e outros produtos importados pelo Brasil. A diferença com uma linha normal está em que ela é isenta do ITE - *Impuesto de Timbre y Estampilla* (equivalente ao IOF no Brasil). As linhas são captadas em dólares norte-americanos, sendo garantidas por fianças bancárias.

16.13 BNDES PROCER - Financiamento para Capital de Giro

Linha de crédito do BNDES destinada a financiamento de capital de giro com o objetivo de promover a competitividade das empresas dos setores agroindustrial e agropecuária. O custo desta operação é de 11,25% ao ano. O cronograma de pagamento dessa operação é mensal com parcelas acrescidas de juros, com vencimento até outubro de 2012.

16.14 BNDES Exim

Linha de crédito destinada às empresas exportadoras, disponibilizada pelo BNDES através do Programa BNDES de Sustentação do Investimento - Subprograma Exportação Pré-embarque. As operações captadas nessa modalidade são utilizadas para financiamento das exportações. Essa operação é captada em reais e garantida por aval da Marfrig Alimentos S.A. O índice de correção utilizado para essa operação é pré-fixada em 7% ao ano. O cronograma de vencimento de pagamento ocorrerá até dezembro de 2011.

16.15 Empréstimos Bancários

As operações captadas nesta modalidade são para financiamento de capital de giro. Há operações em dólares e pesos, que em alguns casos somente poderão ser aplicados para pagamentos de estoques e ativos fixos. Essas operações são garantidas por avais e hipotecas, entretanto em alguns casos não possuem garantias. As operações captadas em pesos são atualizadas pela BADLAR (*Buenos Aires Deposits of Large Amount Rate*), e as linhas captadas em dólares possuem taxas pré-fixadas. O cronograma de vencimento dessas operações se dará até outubro de 2016.

16.16 Obrigações Negociáveis

Captação de recursos em dólares americanos, realizadas por nossas subsidiárias na Argentina e no Uruguai. Estas operações destinam-se à obtenção de capital de giro, sem garantias e com vencimento até setembro de 2016.

16.17 Cronograma de vencimento:

Segue abaixo o cronograma de vencimentos do endividamento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Moeda nacional				
1T11	-	31.601	-	218.792
2T11	-	258.011	-	345.163
3T11	-	241.502	-	366.502
4T11	122.242	129.680	393.038	323.843
1T12	75.747	-	310.504	-
2T12	125.758	-	180.775	-
3T12	35.451	-	124.204	-
2012	93.816	390.219	95.837	568.524
2013	538.562	220.063	758.023	279.323
2014	235.294	74.805	258.675	128.149
2015	101.352	5.789	101.352	58.789
2016	34.402	1.902	34.402	1.902
2017	32.498	-	32.498	-
2018	32.497	-	32.497	-
2019	13	-	13	-
2020	13	-	13	-
2021	1	-	1	-
	<u>1.427.646</u>	<u>1.353.572</u>	<u>2.321.832</u>	<u>2.290.987</u>

Marfrig Alimentos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Moeda estrangeira				
1T11	-	342.110	-	811.531
2T11	-	109.098	-	272.533
3T11	-	239.442	-	325.055
4T11	86.216	107.702	620.535	189.142
1T12	156.302	-	283.635	-
2T12	57.520	-	133.582	-
3T12	128.286	-	189.438	-
2012	149.043	583.541	314.683	765.206
2013	1.088.728	909.261	1.224.490	975.625
2014	1.059.592	812.672	2.443.284	1.317.616
2015	900.843	689.345	928.713	702.887
2016	199.861	158.845	219.566	763.481
2017	-	-	8.378	12
2018	-	-	1.360.590	-
2020	-	-	893.350	813.730
	<u>3.826.391</u>	<u>3.952.016</u>	<u>8.620.244</u>	<u>6.936.818</u>
Total do endividamento	<u>5.254.037</u>	<u>5.305.588</u>	<u>10.942.076</u>	<u>9.227.805</u>

16.18 Garantias dos empréstimos e financiamentos:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Saldo de financiamentos	5.254.037	5.305.588	10.942.076	9.227.805
Garantias:				
Sem Garantias	1.101.431	1.985.271	4.879.188	4.014.553
Nota Promissória	2.017.299	1.860.041	2.168.030	2.250.357
Duplicatas	119.855	240.046	163.381	267.272
Fiança Bancária	6.363	9.270	43.451	43.135
Contrato de Fornecimento	-	33.584	1.772	35.383
Aval	1.692.007	982.401	3.245.787	2.281.649
Bem Financiado	1.436	720	12.615	17.042
Documentos de exportação	-	-	279.014	9.935
Instalações	36.632	44.152	36.632	44.152
Hipoteca	-	-	41.216	46.363
Aplicação Financeira	279.014	150.103	17.959	150.103
Crédito de Exportação	-	-	53.031	67.861

17. ARRENDAMENTO A PAGAR

A Companhia é arrendatária em vários contratos, os quais são classificados como arrendamento operacional ou financeiro.

17.1 ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 645/10, as operações de arrendamento financeiro (*leasing* financeiro) passaram a ser reconhecidas no passivo circulante e no passivo não circulante da Companhia, tendo como contrapartida o registro do bem adquirido no ativo imobilizado, de acordo com o exposto na nota explicativa nº 12 do ativo imobilizado.

As operações contraídas anteriormente à data de promulgação da referida deliberação não são consideradas para efeito do cálculo dos *covenants*.

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo	Futuros	Saldo
				30/09/11 (a valor presente)	Pagamentos 30/09/11	31/12/10 (a valor presente)
Moeda nacional						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	13,4%	1,4	16.890	16.890	21.200
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	CDI + Taxa	9,1%	1,1	5.305	5.305	18.307
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	CDI + Taxa	13,9%	1,8	16.011	16.011	20.931
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	15,8%	0,9	16.799	16.799	33.639
Arrend. Financeiro Leasing Edificações	CDI + Taxa	15,8%	0,2	4.214	4.214	27.401
Juros Financeiro a vencer				(26.016)		(55.772)
AVP Arrend. Financ.Leasing				(6.933)	-	8.538
Total moeda nacional				26.270	59.219	74.244
Total Controladora				26.270	59.219	74.244
Passivo Circulante				18.158		49.826
Passivo Não Circulante				8.112		24.418

Linha de Crédito	Encargos (% a.a.)	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Saldo 30/09/11 (a valor presente)	Futuros Pagamentos 30/09/11	Saldo 31/12/10 (a valor presente)
Moeda nacional						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	CDI + Taxa	13,4%	1,4	16.890	16.890	21.229
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	CDI + Taxa	9,1%	1,1	5.305	5.305	18.307
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	CDI + Taxa	13,9%	2,0	16.908	16.908	21.686
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	CDI + Taxa	15,7%	0,9	17.283	17.283	34.307
Arrend. Financeiro Leasing Edificações	CDI + Taxa	15,8%	0,2	4.214	4.214	27.400
Juros Financeiro a vencer				(26.016)	-	(55.772)
AVP Arrend.Financ.Leasing				(6.933)	-	8.538
Total moeda nacional				27.651	60.600	75.695
Moeda estrangeira						
Arrend. Financeiro Leasing Veículos	Taxa	5,7%	5,0	2.215	2.215	996
Arrend. Financeiro Leasing Equip. Informática	Taxa	6,0%	0,3	2	2	16
Arrend. Financeiro Leasing Máquinas e Equip.	Taxa	13,0%	14,6	191.651	191.651	117.550
Arrend. Financeiro Leasing Instalações Industriais	Taxa	11,0%	1,4	1.546	1.546	2.674
Arrend. Financeiro Leasing Edificações	Taxa	6,2%	17,2	100.445	100.445	122.280
Total moeda estrangeira				295.859	295.859	243.516
Total Consolidado				323.510	356.459	319.211
Passivo Circulante				70.199		89.018
Passivo Não Circulante				253.311		230.193

Os arrendamentos financeiros a pagar foram atualizados ao valor presente, na data de registro inicial, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC nº 12, aprovado pela Deliberação CVM nº 564/08, conforme descrito na nota explicativa nº 3.

Segue abaixo o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Moeda nacional				
1T11	-	13.664	-	13.789
2T11	-	13.688	-	13.813
3T11	-	11.808	-	11.918
4T11	6.612	10.666	6.738	10.777
1T12	3.784	-	3.910	-
2T12	3.843	-	3.969	-
3T12	3.919	-	4.044	-
2012	2.662	21.491	2.788	21.933
2013	2.852	2.785	3.259	3.133
2014	606	93	811	237
2015	568	49	674	95
2016	1.424	-	1.458	-
Total moeda nacional	26.270	74.244	27.651	75.695
Moeda estrangeira				
1T11	-	-	-	9.809
2T11	-	-	-	9.868
3T11	-	-	-	9.478
4T11	-	-	15.351	9.566
1T12	-	-	15.141	-
2T12	-	-	10.927	-
3T12	-	-	10.119	-
2012	-	-	9.733	42.585
2013	-	-	38.345	34.018
2014	-	-	36.729	32.426
2015	-	-	43.934	30.850
2016	-	-	25.042	20.819
2017	-	-	7.226	44.097
2018	-	-	83.312	-
Total moeda estrangeira	-	-	295.859	243.516
Total arrendamento	26.270	74.244	323.510	319.211

O cronograma do valor presente do total dos pagamentos futuros mínimos do arrendamento mercantil financeiro é o seguinte:

	Controladora	
	30/09/11	31/12/10
Moeda nacional		
Até 1 ano	18.158	49.826
De 1 ano até 5 anos	8.112	24.418
	<u>26.270</u>	<u>74.244</u>
	Consolidado	
	30/09/11	31/12/10
Moeda nacional		
Até 1 ano	18.661	50.297
De 1 ano até 5 anos	8.990	25.398
	<u>27.651</u>	<u>75.695</u>
Moeda estrangeira		
Até 1 ano	51.538	38.721
De 1 ano até 5 anos	153.783	160.699
Mais de 5 anos	90.538	44.096
	<u>295.859</u>	<u>243.516</u>
	<u>323.510</u>	<u>319.211</u>

Seguem abaixo as garantias dos arrendamentos:

Marfrig Alimentos S.A.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Moeda nacional				
Garantias:				
Bem financiado	26.270	74.244	27.651	75.695
Total moeda nacional	26.270	74.244	27.651	75.695
Moeda estrangeira				
Garantias:				
Bem financiado	-	-	295.859	243.516
Total moeda estrangeira	-	-	295.859	243.516
Total	26.270	74.244	323.510	319.211

17.1 ARRENDAMENTO OPERACIONAL

Segue abaixo o demonstrativo de arrendamento mercantil operacional em 30 de setembro de 2011:

Marfrig Alimentos S.A.

ARRENDAMENTO OPERACIONAL

Controladora

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Valor total financiado	Montante despesa em 30/09/11
	Moeda nacional					
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	16/02/11	13,14%	0,0	1.634	204
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/02/11	11,49%	0,1	1.392	196
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	02/07/07	15,89%	1,3	1.640	262
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/11/09	13,39%	1,1	1.206	959
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/02/10	17,41%	1,3	4.790	301
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	19/05/10	17,41%	1,6	5.429	1.198
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	19/05/10	10,37%	1,6	1.718	1.357
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	09/05/10	9,77%	1,5	1.572	430
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	23/05/10	14,93%	1,6	1.064	760
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	09/05/10	8,09%	1,5	1.571	436
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/05/10	14,93%	1,6	260	392
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	18/01/11	13,03%	2,2	7.247	107
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/01/11	10,50%	2,2	1.216	1.750
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	17/08/11	10,50%	2,8	2.699	236
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	10/07/08	3,04%	1,2	5.691	277
Frigorífico Extremo Sul	Planta Frigorífica	01/10/09	15,98%	0,9	2.740	1.176
	Total moeda nacional				<u>41.869</u>	<u>10.041</u>
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,9	3.450	208
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,9	8.625	519
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/08	libor + 3%	6,9	5.620	354
	Total moeda estrangeira				<u>17.695</u>	<u>1.081</u>
	Total moeda nacional e estrangeira				<u>59.564</u>	<u>11.122</u>

Consolidado

Instituição financeira	Bem arrendado	Data início	Taxa média ponderada de juros (a.a.)	Prazo médio ponderado de venc. (anos)	Valor total financiado	Montante despesa em 30/09/11
	Moeda nacional					
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	16/02/11	13,14%	0,0	1.634	204
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/02/11	11,49%	0,1	1.392	196
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	02/08/08	15,89%	1,3	1.640	262
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/11/09	13,39%	1,1	1.206	959
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/02/10	17,41%	1,3	4.790	301
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	19/05/10	17,41%	1,6	5.429	1.198
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	19/05/10	10,37%	1,6	1.718	1.357
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	09/05/10	9,77%	1,5	1.572	430
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	23/05/10	14,93%	1,6	1.064	760
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	09/05/10	8,09%	1,5	1.571	436
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/05/10	14,93%	1,6	260	392
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	18/01/11	13,03%	2,2	7.247	107
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	21/01/11	10,50%	2,2	1.216	1.750
CSI LATINA A. M. S.A	Equip. Informática	17/08/11	10,50%	2,8	2.699	236
CSI LATINA A. M. S.A	Máquinas e equip.	10/07/08	15,89%	1,2	5.691	277
Frigorífico Extremo Sul	Planta Frigorífica	01/10/09	15,89%	0,9	2.740	1.176
Frigorífico Mercosul	Planta frigorífica	21/09/09	IGP-M ano	3,4	100.000	9.145
Frigorífico Margem	Planta frigorífica	09/10/09	IGP-M ano	3,4	164.500	19.111
Frigorífico 4 Rios	Planta frigorífica	01/12/09	IGP-M ano	3,4	9.600	3.523
Frigorífico Boivi	Planta frigorífica	29/12/09	IGP-M ano	4,6	6.000	1.664
	Total moeda nacional				<u>321.969</u>	<u>43.484</u>
	Moeda estrangeira					
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,9	3.450	208
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/07	libor + 3%	4,9	8.625	519
AVN AIR LLC	Aeronave	01/12/08	libor + 3%	6,9	5.620	354
	Total moeda estrangeira				<u>17.695</u>	<u>1.081</u>
	Total moeda nacional e estrangeira				<u>339.664</u>	<u>44.565</u>

O cronograma de vencimentos do saldo financiado do arrendamento operacional a pagar é o seguinte:

	Controladora
	30/09/11 (a valor presente)
<hr/>	
Moeda nacional	
Até 1 ano	13.260
De 1 ano até 5 anos	13.672
	<hr/> 26.932
Moeda estrangeira	
Até 1 ano	6.304
De 1 ano até 5 anos	4.869
	<hr/> 11.173
	<hr/> <hr/> 38.105
<hr/>	
	Consolidado
	30/09/11 (a valor presente)
<hr/>	
Moeda nacional	
Até 1 ano	79.111
De 1 ano até 5 anos	194.477
	<hr/> 273.588
Moeda estrangeira	
Até 1 ano	6.304
De 1 ano até 5 anos	4.869
	<hr/> 11.173
	<hr/> <hr/> 284.761

Os arrendamentos mercantis operacionais contratados pela Companhia não apresentam quaisquer restrições ou contingências, tendo sido celebrados de acordo com as práticas convencionais de mercado, havendo, em alguns casos, cláusulas de reajuste durante a vigência do contrato.

Os valores dos bens arrendados são calculados a um custo definitivo total, que inclui custos de transporte, tributos e documentação. Sobre o valor do custo definitivo total calcula-se o valor das contraprestações, aplicando-se um percentual pré-definido para cada contrato.

Em caso de rescisão, a arrendadora terá a opção de cumulativamente: (i) rescindir unilateralmente de pleno direito o contrato de arrendamento; (ii) pleitear pela devolução dos bens arrendados; e (iii) declarar o vencimento antecipado do contrato de arrendamento mercantil. Nesse caso a arrendatária obriga-se a pagar o valor do saldo devedor das parcelas não quitadas, incluindo vencidas e vincendas, além de eventuais despesas, tributos e encargos em aberto, acrescidos de multa de 10% sobre o saldo devedor. A arrendatária, sem prejuízo da arrendadora, poderá pleitear perdas e danos.

Em relação à opção de renovação, a arrendatária deve manifestar previamente sua intenção, no silêncio prorroga-se automaticamente a renovação cujas condições devem ser ajustadas entre as partes. Caso não haja um ajuste entre as partes, a arrendatária deverá optar pela compra a valor de mercado ou devolver os bens.

18. DEBÊNTURES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Debêntures a pagar	598.200	-	598.200	-
(-) Custo emissão de debêntures	(4.576)	-	(4.576)	-
Juros debêntures	126.510	132.000	126.510	132.000
(-) IRRF sobre juros debêntures	(25.700)	-	(25.700)	-
	<u>694.434</u>	<u>132.000</u>	<u>694.434</u>	<u>132.000</u>
Passivo Circulante	100.810	132.000	100.810	132.000
Passivo Não Circulante	593.624	-	593.624	-

A Companhia, após aprovação em Reunião do Conselho de Administração de 14 de janeiro de 2011, realizou a 3ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória da Companhia, com esforços restritos, nos moldes da Instrução CVM nº. 476/2009, captando com as seguintes características: valor nominal de R\$ 598.200, dividido em 598.200 debêntures, no valor unitário nominal de R\$1, data de emissão de 18 de janeiro de 2011, vencimento em 18 de janeiro de 2018, dividida em duas séries, sendo (i) Primeira Série, com a emissão de 360.000 debêntures, com remuneração sobre o valor nominal desde a data da emissão de 127,6% da taxa DI a.a., base 252 dias, sem correção monetária, e (ii) a Segunda Série, com a emissão de 298.200 debêntures, com remuneração do valor nominal desde a data da emissão corrigido pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apurado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescido de 9,5% a.a. base 252 dias; com garantia de cessão fiduciária de fluxo de recebíveis de titularidade da Companhia, no valor de 20% do saldo das debêntures emitidas e garantia fidejussória (fiança) das seguintes subsidiárias: (i) União Frederiquense Participações Ltda. (ii) Seara Alimentos S.A; e (iii) Marfrig Holdings (Europe) B.V.

As operações acima descritas tiveram seus fluxos convertidos a uma variação cambial em USD acrescidos da taxa de 6,75% ao ano pelo período completo da operação.

Também estão provisionados juros de debêntures conversíveis em ações conforme nota explicativa 22.2.

Segue abaixo o cronograma de vencimentos das debêntures:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Moeda nacional				
3T11	-	132.000	-	132.000
2012	100.810	-	100.810	-
2013	199.400	-	199.400	-
2014	199.400	-	199.400	-
2015	194.824	-	194.824	-
	<u>694.434</u>	<u>132.000</u>	<u>694.434</u>	<u>132.000</u>

19. TÍTULOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Títulos a pagar investimentos Europa (a)	-	-	178.023	367.479
Títulos a pagar investimentos Brasil	7.564	108.250	7.564	108.250
Títulos a pagar - Patrocínios (b)	-	-	42.825	33.338
Derivativos a pagar	174.019	138.914	214.645	148.875
Partes relacionadas	646.049	-	-	-
Outros (c)	1.141	14.955	545	38.209
AVP	(2.673)	(2.058)	(2.672)	(2.058)
	<u>826.100</u>	<u>260.061</u>	<u>440.930</u>	<u>694.093</u>
Passivo Circulante	173.125	152.857	428.165	313.632
Passivo Não Circulante	652.975	107.204	12.765	380.461

(a) O fato relevante da Companhia divulgado ao mercado em 23 de junho de 2008 informou que a Marfrig adquiriu empresas na Europa e no Brasil. O contrato de aquisição contém previsão de um pagamento contingente potencial de até de US\$220 milhões, baseado no futuro desempenho dos negócios situados na Europa. Tal aquisição foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 31 de outubro de 2008, bem como em Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, realizada em 1º de dezembro de 2008. Tal obrigação foi registrada em conformidade com o CPC 15 - Combinação de Negócios e divulgado conforme a Deliberação CVM nº 603/2009, com os devidos efeitos nas demonstrações financeiras de 2009 comparadas às demonstrações de 2010. A Companhia e os antigos acionistas das empresas adquiridas chegaram a um acordo a respeito do montante que será desembolsado referente ao pagamento contingente acima mencionado. Tal pagamento totaliza em USD 96 milhões, desta forma, o excedente do saldo foi revertido pela Companhia

(b) Em 8 de março de 2010 a Companhia firmou contrato com a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), para patrocínio das Seleções Brasileiras de Futebol, envolvendo todas as equipes de futebol masculina e feminina, das diferentes categorias coordenadas por ela (“SELEÇÕES”).

O contrato permite divulgar o patrocínio das “SELEÇÕES” por meio de exposição e associações à marca e produtos SEARA, bem como MONTANA, BASSI, DAGRANJA, PALATARE e outras marcas de titularidade da MARFRIG. Possibilita ainda o direito de imagens individuais de atletas e membros das Comissões Técnicas das Seleções e de terceiros, a utilizar o logotipo da CBF em campanhas publicitárias dos produtos de linha, incluindo ações em loja (*In-Store*), bem como brindes e embalagens de produtos em território nacional e estrangeiro. A CBF fica obrigada a divulgar as marcas fornecidas pela MARFRIG em *back-drop* em todas as entrevistas coletivas tanto no Brasil como no exterior, divulgar o logotipo da marca nas costas dos uniformes de treino e lazer, utilizados pelos integrantes da seleção, a vigência deste contrato é da data de assinatura até 31 de dezembro de 2026.

Em 29 de março de 2010 a Companhia assinou contrato com a FIFA (*Federation Internationale de Football Association*), para patrocínio dos campeonatos - *2010 FIFA World Cup™*, *FIFA Confederations Cup 2013* e *2014 FIFA World Cup™*. O contrato permite a utilização das marcas do Grupo Marfrig, tais como: SEARA, PATY, PEMMICAN e MOY PARK, e também a utilização do logotipo dos campeonatos em propagandas, produtos e sua distribuição.

Em 10 de fevereiro de 2011 a Companhia firmou contrato com Santos Futebol Clube para patrocínio das equipes profissionais de futebol masculino de campo do clube. Referido contrato vigora até 31 de dezembro de 2011. O contrato permite o patrocínio nos ombros das camisas de jogo e de treino da equipe nos campeonatos Paulista, Libertadores e Campeonato Brasileiro do ano de 2011.

Em 14 de fevereiro de 2011, a Companhia firmou contrato com a MMC Automotores do Brasil S.A., referente ao patrocínio da Mitsubishi Motorsports Sudeste, com divulgação nos veículos, rampa de largada e chegada e uniformes. Referido contrato vigorará até 31 de dezembro de 2011.

(c) Na rubrica "Outros", na coluna consolidado em 31 de dezembro de 2010, encontra-se a segunda parcela a pagar da compra da O'Kane Poultry.

20. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

20.1 A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos, em curso normal de seus negócios, nas esferas cível, administrativa, tributária, previdenciária e trabalhista, para os quais foram constituídas provisões com base na estimativa de seus consultores legais. As principais informações dos processos estão assim apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Trabalhistas e previdenciárias	7.173	10.484	27.595	46.436
Fiscais	2.541	2.555	111.477	138.037
Cíveis	5.536	2.211	40.648	38.900
Outras	-	-	-	313
	<u>15.250</u>	<u>15.250</u>	<u>179.720</u>	<u>223.686</u>

20.1.1 TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia e suas controladas eram rés em diversas reclamações trabalhistas. Baseado no histórico passado de pagamentos da Companhia e de suas controladas foram constituídas provisões no valor de R\$27.595. Na opinião da Administração e dos assessores legais este valor é considerado suficiente para fazer frente a eventuais perdas. A maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, risco ergonômico entre outros.

20.1.2 FISCAIS

As contingências fiscais referem-se substancialmente aos seguintes tributos:

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS.

A totalidade de provisão de contingências fiscais da Companhia, que na opinião da Administração e de seus assessores legais são de risco provável, totalizam o valor de R\$2.541. Referidas contingências referem-se a discussões de ICMS nos diversos Estados onde a Companhia atua. A Companhia discute o aproveitamento de créditos advindos de transferência de mercadorias destinadas à outra filial no valor estimado de R\$619, a emissão de documento fiscal eletrônico e emissão de documento fiscal, no valor estimado de R\$1.445. Ademais, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$477 para fazer frente a eventuais contingências.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS

A controlada Seara possui provisão de contingências fiscais no valor total de R\$71.404, a qual se compõe da seguinte forma:

A controlada Seara possui processos administrativos que discutem a glosa de pedidos de ressarcimento de créditos de PIS/COFINS totalizando o valor de R\$8.002, relativos a créditos sobre despesas com depreciação, créditos sobre bens adquiridos para revenda, sobre despesas com fretes, sobre atividades de transporte de cargas, presumido do PIS e da COFINS de atividades agroindustriais, sobre despesas de aluguéis, e sobre despesa com comissão.

A Seara ainda possui processos administrativos que discutem a glosa de créditos presumidos de IPI como forma de ressarcimento do PIS/COFINS incidente sobre as exportações no valor de R\$3.793 e possui provisões tributárias no valor de R\$18.969 das quais, R\$16.122 correspondem aos processos administrativos relativos a i) IRPJ/CSLL referente à dedutibilidade de despesas com PCLD e depósitos judiciais (CPMF) no valor de R\$8.085; ii) glosas de créditos de PIS/COFINS sobre insumos tributados a alíquota zero, produtos monofásicos, despesas com fretes e créditos presumidos das atividades agroindustriais no valor de R\$7.566; iii) ICMS sobre margem nas transferências no valor de R\$249; v) ITR sobre valor da Terra Nua no valor de R\$222; e R\$2.847 a riscos fiscais não materializados até o momento.

A Seara possui também provisão de R\$2.688 referente a honorários advocatícios sobre Processos Tributários, R\$36.420 referentes a Provisão de IRPJ/CSLL sobre Créditos Tributários e R\$1.532 referentes a Juros sobre Compensação de Débito de Tributos Previdenciários com Créditos de Tributos Federais.

Ainda, as subsidiárias Zenda, DaGranja, Mabella, Penasul, Agrofrango e Braslo possuem em conjunto provisão para contingência tributária no valor de R\$37.532, que individualmente não são relevantes.

20.1.3 CÍVEIS

Em 30 de setembro de 2011 a Administração, com base na opinião de seus assessores legais, constituiu provisão no montante das ações classificadas como de risco provável, totalizando R\$40.648.

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias. Nenhum destes processos individualmente é relevante, todavia, destacamos as ações coletivas da controlada Seara, que possuem natureza trabalhista, e discutem basicamente minutos de preparo e horas extras as quais possuem provisão no valor estimado de R\$10.000.

20.2 Os passivos contingentes, que não são sujeitos ao registro contábil, conforme as normas vigentes são demonstradas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Trabalhistas e previdenciárias	79.248	41.042	176.072	125.446
Fiscais	271.409	143.726	339.699	261.578
Cíveis	15.011	1.589	78.455	72.235
	<u>365.668</u>	<u>186.357</u>	<u>594.226</u>	<u>459.259</u>

20.2.1. Trabalhistas e previdenciárias

Entre as ações civis públicas de natureza trabalhista, destacamos as ações civis públicas da controlada Seara, que na opinião dos assessores legais, estão classificadas como de perda possível no valor estimado de R\$18.330, as quais discutem basicamente minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, terceirização de atividade fim, adicional de insalubridade, risco ergonômico entre outras.

Ainda, a maior parte das reclamações trabalhistas ajuizadas contra a Companhia e suas controladas, que na opinião de nossos assessores legais estão classificadas como perda possível, referem-se a temas comumente alegados no segmento, tais como justa causa, horas extras, minutos de preparo, intervalo para pessoal que trabalha em ambiente refrigerado, horas *in itinere*, entre outros. Todavia, a Administração esclarece que individualmente nenhuma reclamatória trabalhista é relevante.

20.2.2. Fiscais

Apresentamos abaixo as principais matérias em discussão judicial de natureza fiscal que na opinião da Administração e dos nossos assessores legais estão classificadas como perda possível para a Companhia e suas controladas.

Impostos e Contribuições Federais

Em 30 de setembro de 2011 constam processos administrativos movidos pelos órgãos da União pelo valor total histórico de R\$70.016, exigindo (i) diferenças de recolhimento de débitos de PIS e COFINS e obrigações acessórias e (ii) multa para liberação de mercadoria por erro formal em documentação. O valor histórico total envolvido nas autuações dos itens i) e ii) totalizam R\$1.172, para os quais não foi constituída provisão uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, as chances de perda nestes processos são possíveis; (iii) crédito presumido de IPI, no valor histórico de R\$293, com julgamento administrativo que já reconheceu a procedência do crédito da empresa; iv) exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS, sendo tal ação a de maior relevância, trata de pedido de restituição, pelo valor total histórico de R\$68.552, para os quais não foi constituída provisão, uma vez que, com base na opinião dos assessores jurídicos, a chance de perda nestes processos é possível. Foram apresentadas defesas administrativas alegando a inexigibilidade e decadência de parte dos débitos, incorreção em suas bases de cálculo, e que os valores foram presumidos pela fiscalização, o que é vedado em determinados casos. Tais defesas ainda não foram analisadas.

A empresa controladora e suas controladas possuem processos administrativos decorrentes de compensações de créditos de tributos federais com débitos previdenciários, sendo Marfrig R\$15.190, Penasul R\$3.026, Dagraja R\$20.059, Mabella R\$18.064, Seara R\$57.449, Pampeano R\$5.243 e Agrofrango R\$5.239. Estas empresas possuem medida judicial que discute o seu direito à compensação nos termos realizados.

PIS e COFINS sobre importação

Em novembro de 2004 a Companhia propôs medida judicial questionando a exigência do PIS e COFINS sobre importação e requerendo o afastamento da exigência destas contribuições. A medida liminar foi concedida e confirmada em sentença que atualmente encontra-se em vigor, sendo objeto de recurso de apelação da União em trâmite no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. Referida ação gera efeitos favoráveis ao fluxo de caixa, vez que permite o recolhimento desses tributos por ocasião da venda das mercadorias e não de forma antecipada, no momento da importação.

Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS

As discussões de ICMS envolvendo a Companhia nos processos administrativos movidos pelas Fazendas dos Estados de: São Paulo, Goiás, Minas Gerais, Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul e Ceará são relativas ao aproveitamento de créditos advindos da transferência de mercadorias, questionamento da apropriação de crédito presumido proveniente de atividades de abate, descumprimento de obrigação acessória e emissão errônea de notas fiscais e crédito outorgado montam o valor histórico de R\$63.556. Deste montante o valor de R\$19.550 foi objeto de medida judicial relativa a crédito outorgado pelo Estado de SP, com antecipação de tutela favorável suspendendo sua exigibilidade e R\$ 3.517 é objeto de medida judicial. A Companhia questiona a cobrança de recolhimento pela não comprovação de ingresso de mercadorias na Zona Franca de Manaus, pelo valor histórico de R\$685. No Estado de Mato Grosso as autuações referem-se à desconsideração de regime de estimativa firmado com o Estado, ausência de emissão de documento fiscal eletrônico, emissão irregular de documento fiscal e comprovação de exportação, no valor de R\$13.324.

Os processos de maior relevância referentes ao ICMS são movidos pela Fazenda do Estado de São Paulo exigindo valores relativos ao crédito presumido de ICMS sobre notas-fiscais de transferências de mercadorias remetidas pela filial localizada no Estado do Mato Grosso do Sul às filiais localizadas no Estado de São Paulo - “Guerra Fiscal”. Os valores dos lançamentos correspondem à diferença entre o imposto destacado nos documentos de entrada de mercadorias no centro de distribuição e o cobrado no Estado de origem. O valor histórico total exigido nestes processos administrativos lavrados é R\$ 204.330. Encontra-se em discussão em fase administrativa o valor total de R\$ 119.179. A Companhia possui ação judicial que questiona a exigibilidade do crédito, equivalente a R\$98.635. Dentre esses, três são execuções fiscais no valor histórico de R\$73.847. A empresa controlada Dagranya possui processos administrativos movidos também pela Fazenda do Estado de São Paulo, relativos à exigência de ICMS decorrentes de benefício fiscal concedido pelos Estados de Minas Gerais e Paraná, no valor histórico de R\$24.165, objeto de discussão administrativa e medida judicial quanto aos processos com fase administrativa encerrada.

20.2.3. Cíveis

As ações cíveis da Companhia e de suas controladas envolvem tipicamente controvérsias relativas a acordos comerciais e indenizatórias, que individualmente não são relevantes.

20.3 Movimentação das provisões

	Controladora				Consolidado				
	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	TOTAL	Trabalhista e previdenciárias	Fiscais	Cíveis	Outras	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2010	10.484	2.555	2.211	15.250	46.436	138.037	38.900	313	223.686
Adição	-	-	-	-	14.838	37.316	4.813	-	56.967
Reversão	-	-	-	-	(7.770)	(37.544)	(4.181)	-	(49.495)
Reclassificação	(3.311)	(14)	3.325	-	(26.686)	(26.761)	1.116	(313)	(52.644)
Ganho/Perda na conversão	-	-	-	-	777	429	-	-	1.206
Saldo em 30 de setembro de 2011	7.173	2.541	5.536	15.250	27.595	111.477	40.648	-	179.720

21. IMPOSTOS DE RENDA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS - PASSIVO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Imposto de renda	95.843	99.500	1.110.692	1.138.812
Contribuição social	34.503	35.821	310.567	324.624
	130.346	135.321	1.421.259	1.463.436

Referem-se aos tributos diferidos contabilizados no momento da adoção do custo atribuído aos dos bens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2009, que serão liquidados à medida que ocorram alienação, baixa ou depreciação/amortização dos bens reavaliados, conforme respectiva vida útil determinada no laudo de avaliação. Adicionalmente, representado pelo efeito dos tributos federais diferidos apurados sobre os efeitos da adoção inicial do IFRS.

Segue abaixo a movimentação dos tributos diferidos no período findo em 30 de setembro de 2011:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	IRPJ	CSL	IRPJ	CSL
Saldo em 31 de dezembro de 2010	99.500	35.821	1.138.812	324.624
Constituição	-	-	7.855	386
Realização de reserva de reavaliação	(1.315)	(474)	(13.186)	(3.844)
Reavaliação de mais valia Imobilizado	(2.342)	(844)	(5.072)	(1.085)
Tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	426	2.773
Reversão de tributos diferidos sobre diferenças temporárias	-	-	(50.400)	-
Outros	-	-	(31.095)	(12.287)
Ganho/perda na conversão	-	-	63.352	-
Saldo em 30 de setembro de 2011	95.843	34.503	1.110.692	310.567

22. PATRIMONIO LÍQUIDO

22.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2011 é de R\$4.061.478 representado por 346.983.954 ações ordinárias, sem valor nominal (em 31 de dezembro de 2010 era de R\$4.061.478). Deduzido dos gastos com emissão pública e privada de ações, este capital é de R\$ 3.986.518 (em 31 de dezembro de 2010 era de 3.986.518).

Com base na Deliberação CVM nº 649/10, a Companhia registrou no patrimônio líquido os custos incorridos nos processos de captação de recursos através de emissão pública de ações (realizadas em 2007 e 2009) e emissão privada de ações (realizada em 2008).

De acordo com o Estatuto Social, por deliberação do Conselho de Administração, o capital social poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, no limite de até 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, incluindo o atual Capital Social, e nas condições que este vier a definir.

A critério do Conselho de Administração poderá ser realizada emissão de ações e debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o § 4º, do artigo 171, da Lei nº 6.404/76, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública, ou ainda mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, dentro do limite do capital autorizado.

As condições das emissões (preço e prazo) são definidas pelo Conselho de Administração.

A opção de compra de ações, os casos ou as condições em que os acionistas terão direito de preferência para subscrição, ou de inexistência desse direito, aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou sociedade sob seu controle está apresentada na nota explicativa nº 25.

22.2 RESERVA DE CAPITAL - DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS

A Companhia, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da Marfrig Alimentos S/A.”, emitiu 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures mandatoriamente conversíveis em ações, com o valor nominal unitário de R\$10, no valor total de R\$2.500.000. As debêntures foram emitidas em 15/07/2010 por intermédio de subscrição privada, com prazo de 60 meses, anualmente corrigidos por uma taxa de juros à razão de 100% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescido de um spread de 1% (um por cento). A remuneração das debêntures está classificada no passivo circulante e tem seu pagamento garantido por fiança bancária prestada pelo Banco Itaú BBA S/A. A totalidade das 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures foi subscrita em diversas datas durante o mês de setembro, sendo o principal debenturista o BNDES Participações S/A.

A Companhia, com base nas características da operação, registrou como Reserva de Capital as debêntures emitidas. Conforme definido na referida Escritura de Emissão e ressalvadas as hipóteses de conversão voluntária, o preço de conversão será o menor valor dentre os seguintes itens: (i) R\$21,50, acrescido do percentual de juros efetivamente pagos aos debenturistas sobre o valor nominal da emissão e subtraído dos proventos distribuídos a cada ação, ambos corrigidos pelo CDI desde a data do seu efetivo pagamento, no caso dos juros das debêntures, ou da data ex-proventos, no caso dos proventos, até a data da conversão; e (ii) o maior valor entre o preço de mercado e R\$24,50, este último sem ajuste por proventos em dinheiro ou atualização monetária.

Caso a conversão ocorra pelo valor de R\$24,50, haveria emissão de 102.040.816 ações.

A Companhia incorreu em R\$12.328 de gastos com emissão de debêntures, registrados como redutora de Reserva de Capital conforme determinam as regras contábeis para instrumento de capital. Em agosto de 2011 houve a renovação da fiança no montante de R\$ 8.365, desta forma, o saldo de gasto com emissão de ações passou a ser de R\$ 20.693.

Em virtude da integralização das referidas debêntures realizada pela BNDES Participações S/A, a MMS Participações S/A e a BNDES Participações S/A firmaram Acordo de Acionistas com o objetivo de regular o relacionamento das partes na qualidade de acionistas da Marfrig Alimentos S.A.

22.3 RESERVAS DE LUCROS

22.3.1 Reserva legal

Constituída, tendo como base o percentual de 5% (cinco por cento) sobre o lucro líquido da Companhia, conforme definido em seu estatuto e na legislação vigente.

No exercício de 2010 foi constituído o montante de R\$7.305 a título de reserva legal. Dessa forma, o saldo em 30 de setembro de 2011 permaneceu em R\$44.476.

22.3.2 Ações em tesouraria

Ações em tesouraria - Controladora

	<u>Controladora</u>
<u>Ações em tesouraria</u>	
Aquisição em 2008	695.600
Transferência de ações aos administradores até 31/12/2010	(301.402)
Saldo em 31/12/2010	<u>394.198</u>
Transferência de ações aos administradores no primeiro trimestre de 2011	(73.275)
Transferência de ações aos administradores no segundo trimestre de 2011	(50.675)
Transferência de ações aos administradores no terceiro trimestre de 2011	(37.525)
Quantidade de ações em tesouraria em Setembro 2011	<u><u>232.723</u></u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foram transferidas 161.475 ações aos administradores da Companhia, tendo em vista o plano de opção de ações descrito na nota explicativa nº 25.

Em 30 de setembro de 2011 o saldo de ações em tesouraria passou a ser de 232.723, o qual está registrado contabilmente pelo montante de R\$4.338.

O valor das ações em tesouraria, valorizadas à cotação de R\$6,13 (seis reais e treze centavos) /ação no último pregão anterior a 30 de setembro de 2011 era de R\$1.427.

22.4 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Tendo em vista a Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no qual reconhece o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior detidas pela Companhia, direta e indiretamente. Esse efeito acumulado será revertido para o resultado do período como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

22.5 AJUSTE ACUMULADO DE CONVERSÃO

Conforme previsto no Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 30 de janeiro de 2009, bem como na Deliberação CVM nº 640/10, a Companhia criou o subgrupo de contas denominado “Ajustes Acumulados de Conversão”, no qual foram registradas as variações cambiais resultantes da conversão das demonstrações financeiras de subsidiárias no exterior, cuja moeda funcional da investida diverge da controladora.

22.6 DIVIDENDOS A PAGAR

O dividendo obrigatório da Companhia é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras da Companhia controladora. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento do mesmo, além do dividendo mínimo obrigatório, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações da Companhia e irá depender de diversos fatores, tais como: resultados operacionais, condição financeira, necessidades de caixa e perspectivas futuras da Companhia, além de outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas da Companhia julgarem relevantes.

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 30 de Abril de 2011, foi aprovada a proposta a distribuição de dividendos relacionados ao exercício de 2010, a qual está demonstrada abaixo:

Descrição	
Lucro Líquido do Exercício antes dos Juros Sobre o Capital Próprio	146.094
(-) Reserva Legal	<u>(7.305)</u>
Lucro líquido ajustado para fins de dividendos	138.789
Dividendos obrigatórios	34.698
(-) Juros Sobre o Capital Próprio Líquido	<u>(29.833)</u>
Dividendos a pagar	<u>4.865</u>

22.7 JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

O artigo 9º da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, com as alterações do artigo 88, XXVI, da Lei nº 9.430/96, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da taxa de juros de longo prazo - TJLP.

Na Assembléia Geral de Acionistas, realizada em 30 de abril de 2011, foi aprovada a proposta a distribuição de juros sobre o capital próprio aos acionistas relacionados ao período de 2010, a qual está demonstrada abaixo:

Descrição	
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2009 - antes da adoção completa dos CPCs	4.076.440
(x) TJLP acumulada do período de janeiro a dezembro de 2010	6,1678%
Limite conforme legislação	251.427
Valor dos juros sobre o capital próprio	34.532
(-) Imposto de renda retido na fonte - IRRF	(4.699)
	<u>29.833</u>

22.8 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

Refere-se à participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido da Companhia.

23. RECEITAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Receita da venda de produtos				
Vendas no mercado interno	2.315.734	1.843.685	11.104.456	6.627.287
Vendas no mercado externo	1.232.219	1.032.823	5.836.305	4.659.804
	<u>3.547.953</u>	<u>2.876.508</u>	<u>16.940.761</u>	<u>11.287.091</u>
Deduções da Receita Bruta				
Impostos sobre vendas	(93.135)	(48.462)	(497.795)	(411.999)
Devoluções e abatimentos	(103.952)	(118.582)	(344.640)	(314.399)
	<u>(197.087)</u>	<u>(167.044)</u>	<u>(842.435)</u>	<u>(726.398)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>3.350.866</u>	<u>2.709.464</u>	<u>16.098.326</u>	<u>10.560.693</u>

24. RESULTADO POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
Custos das vendas				
Custos dos estoques	2.347.999	1.871.011	11.451.108	7.297.216
Depreciação	48.332	39.948	336.526	235.545
Amortização	1.620	-	176.352	97.967
Salários e benefícios a empregados	168.232	203.425	1.880.266	1.180.303
	<u>2.566.183</u>	<u>2.114.384</u>	<u>13.844.252</u>	<u>8.811.031</u>
Despesas administrativas				
Depreciação	3.814	3.424	22.106	18.922
Amortização	-	-	7.033	2.001
Salários e benefícios a empregados	60.269	42.060	238.157	159.176
Outros	40.939	44.825	335.467	148.245
	<u>105.022</u>	<u>90.309</u>	<u>602.763</u>	<u>328.344</u>
Despesas com vendas				
Depreciação	201	349	5.439	3.455
Amortização	-	-	482	330
Salários e benefícios a empregados	20.080	16.535	132.807	92.141
Outros	210.479	169.795	980.782	901.152
	<u>230.760</u>	<u>186.679</u>	<u>1.119.510</u>	<u>997.078</u>

25. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A política de compensação visa estabelecer os critérios, responsabilidades e as definições da remuneração dos administradores do Grupo Marfrig, seja a de curto prazo como a de longo prazo (*Bônus* e *Stock Option*).

A mesma visa impulsionar o executivo do GRUPO MARFRIG a crescer e se desenvolver para atingir seu potencial máximo, alinhado aos objetivos do negócio e reconhecer esse desempenho através do pagamento de Incentivo (Curto Prazo e Longo Prazo).

O Comitê de Governança Corporativa e Remuneração é o colegiado responsável pela avaliação/análise da remuneração dos administradores. O comitê é formado pelos seguintes cargos: Membro do Conselho de Administração (coordenador), Presidente e Diretor Corporativo de RH. As reuniões têm periodicidade mensal, com foco nas questões estratégicas de Recursos Humanos.

Os parâmetros utilizados para a definição da remuneração dos administradores são baseados nas práticas de mercado.

25.1 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A remuneração do Conselho de Administração é composta de uma parte fixa e variável.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração variável - Remuneração baseada Bônus de curto prazo ou em *Stock Option*. É fixado um valor anual para cada um dos membros converterem em ações - *Stock Option* - somente longo prazo. O preço da ação é baseado na média dos últimos 20 pregões anteriores a 3 de março de cada ano. Não há subsídio por parte da empresa.

O exercício da opção é feito em 4 anos (25% ao ano), tal qual os critérios abaixo dos diretores estatutários.

A composição da remuneração dos conselheiros é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento, para assim ser definida uma base de remuneração a ser validada pelo Comitê de Governança Corporativa e Remuneração da Marfrig.

25.2 DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual para cada um dos membros, que é pago de forma mensal.

Remuneração Variável - É composta de remuneração de Curto Prazo (*Bônus*) e Longo Prazo (*Stock Options*) - As metas estabelecidas pela empresa para avaliação dos administradores, em geral, são compostas de objetivos econômicos (EBITDA da divisão e Lucro Líquido do Grupo Marfrig) e metas individuais.

O ganho no Plano de Opções de Ações está vinculado à valorização do preço da ação de mercado, ou seja, o que sua atuação individual e da Administração como um todo agregarem de valor à Companhia refletirá no seu ganho nesta modalidade de remuneração, mantendo ao mesmo tempo seu interesse alinhado com o da Companhia no longo prazo.

A remuneração por ações tem como o Preço de Exercício a base dos últimos 20 pregões anteriores ao dia 03 de março de cada ano e preço de outorga com desconto de 50% a partir das concessões de 2010.

O exercício de cada concessão anual (“*Vesting*”) obedece aos seguintes critérios:

- 25% após 12 meses da concessão;
- 25% após 24 meses da concessão;
- 25% após 36 meses da concessão;
- 25% após 48 meses da concessão.

A composição da remuneração dos diretores é feita através de pesquisa de mercado com as principais empresas do segmento onde são estabelecidos critérios de medição de acordo com a representatividade do cargo na organização. As macropolíticas são aprovadas pelo Comitê de Governança Corporativa e Remuneração.

25.3 CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Companhia foi instalado por ocasião da Assembléia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010. Na reforma do estatuto promovida por intermédio da Assembléia Extraordinária de 11 de março de 2011, o Conselho Fiscal tornou-se órgão de funcionamento permanente.

Remuneração Fixa - É fixado um valor anual, pago de forma mensal e não há remuneração variável.

25.4 REMUNERAÇÃO CONSOLIDADA

A remuneração dos administradores e conselheiros compreende os rendimentos de três membros do Conselho de Administração (os outros quatro membros optaram por não receber as remunerações como Conselheiros), seis membros do Conselho Fiscal (os outros três membros são suplentes) e da Diretoria Estatutária.

O valor agregado das remunerações recebidas pelos administradores e conselheiros da Companhia Controladora é definido por meio de práticas de mercado, com a participação do Comitê de Governança Corporativa e Remuneração, formado por um Membro do Conselho de Administração (coordenador), pelo Presidente e pelo Diretor Corporativo de Recursos Humanos.

25.5 PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES - STOCK OPTION PLAN

A Companhia mantém um programa de remuneração variável de longo prazo em opções de ações restritas para seus executivos e para seus conselheiros, cuja descrição encontra-se no Formulário de Referência, disponibilizado pela empresa no sistema IPE da CVM/BM&FBOVESPA e em seu website de Relações com Investidores.

Em 30 de setembro de 2011 havia 147 participantes no programa de opções da Companhia.

No período de 9 meses findo em 30 de setembro de 2011, foram transferidas 37.525 ações aos administradores da Companhia dentro dos planos de opção de ações, com um efeito negativo no resultado do período de R\$ 648.

Não é prevista diluição da participação dos atuais acionistas quando do exercício das opções de ações na data de performance (“vesting”) até o limite das ações mantidas em tesouraria para esse fim.

O total de opções não exercidas em 30 de setembro de 2011 era de 738.497 opções.

O valor justo das opções foi calculado pelo método Black-Scholes com base na taxa de retorno de longo prazo (TJLP) de 6,0% a.a. e com uma volatilidade implícita (Beta ajustado calculado no período de 12 meses 30 de setembro de 2010 e 30 de setembro de 2011) de 107,1%. O valor das ações em 30/09/2011 nos diferentes programas e vencimentos situou-se entre o máximo de R\$2,610 e o mínimo de (R\$7,8470) por ação para os Conselheiros, e entre o máximo de R\$5,1522 e o mínimo de (R\$5,2861) por ação para a Diretoria.

Segue os quadros com as movimentações ocorridas nos planos de opções em 2011:

Cotação:		6,13								
Plano de Opções de Ações										
	Beneficiários Únicos	Plano de Opções	Data de concessão	Período de performance	Número de Opções Concedidas	Número de Opções Vestidas	Número de Opções Exercidas no período	Opções Exercidas ou Canceladas em períodos anteriores	Número de Ações Implícitas - Opções em aberto	
Opções em aberto em 31/12/2010										
	147				1.198.330	343.533	173.608	125.000	899.722	
Conselho de Administração	3	MASTER 07-08	03/03/2008	04/03/2009	13.800	13.800	-	13.800	-	
	3	MASTER 07-08	03/03/2008	04/03/2010	13.800	13.800	9.200	4.600	-	
	3	MASTER 07-08	03/03/2008	04/03/2011	13.800	13.800	-	-	13.800	
	3	MASTER 07-08	03/03/2008	04/03/2012	13.800	-	-	-	13.800	
Conselho de Administração	3	MASTER 08-09	28/07/2009	04/03/2010	27.900	27.900	27.900	-	-	
	3	MASTER 08-09	28/07/2009	04/03/2011	27.650	27.650	-	-	27.650	
	3	MASTER 08-09	28/07/2009	04/03/2012	27.650	-	-	-	27.650	
	3	MASTER 08-09	28/07/2009	04/03/2013	27.650	-	-	-	27.650	
Executivos	15	ESP II CP 08-09	28/07/2009	28/07/2009	80.200	80.200	-	80.200	-	
	20	ESP I LP 07-08	28/07/2009	28/07/2009	50.000	50.000	-	50.000	-	
	20	ESP I LP 07-08	28/07/2009	03/03/2010	50.000	50.000	-	50.000	-	
	20	ESP I LP 07-08	28/07/2009	03/03/2011	50.000	50.000	39.175	10.825	-	
	20	ESP I LP 07-08	28/07/2009	03/03/2012	50.000	-	-	-	50.000	
	72	ESP III LP 08-09	28/07/2009	03/03/2010	108.083	108.083	800	107.283	-	
	72	ESP III LP 08-09	28/07/2009	03/03/2011	108.083	108.083	69.575	38.508	-	
	72	ESP III LP 08-09	28/07/2009	03/03/2012	108.082	-	-	-	108.082	
	72	ESP III LP 08-09	28/07/2009	03/03/2013	108.082	-	-	-	108.082	
	124	ESP IV LP 09-10	01/07/2010	03/03/2011	80.000	80.000	14.825	65.175	-	
	124	ESP IV LP 09-10	01/07/2010	03/03/2012	80.000	-	-	-	80.000	
	124	ESP IV LP 09-10	01/07/2010	03/03/2013	80.000	-	-	-	80.000	
124	ESP IV LP 09-10	01/07/2010	03/03/2014	80.000	-	-	-	80.000		
Opções em aberto em 30/09/2011										
	147				1.198.580	623.316	161.475	420.391	616.714	
			Preço de Exercício da Opção	Data de Expiração da Opção	Valor da Opção em 31/dez/2010 (Black Scholes) em R\$	Valor de Mercado - opções não vestidas em 31/dez/2010	Valor de Mercado - opções vestidas em aberto em 31/dez/2010	Efeitos no resultado de 31/dez/2010 em caso de contabilização		
						9.774	319	(11.633)		
Conselho de Administração	3	MASTER 07-08	13,58700	03/03/2010	(7,4570)	-	-	-		
	3	MASTER 07-08	13,58700	-	(7,4570)	-	-	-		
	3	MASTER 07-08	13,58700	03/03/2012	(7,4570)	-	(103)	(70)		
	3	MASTER 07-08	13,58700	03/03/2013	0,4158	6	-	(70)		
Conselho de Administração	3	MASTER 08-09	6,77830	03/03/2011	(0,6483)	-	-	-		
	3	MASTER 08-09	6,77830	03/03/2012	(0,6483)	-	(18)	(328)		
	3	MASTER 08-09	6,77830	03/03/2013	1,5144	42	-	(328)		
	3	MASTER 08-09	6,77830	03/03/2014	2,9044	80	-	(328)		
Executivos	15	ESP II CP 08-09	1,03823	30/11/2009	5,0918	-	-	-		
	20	ESP I LP 07-08	0,75485	30/11/2009	5,3752	-	-	-		
	20	ESP I LP 07-08	0,75485	02/09/2010	5,3752	-	-	-		
	20	ESP I LP 07-08	0,75485	02/09/2011	5,3752	-	-	-		
	20	ESP I LP 07-08	0,75485	02/09/2012	5,3946	270	-	(894)		
	72	ESP III LP 08-09	0,67783	02/09/2010	5,4522	-	-	-		
	72	ESP III LP 08-09	0,67783	02/09/2011	5,4522	-	-	-		
	72	ESP III LP 08-09	0,67783	02/09/2012	5,4695	591	-	(1.941)		
	72	ESP III LP 08-09	0,67783	02/09/2013	5,5390	599	-	(1.941)		
	124	ESP IV LP 09-10	11,02605	02/09/2011	(4,8961)	-	-	-		
	124	ESP IV LP 09-10	11,02605	02/09/2012	0,6516	52	-	(609)		
	124	ESP IV LP 09-10	11,02605	02/09/2013	2,1325	171	-	(609)		
124	ESP IV LP 09-10	11,02605	02/09/2014	3,0889	247	-	(609)			
Opções em aberto em 30/09/2011										
	147					2.058	(121)	(7.727)		

26. RESULTADO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra a reconciliação do cálculo de lucros por ação para o período findo em 30 de setembro de 2011 e 2010 (em milhares, exceto quando mencionado):

	30/09/11	30/09/10
Prejuízo atribuível aos acionistas	(607.430)	(15.017)
Média ponderada da quantidade de ações do período (em unidades)	346.983.954	346.983.954
Média ponderada da quantidade de ações em tesouraria, incluindo o efeito de <i>Stock Option</i> (em unidades)	274.631	439.765
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação (em unidades)	346.709.323	346.544.189
Prejuízo Básico e Diluído por ação (em R\$)	<u>(1,7520)</u>	<u>(0,0433)</u>

A Companhia possui debêntures conversíveis em ações ordinárias, não computados no cálculo do resultado por ação diluído por ter efeito antidilutivo.

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Marfrig Alimentos S.A. é uma multinacional de origem brasileira dedicada à produção, industrialização e comercialização no mercado interno e operações internacionais de produtos alimentícios diversificados, com foco em derivados de proteína animal.

A Companhia construiu um modelo de negócios integrado e geograficamente diversificado, composto por bases de produção localizadas em lugares com vantagens competitivas importantes de custo e uma rede de distribuição com acesso aos principais mercados consumidores do mundo.

A Companhia está organizada estrategicamente em duas áreas apresentáveis, organizadas de acordo com a proteína animal que dá origem à receita, com estruturas próprias e profissionalizadas e segmentadas em:

- Bovinos, Ovinos e Couro, com operações de abate de animais localizada unicamente na América do Sul (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile) e Europa,
- Aves, Suínos e Produtos Elaborados e Processados, com operações no Brasil, Europa, Estados Unidos, Oriente Médio e Ásia.

A plataforma global de distribuição está presente nos 5 continentes, com 150 plantas e escritórios na América do Sul, América do Norte, Ásia, África, Europa, Oriente Médio e Oceania, com um sistema de distribuição que nos permite exportar para mais de 140 países.

A Companhia fornece informações ao mercado combinadas por segmento de atividade, de forma equivalente às consideradas para tomada de decisões estratégicas pelos seus administradores.

Abaixo o balanço patrimonial e demonstração de resultado, resumidos por segmento de informação:

	30/09/11			31/12/2010		
	Bovinos Ovinos e Couros	Aves, Suínos e produtos elaborados e processados	Total	Bovinos Ovinos e Couros	Aves, Suínos e produtos elaborados e processados	Total
Ativo						
Circulante	5.790.255	4.019.212	9.809.467	5.960.537	3.439.702	9.400.239
Realizável a longo prazo	1.551.300	1.181.221	2.732.521	1.068.638	970.831	2.039.469
Investimentos	214	15.560	15.774	212	9.828	10.040
Imobilizado	2.433.433	4.627.460	7.060.893	2.299.699	4.385.889	6.685.588
Ativos biológicos	24.503	192.642	217.145	27.858	249.696	277.554
Intangível	1.187.812	3.144.898	4.332.710	1.163.385	3.023.311	4.186.696
	<u>10.987.517</u>	<u>13.180.993</u>	<u>24.168.510</u>	<u>10.520.329</u>	<u>12.079.257</u>	<u>22.599.586</u>
Passivo Circulante	2.418.965	4.002.934	6.421.899	3.323.134	3.625.425	6.948.559
Não circulante	7.237.770	4.458.725	11.696.495	5.916.497	3.238.117	9.154.614
	<u>9.656.735</u>	<u>8.461.659</u>	<u>18.118.394</u>	<u>9.239.631</u>	<u>6.863.542</u>	<u>16.103.173</u>

	30/09/11			30/09/10		
	Bovinos Ovinos e Couros	Aves, Suínos e produtos Elaborados e Processados	Total	Bovinos Ovinos e Couros	Aves, Suínos e produtos Elaborados e Processados	Total
Receita Líquida	5.757.762	10.340.565	16.098.327	4.849.538	5.711.155	10.560.693
CPV	(4.784.759)	(9.059.493)	(13.844.252)	(4.015.854)	(4.795.177)	(8.811.031)
Resultado financeiro	(1.278.261)	(491.128)	(1.769.389)	(681.941)	(101.557)	(783.498)
Lucro(Prejuízo)	(539.147)	(68.283)	(607.430)	(232.422)	217.405	(15.017)
Depreciação	90.324	457.614	547.938	75.465	282.755	358.220

28. COBERTURA DE SEGUROS

É política da Companhia, manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado e dos estoques sujeitos a risco, por montantes julgados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza das atividades e a orientação dos consultores de seguros.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores da Companhia.

Segue abaixo o resumo dos montantes segurados pela Companhia:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Edificações e instalações frigoríficas	874.105	874.105	5.028.128	5.934.716
Estoques e lucros cessantes	203.973	203.973	2.226.276	2.397.176
Armazem de terceiros	76.712	76.712	168.972	315.800
Veículos	5.325	8.934	17.079	15.585
Transporte de mercadorias	42.088	333.333	1.483.470	971.331
Garantia de diretores	50.000	50.000	104.241	91.631
Responsabilidade civil	10.550	550	362.049	336.493
Outros	1.288.253	912.795	1.453.381	1.062.147
	<u>2.551.006</u>	<u>2.460.402</u>	<u>10.843.596</u>	<u>11.124.879</u>

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVATIVOS E GERENCIAMENTO DE RISCO - CONSOLIDADO

29.1 CONTEXTO GERAL

Em suas atividades, a Companhia e suas controladas estão sujeitas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais, flutuação das taxas de juros e a preços das “*commodities*”. Com o objetivo de minimizar esses riscos, a Companhia dispõe de políticas e procedimentos para administrar tais exposições e pode utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pelo Conselho de Administração.

Dentre as políticas estabelecidas pela Companhia destacam-se: o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado; a mensuração dos mesmos; e a criação de limites para a tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial de sua dívida, fluxo de caixa e taxas de juros.

A Diretoria está autorizada a praticar todos e quaisquer atos dentre os abaixo indicados até o valor equivalente a 10% (dez por cento) do valor do patrimônio líquido da Companhia, tomando por base sempre as últimas demonstrações financeiras divulgadas ao mercado, com a ressalva de que para os valores acima de 5% (cinco por cento), será necessária, adicionalmente, a autorização do Comitê Financeiro da Companhia.

Os atos da Companhia mencionados no parágrafo anterior são: a) Prestar garantia a obrigações de controladas e/ou subsidiárias integrais; b) aprovar aquisições e/ou alienações de bens do ativo permanente; c) aprovar a obtenção de operações financeiras, incluindo operações de “*leasing*”; e d) aprovar transação ou conjunto de transações envolvendo a Companhia e partes relacionadas, direta ou indiretamente.

A Companhia não pratica operações alavancadas em derivativos ou instrumentos similares que não objetivem proteção mínima de sua exposição a outras moedas, com a política conservadora de não assumir operações que possam comprometer sua posição financeira.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo, ao mesmo tempo em que concentra seu endividamento no longo prazo em vencimentos distribuídos de forma a não causar concentrações em um único ano.

29.2 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

Os ativos e passivos financeiros da Companhia são classificados conforme as categorias abaixo:

							Controladora
Ativos financeiros	Empréstimos e Recebíveis		Mensurados a Valor justo por meio de Resultado		Mantidos para negociação		
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10	
	Caixa e equivalentes de caixa	542.407	91.899	-	-	-	-
	Aplicações financeiras	70.411	54.685	-	-	968.067	2.107.625
Valores a receber - clientes	290.387	392.120	-	-	-	-	
Titulos a receber - derivativos	-	-	17.358	-	-	-	
Partes relacionadas	1.638.475	1.130.316	-	-	-	-	
Ativos financeiros totais	2.541.680	1.669.020	17.358	-	968.067	2.107.625	
							Consolidado
Passivos financeiros	Passivos financeiros ao custo amortizado		Mensurados a Valor justo por meio de Resultado		Mantidos até o vencimento		
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10	
	Fornecedores	340.293	341.911	-	-	-	-
	Empréstimos e financiamentos	5.254.037	5.305.588	-	-	-	-
Derivativos	-	-	174.019	138.914	-	-	
Juros sobre debêntures	-	-	-	-	100.810	132.000	
Passivos financeiros totais	5.594.330	5.647.499	174.019	138.914	100.810	132.000	
							Consolidado
Ativos financeiros	Empréstimos e Recebíveis		Mensurados a Valor justo por meio de Resultado		Mantidos para negociação		
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10	
	Caixa e equivalentes de caixa	1.396.928	682.364	-	-	-	-
	Aplicações financeiras	70.411	54.685	-	-	2.254.134	3.146.997
Valores a receber - clientes	1.308.814	1.361.945	-	-	-	-	
Titulos a receber - derivativos	-	-	29.561	-	-	-	
Ativos financeiros totais	2.776.153	2.098.994	29.561	-	2.254.134	3.146.997	
							Consolidado
Passivos financeiros	Passivos financeiros ao custo amortizado		Mensurados a Valor justo por meio de Resultado		Mantidos até o vencimento		
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10	
	Fornecedores	2.604.311	2.310.763	-	-	-	-
	Empréstimos e financiamentos	10.942.076	9.227.805	-	-	-	-
Derivativos	-	-	214.645	148.875	-	-	
Juros sobre debêntures	-	-	-	-	100.810	132.000	
Passivos financeiros totais	13.546.387	11.538.568	214.645	148.875	100.810	132.000	

Os detalhes das políticas contábeis e dos métodos adotados (incluindo critérios de reconhecimento, bases de mensuração e critérios de reconhecimento de ganhos e perdas), para cada classe de instrumento financeiro e de patrimônio, estão apresentados na nota 3.

29.3 COMPARAÇÃO DO VALOR DE MERCADO E DOS RESPECTIVOS VALORES JUSTOS

Segue apresentação do valor de mercado dos instrumentos financeiros:

	Consolidado			
	set/11		dez/10	
	Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	1.396.928	1.396.928	682.364	682.364
Aplicações Financeiras	2.324.545	2.324.545	3.201.682	3.201.682
Valores a receber - clientes	1.308.814	1.308.814	1.361.945	1.361.945
Fornecedores	2.604.311	2.604.311	2.310.763	2.310.763
Empréstimos e financiamentos	10.942.076	10.942.076	9.227.805	9.227.805
Derivativos	185.084	185.084	148.875	148.875
Juros sobre debêntures	100.810	100.810	132.000	132.000
Debentures	593.624	593.624	-	-

O valor justo dos instrumentos financeiros é similar ao valor contábil e refletem substancialmente os valores que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. No entanto, por não possuírem um mercado ativo, poderiam ocorrer variações caso a Companhia e suas controladas resolvessem liquidá-los antecipadamente.

29.4 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez decorre da gestão de capital de giro da Companhia e controladas e da amortização dos encargos financeiros e principal dos instrumentos de dívida. É o risco que a Companhia e suas controladas encontrarão dificuldade em cumprir as suas obrigações financeiras vincendas.

A Companhia e suas controladas administram seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem a um retorno aos acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

29.4.1 Gestão de capital

	Consolidado	
	30/09/11	31/12/10
Caixa e equivalente de caixa no curto prazo	3.713.113	3.876.356
Empréstimos e financiamentos no curto prazo	2.235.711	2.852.561
Indicador de Liquidez modificado	1,66	1,36
Indicador de alavancagem	4,04x	3,07x

A gestão de capital é feita com o objetivo de se definir a melhor estrutura de financiamentos para a Companhia e suas controladas.

Os principais indicadores para monitoramento dessa gestão é o indicador de liquidez imediata modificado, representado pela relação entre o caixa e equivalentes de caixa e o indicador de alavancagem, - endividamento circulante (curto prazo); e o Indicador de alavancagem - acompanhamento da relação da dívida líquida (endividamento total menos o caixa e equivalentes de caixa) sobre “EBITDA” em níveis considerados administráveis para a continuidade das operações.

Com base na análise desses indicadores, é definida a gestão de capital de giro de forma a manter a alavancagem natural da Companhia e suas controladas em níveis iguais ou inferiores ao índice de alavancagem que a Administração considera como adequado.

A tabela a seguir apresenta os prazos contratuais (representando fluxos de caixa contratuais não descontados) de passivos financeiros:

30 de setembro de 2011	Consolidado					
	2011	2012	2013	2014	Após	Total
Fornecedores	2.604.311	-	-	-	-	2.604.311
Empréstimos e Financiamentos	1.013.573	1.632.658	1.982.513	2.701.959	3.611.373	10.942.076
Passivos financeiros derivativos	68.585	1.266	2.167	17.176	125.451	214.645
Juros sobre debêntures	-	100.810	-	-	-	100.810
Total	3.686.469	1.734.734	1.984.680	2.719.135	3.736.824	13.861.842

31 de dezembro de 2010	2011	2012	2013	2014	Após	Total
Fornecedores	2.310.763	-	-	-	-	2.310.763
Empréstimos e Financiamentos	2.852.561	1.333.730	1.254.948	1.445.765	2.340.801	9.227.805
Passivos financeiros derivativos	134.808	8.236	4.238	-	1.593	148.875
Juros sobre debêntures	132.000	-	-	-	-	132.000
Total	5.430.132	1.341.966	1.259.186	1.445.765	2.342.394	11.819.443

29.5 ADMINISTRAÇÃO DE RISCO DE TAXAS DE JUROS

Refere-se ao risco de a Companhia vir a sofrer perdas econômicas devido a alterações adversas nas taxas de juros. Esta exposição se trata, principalmente, da mudança nas taxas de juros de mercado que afetem passivos e ativos da Companhia indexados pela taxa TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), LIBOR (*London Interbank Offered Rate*), ou CDI (Taxa de juros dos Certificados de Depósitos Interbancários).

Visando minimizar os custos de serviço da dívida, a Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Os controles internos utilizados no gerenciamento de risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculos com o devido acompanhamento das operações realizadas e o cálculo de VaR (*Value at Risk*) para um dia, com o intervalo de confiança de 95%.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia e suas controladas em 30 de setembro de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 está a seguir apresentado:

Exposição à taxa CDI:

	Consolidado	
	30/09/11	31/12/10
NCE (R\$ e US\$) / Capital de giro (R\$)	2.573.785	2.679.510
(-) CDB-DI (R\$)	(768.911)	(1.596.194)
Subtotal	1.804.874	1.083.316

Exposição à taxa LIBOR

Pré-pagamento (US\$)	2.635.540	2.629.232
Capital de giro (US\$)	209.497	186.758
Financiamento parque industrial (US\$) / Conta garantida (US\$)	7.909	30.495
Subtotal	2.852.946	2.846.485

Exposição à taxa TJLP:

FINAME / FINEM / FINEP	52.062	64.454
Subtotal	52.062	64.454
TOTAL	4.709.882	3.994.255

A Companhia contratou operações de “swap”, não especulativos para minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de juros na liquidação de suas operações de empréstimos e financiamentos, conforme abaixo:

Marfrig Alimentos S.A.

Instrumento	Registro	Vencimento	A receber	A pagar	Valor de referência US\$ (nocional) (2)	Valor Justo R\$ (1)	30/09/11	31/12/10
							Valor a receber (-) pagar	Valor a receber (-) pagar
Swap Taxa Juros	CETIP	2012	Libor maior 2,06	Libor menor 2,06	76.800 (2)	119.892 (2)	(1.266)	(2.032)
Swap Taxa Juros	CETIP	2013	Libor maior 2,39	Libor menor 2,39	50.000 (2)	78.055 (2)	(2.166)	(3.197)
Swap Taxa Juros	CETIP	2014	Libor maior 3,06%	Libor menor 3,06%	423.889 (2)	661.733 (2)	(17.177)	(14.902)
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	Maior VC USD + 7,85%	Menor VC USD + 7,85%	441.027 (2)	690.178 (2)	(94.838)	-
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	Menor Libor VC USD + 5,5%	Maior Libor VC USD + 5,5%	225.000 (2)	351.248 (2)	17.358	-
Swap Taxa Juros	CETIP	2015	Libor maior 1,7%	Libor menor 1,7%	120.000 (2)	187.332 (2)	(9.183)	(5.387)
Swap Taxa Juros	CETIP	2018	Maior VC USD + 8%	Menor VC USD + 8%	119.654 (2)	186.791 (2)	21.430	-
					<u>1.456.370</u>	<u>2.275.229</u>	<u>(85.842)</u>	<u>(25.518)</u>
Swap Taxa Juros	(3)	2011	Maior VC USD + 3,15%	Menor VC USD + 3,15%	100.000	185.440	(1.926)	-
Swap Taxa Juros	(3)	2012	Menor 0,22%	Maior 2,75%	25.000	39.028	(571)	(225)
Swap Taxa Juros	(3)	2012	Libor menor 2,235%	Libor maior 2,235%	100.000	156.110	(3.982)	(5.079)
Swap Taxa Juros	(3)	2013	Libor menor 2,375	Libor Maior 2,375	34.576	53.976	(1.887)	(2.098)
Swap Taxa Juros	(3)	2013	Maior VC USD + 5,72%	Menor VC USD + 5,72%	106.552	169.822	(22.587)	-
					<u>366.128</u>	<u>604.376</u>	<u>(30.953)</u>	<u>(7.402)</u>
					<u>1.822.498</u>	<u>2.879.605</u>	<u>(116.795)</u>	<u>(32.920)</u>

(1) O valor informado é apurado através do método "Mark-to-Market" (MIM) mais o prêmio que houver, que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base nas curvas de mercado, extraídas da base de dados da Bloomberg e da BM&FBovespa

(2) O valor de referência (nocional) não está condicionado a uma operação de hedge. O mesmo apenas é base para os fluxos de pagamento, os quais estão atrelados a taxa Libor (Libor Interbank Offered Rate), que por sua vez está fixada.

(3) Operação bi-lateral/balcão. Não possui registro em câmara de custódia/liquidação

29.6 ADMINISTRAÇÃO DE RISCO DE PREÇOS DE "COMMODITIES"

Em suas atividades a Companhia e suas controladas efetivam a compra de certas "commodities" como: gado, grãos e energia, os quais são os maiores componentes individuais do custo de produção e estão sujeitos a determinadas variáveis.

O preço do gado adquirido de terceiros está diretamente relacionado às condições de mercado, sofrendo influência da disponibilidade interna e níveis de demanda no mercado internacional.

No tocante ao milho e farelo de soja ("grãos"), os mesmos estão sujeitos à volatilidade gerada pelas condições climáticas, rendimento de safra, custos com transportes, custos com armazenagem, política agrícola, taxas de câmbio, cotação internacional e outras, o que está fora do controle da Administração.

Há exposições à variação do preço do combustível diesel e gasolina ("energia"), cujas oscilações são decorrentes de fatores externos à Administração.

No intuito de diminuir o impacto das "commodities", a Companhia e suas controladas administram os níveis de estoque, mantêm confinamento de gado e negociam instrumentos financeiros derivativos de mercado futuro.

Os controles internos utilizados no gerenciamento de risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculos com o devido acompanhamento das operações realizadas e o cálculo de VaR (*Value at Risk*) para um dia, com o intervalo de confiança de 95%.

A controladora e as suas subsidiárias controladas contratam instrumentos financeiros com o objetivo de reduzir o risco de preço relacionado às necessidades das *commodities* para um período de até 12 meses.

Parte substancial dos referidos instrumentos financeiros de proteção advêm do mercado futuro, tendo como contraparte a bolsa CBOT - *Chicago Board of Trade*, cujas entregas físicas ("*deliverable*") dos itens não financeiros são efetivadas. Em 30 de setembro de 2011, instrumentos financeiros cobriam 5% das necessidades previstas de compra de gado no Brasil; na Keystone 74,5% das exposições de energia e 95,3% de cobertura para a exposição de grãos, para uma necessidade prevista em 2011, sendo nesses dois últimos realizados em nome de seus clientes.

29.7 ADMINISTRAÇÃO DE RISCO DE CRÉDITO

A Companhia e as suas controladas estão sujeitas ao risco de crédito. O risco de crédito trata de prejuízos financeiros do grupo caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem em grande parte dos recebíveis.

A Companhia e as suas controladas limitam suas exposições através de análise de crédito e gestão da carteira de clientes, buscando minimizar a exposição econômica a um dado cliente e/ou mercado que possa vir a representar perdas expressivas.

As avaliações realizadas são baseadas nos fluxos de informações e de monitoramento do volume de compras no mercado. Os controles internos englobam a atribuição de limites de crédito.

A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia e suas controladas são os valores a receber de clientes apresentados na nota explicativa n.º 5. O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como provisão para risco de crédito, na referida nota.

29.8 ADMINISTRAÇÃO DE RISCO CAMBIAL

Trata-se do risco de que alterações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras possam fazer com que a Companhia e suas controladas incorram em prejuízos, levando a uma redução dos valores dos ativos ou aumento dos valores das obrigações. A principal exposição à qual a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, se refere à flutuação do dólar dos EUA em relação ao real.

Como aproximadamente 73% das receitas da Companhia são originadas em outras moedas que não o Real, a Companhia possui um “*hedge*” natural para fazer frente aos vencimentos de suas futuras obrigações em moeda estrangeira. Os controles internos utilizados no gerenciamento de risco e cobertura são feitos através de planilhas de cálculos com o devido acompanhamento das operações realizadas e o cálculo de VaR (*Value at Risk*) para um dia, com intervalo de confiança de 95%.

A Companhia também mantém uma sólida política financeira, com manutenção de elevado saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo em renomadas instituições financeiras.

Acreditamos que a política financeira consistente da Companhia e suas controladas, alicerçada em sua estrutura de capital bem distribuída, fornece condições para consolidar o aproveitamento das sinergias com as aquisições realizadas.

Posição em moeda estrangeira e derivativos em aberto

Os ativos e passivos em moeda estrangeira são assim demonstrados:

			Controladora
			Efeitos no resultado
			Variação cambial
EXPOSIÇÃO			2011
Descrição	30/09/11	31/12/10	
OPERACIONAL			
Contas a receber	499.617	385.032	76.052
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(407.021)	(230.860)	(51.850)
Importações a pagar	(50.695)	(45.746)	(4.227)
Subtotal	<u>41.901</u>	<u>108.426</u>	<u>19.975</u>
FINANCEIRO			
Empréstimos e financiamentos	(3.670.610)	(3.658.436)	(422.549)
Títulos a pagar	(6.364)	(8.842)	3.274
ACC	(155.781)	(293.580)	(11.920)
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	285.636	252.274	1.460
Subtotal	<u>(3.547.119)</u>	<u>(3.708.584)</u>	<u>(429.735)</u>
TOTAL	<u>(3.505.218)</u>	<u>(3.600.158)</u>	<u>(409.760)</u>
Variação cambial ativa			233.625
Variação cambial passiva			(643.385)
Variação cambial líquida			<u>(409.760)</u>

(*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

			Consolidado
EXPOSIÇÃO			Efeitos no resultado
			Variação cambial
Descrição	30/09/11	31/12/10	2011
OPERACIONAL			
Contas a receber	1.070.651	533.385	217.008
Adiantamento de cambiais entregues - ACEs	(824.044)	(281.291)	(51.850)
Importações a pagar	(197.923)	(182.389)	(1.856)
Outros	(41.311)	25.447	(844)
Subtotal	<u>7.373</u>	<u>95.152</u>	<u>162.458</u>
FINANCEIRO			
Empréstimos e financiamentos	(8.166.531)	(6.224.551)	(734.140)
Títulos a pagar	(58.762)	(49.664)	(3.269)
ACC	(453.713)	(712.267)	(96.267)
Saldo de bancos e aplicações financeiras (*)	664.782	263.231	(2.974)
Outros	(19.238)	(19.262)	(4.721)
Subtotal	<u>(8.033.462)</u>	<u>(6.742.513)</u>	<u>(841.371)</u>
TOTAL	<u>(8.026.089)</u>	<u>(6.647.361)</u>	<u>(678.913)</u>
Variação cambial ativa			509.089
Variação cambial passiva			<u>(1.188.002)</u>
Variação cambial líquida			<u>(678.913)</u>

(*) Referem-se apenas a saldo de bancos e aplicações financeiras que geraram variação cambial.

As posições de derivativos em aberto em 30 de setembro de 2011 são apresentadas abaixo:

Instrumento	Registro	Vencimento	Termo	Moeda		Valor de referencia USD (nocial)	Valor de referencia R\$ (nocial)	30/09/11
				Comprado	Vendida			Valor justo a receber (-) pagar (1) - R\$ - Mil
NDF	CETIP	out/2011	1,727	R\$	US\$	225.000	423.000	(25.409)
NDF	CETIP	dez/2011	1,817	R\$	US\$	120.000	225.600	(2.550)
Sub Total						<u>345.000</u>	<u>648.600</u>	<u>(27.959)</u>
Forward	(3)	out/2011	1,41	USD	EUR	4.200	7.896	468
Forward	(3)	nov/2011	1,44	USD	EUR	4.460	8.385	574
Forward	(3)	dez/2011	1,39	USD	EUR	4.200	7.896	259
NDF	(3)	out/2011	18,74	UYU	USD	(5.600)	(10.528)	111
NDF	(3)	nov/2011	18,87	UYU	USD	(5.600)	(10.528)	110
NDF	(3)	dez/2011	19,64	UYU	USD	(6.100)	(11.468)	175
NDF	(3)	out/2011	517,71	CLP	USD	8.472	15.927	491
Sub Total						<u>4.032</u>	<u>7.580</u>	<u>2.188</u>
Total						<u>349.032</u>	<u>656.180</u>	<u>(25.771)</u>

(1) O valor informado é apurado através do método "Market to Market" (MtM) mais o prêmio que houver, que consiste em apurar o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base nas curvas de mercado, extraídas da base de dados da "Bloomberg" e da BM&FBovespa.

(2) Operação bi-lateral/balcão. Não possui registro em câmara de custódia/liquidação.

29.9 MARGENS DADAS EM GARANTIA

A Companhia não possui valor monetário em garantia para as operações de derivativos junto à bolsa de mercadorias e futuros em 30 de setembro de 2011.

29.10 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

No intuito de prover informações do comportamento dos riscos de mercado que a Companhia e suas controladas estão expostas em 30 de setembro de 2011, são considerados três cenários, sendo que o cenário provável é o valor justo na data de 30 de setembro de 2011 e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, denominados de Possível e Remoto, respectivamente. A fonte de informação foi a Bloomberg.

No caso de moedas, foi utilizada a curva futura do mercado do dia 30 de setembro de 2011, onde o valor de referência era de R\$/US\$ 1,8544. Para a taxa de juros o valor em 30 de setembro de 2011 para a *Libor* de 1 mês estava em 0,239%, a *Libor* de 3 meses estava em 0,374% e a *Libor* de 6 meses estava em 0,558%.

Seguem abaixo os cenários de sensibilidade:

CENÁRIO DE STRESS - SWAP			
Instrumento	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Controladora	(85.842)	(234.839)	(308.199)
Controladas	(30.953)	(42.739)	(53.938)
	<u>(116.795)</u>	<u>(277.578)</u>	<u>(362.137)</u>

** No cálculo dos cenários, foram utilizados as curvas futuras da fonte Bloomberg e deterioradas, este resultado foi trazida a valor presente.

CENÁRIO DE STRESS - TERMO DE MOEDA			
Instrumento	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Controladora	(27.959)	(204.231)	(366.381)
Controladas	2.188	(633.815)	(1.264.237)
	<u>(25.771)</u>	<u>(838.046)</u>	<u>(1.630.618)</u>

** No cálculo dos cenários, foram utilizados as curvas futuras da fonte Bloomberg e deterioradas, este resultado foi trazida a valor presente.

No período findo em 30 de setembro de 2011, o resultado financeiro líquido com derivativos totalizou uma despesa de R\$199.178, sendo R\$206.348 relativos às despesas e R\$7.170 relativos às receitas.

Os ativos e passivos apresentados no balanço patrimonial na rubrica “títulos a receber” “títulos a pagar”, referentes às operações com derivativos, as quais têm o objetivo de proteção patrimonial, estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/11	31/12/10	30/09/11	31/12/10
Swap	(85.842)	(25.737)	(116.795)	(33.693)
Termo de moedas	(27.959)	(113.177)	(25.771)	(115.182)
Outros	(42.860)	-	(42.518)	-
	(156.661)	(138.914)	(185.084)	(148.875)

29.11 VALOR JUSTO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas utilizam as curvas de mercado da “Bloomberg” de cada derivativo, trazidas a valor presente na data da apuração, para obtenção do valor justo, à exceção dos derivativos de mercado futuro que têm os valores justos calculados com base nos ajustes diários das variações das cotações de mercado das bolsas de mercadorias e futuros que atuam como contraparte. O valor justo dos contratos de swap de taxa de juros é obtido calculando-se de forma independente as pontas ativa e passiva, trazendo-as ao seu valor presente.

De acordo com o IFRS 7, a Companhia e suas controladas classificam a mensuração do valor justo de acordo com os níveis hierárquicos que refletem a significância dos índices utilizados nesta mensuração, conforme os seguintes níveis:

Nível 1: Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos ou indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos.

Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Conforme observado acima, os valores justos dos instrumentos financeiros, à exceção daqueles vencíveis no curto prazo, instrumentos de patrimônio sem mercado ativo e contratos com características discricionárias em que o valor justo não pode ser mensurado confiavelmente, estão apresentados por níveis hierárquicos de mensuração, abaixo:

	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>
Passivos não circulantes			
Derivativos	(116.795)	-	-

Administração entende que os resultados obtidos com estas operações de derivativos atendem à estratégia de gerenciamento de risco adotada pela Companhia e suas controladas.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro foram apurados conforme legislação em vigor, bem como em conformidade com o Regime Tributário de Transição - RTT, previsto na Medida Provisória nº 449/2008.

Os cálculos do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, bem como suas respectivas declarações, quando exigidas, estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por exercícios e prazos variáveis em relação à respectiva data do pagamento ou entrega da declaração de rendimentos.

Demonstramos o cálculo e a conciliação do montante de imposto de renda e da contribuição social apresentados no resultado do período:

Marfrig Alimentos S.A.

Tributo	Controladora		Consolidado		
	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10	
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	(901.384)	(95.580)	(1.066.975)	(329.583)	
Adições	-	-	-	-	
Adições do IRPJ	443.845	252.976	411.397	516.165	
Adições do CSL	443.845	234.008	354.160	494.049	
(-) Exclusões					
(-) Exclusões do IRPJ	(307.702)	(502.459)	(716.651)	(1.055.089)	
(-) Exclusões do CSL	(307.702)	(502.459)	(705.093)	(1.046.611)	
Base de cálculo	-	-	-	-	
Base de cálculo do imposto de renda	(765.241)	(345.063)	(1.372.230)	(868.507)	
Base de cálculo da contribuição social	(765.241)	(364.031)	(1.417.908)	(882.145)	
Empresas com prejuízo fiscal	-	-	690.278	(730)	
Empresas com base negativa	-	-	748.471	(726)	
Base de cálculo ajustada IRPJ	(765.241)	(345.063)	(681.952)	(869.237)	
Base de cálculo ajustada CSLL	(765.241)	(364.031)	(669.437)	(882.871)	
(-) Compensação de prejuízo fiscal	-	-	(6.940)	-	
(-) Compensação de base negativa de CSL	-	-	(5.993)	-	
(-) Compensação de prejuízo fiscal	-	-	-	-	
(-) Compensação com base negativa CSLL	-	-	-	-	
Base de cálculo após compensação					
Base de cálculo após compensação IRPJ	(765.241)	(345.063)	(688.892)	(869.237)	
Base de cálculo após compensação CSL	(765.241)	(364.031)	(675.430)	(882.871)	
Imposto de renda (15%)	-	-	(17.453)	(5.537)	
Adicional (10%)	-	-	(5.371)	(3.701)	
(-) PAT	-	-	330	10	
Imposto de renda total	-	-	(22.494)	(9.228)	
Contribuição social (9%)	-	-	985	(1.537)	
	-	-	(21.509)	(10.765)	
Diferença de alíquota sobre os resultados do exterior	-	-	51.644	(12.379)	
Total de tributos	-	-	30.135	(23.144)	
Efeito na Demonstração de Resultados	-	-	30.135	(23.144)	
Tributo	Grupo				
(-) Imposto de renda - Corrente	Passivo circulante	30/09/11	30/09/10	30/09/11	30/09/10
		-	-	(29.150)	(21.607)
Imposto de renda diferido - Ativos (1)	Ativo não circulante	212.485	43.821	320.649	268.394
Imposto de renda diferido - Passivo (1)		3.658	15.640	60.377	(15.447)
Líquido	Resultado	216.143	59.461	351.876	231.340
(-) Contribuição social - corrente	Passivo circulante	-	-	(985)	(1.537)
Contribuição social diferida - Ativa (1)	Ativo não circulante	76.494	17.484	106.884	83.265
Contribuição social diferida - Passiva (1)		1.317	3.618	1.770	1.498
Líquido	Resultado	77.811	21.102	107.669	83.226

- (1) Referem-se ao imposto de renda diferido e a contribuição social diferida, apurados sobre: os tributos com exigibilidade suspensa (provisões) que foram adicionados na apuração do lucro real e da base de cálculo da contribuição social; aproveitamento fiscal de ágio pago sobre rentabilidade futura; e prejuízo fiscal / base negativa de CSL, os quais estão demonstrados na nota explicativa 10.

31. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Companhia tem atuado em seu papel no desenvolvimento e responsabilidade social em todos os países em que opera. Em 2007 foi criado o Departamento de Ação Social, o qual é responsável por tais projetos.

Anualmente, a Companhia tem contribuído com um volume crescente de recursos financeiros e capital humano para hospitais, entidades beneficentes e projetos sociais, destinando inclusive parte de sua produção para comunidades carentes em diversas regiões brasileiras.

Para a sustentabilidade das operações do Grupo Marfrig, a Companhia busca tomar todas as medidas para preservar o meio ambiente e gerar um impacto positivo nas comunidades em que atua.

São realizadas reuniões com a presença de diretores da Companhia, nas quais são definidos os projetos e estabelecidas as metas na área ambiental. Entre os projetos de redução de emissões de gases do efeito estufa (créditos de carbono) em andamento, podem ser citados: (i) a geração de energia elétrica utilizando biomassa; (ii) a substituição de combustível fóssil por sebo nas caldeiras de suas plantas; e (iii) o tratamento de efluentes em reatores anaeróbicos (biodigestores) com captura e queima do gás metano. Além disso, foi implantado o tratamento de efluentes via biodigestores nas plantas de Bataguassu, Porto Murinho, Tangará da Serra, Promissão I e II e, se constatado viável pelas pesquisas de desenvolvimento, será implantado também nas plantas de Mineiros, Chupinguaia, Paranatinga e São Gabriel.

Em julho de 2011, o Grupo Marfrig concluiu o primeiro inventário de gases do efeito estufa em todas as plantas presentes em 22 países pelo mundo. O inventário traz os dados de emissão de gases CO₂ do Grupo e será o principal guia para que sejam desenvolvidos estudos, realizados projetos e ampliadas as ações com o objetivo de reduzir as emissões. O inventário permitiu à companhia disponibilizar suas informações consolidadas sobre emissões, em nível Brasil, no GHG Protocol Brasil e, em nível global, no CDP - *Carbon Disclosure Project*.

No tocante à compra de gado no Brasil, a Companhia segue a política de não adquirir gado de fazendas incluídas na relação de áreas embargadas relacionadas na Portaria IBAMA nº 19, de 2 de julho de 2008 e Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007 e em suas atualizações disponibilizadas, bem como na Lista Suja do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho e Emprego (Portaria 540/2004, de 15/10/2004), agindo proativamente em relação a produtores que descumprem as legislações vigentes e providenciando imediatamente o seu descredenciamento na relação de fornecedores de animais para corte.

A Companhia reitera que adota práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes, inclusive sendo signatária do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e do Pacto Conexões Sustentáveis desde outubro de 2008, nos quais a Marfrig se compromete com a manutenção e fiscalização de suas relações comerciais, respeitando códigos de ética e humanitários.

A partir de 22 de junho de 2009 a Companhia se comprometeu a não adquirir e abater ou comercializar bovinos originários de áreas do Bioma Amazônico que tenham sido desmatadas a partir desta data, demonstrando o comprometimento em buscar uma solução de desenvolvimento sustentável para a pecuária. Nesse sentido, a partir da referida data e por solicitação da Companhia, os auditores independentes realizam procedimentos específicos de revisão das aquisições de gado, de forma a corroborar o compromisso assumido.

A Companhia compromete-se a trabalhar em parceria com os governos estaduais e em especial com o do Estado do Mato Grosso no Programa MT Legal e com a sociedade brasileira no desenvolvimento de um Programa de Garantia de Origem dos Animais, incluindo a adesão de seus fornecedores que fazem a engorda dos bovinos com animais provenientes de outras propriedades para:

- Controlar e a origem dos bovinos para abate de forma a não serem de áreas embargadas pelo IBAMA ou que constam da lista do trabalho escravo do Ministério do Trabalho e Emprego.
- Implantar um plano de controle sobre as propriedades de fornecedores para que estas não adquiram animais de fazendas incluídas na lista de áreas embargadas pelo IBAMA ou que constem da lista do MTE do trabalho escravo.

Também serão objetivos da Marfrig, como parte de sua política de sustentabilidade:

- Desenvolver junto aos pecuaristas as boas práticas socioambientais.
- Implantar o Programa de Impulso Pecuário, que é a capacitação e valorização de boas práticas para melhorar a produtividade no campo, a exemplo do que as controladas da Companhia já desenvolvem na Argentina e no Uruguai.
- Disponibilizar os resultados dos programas acima citados para consulta.
- Implantar o cadastramento socioambiental nas propriedades fornecedoras de gado, elevando os padrões de adequação e assegurando o comprometimento com a sustentabilidade em toda a cadeia.

A Companhia reitera que já segue a rígida conduta de não adquirir gado de fazendas incluídas na relação de áreas embargadas, agindo proativamente em relação a produtores que descumprem as legislações vigentes e providenciando imediatamente o seu descredenciamento na relação de fornecedores de animais para corte e que já adota práticas adequadas às legislações ambientais e trabalhistas vigentes.

Mostrando ainda mais nossa real jornada em prol da sustentabilidade, foi criado em Abril de 2011, o Instituto Marfrig de Sustentabilidade, cujo foco de entidade sem fins lucrativos visa apoiar projetos sustentáveis junto às comunidades.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Em 13 de outubro de 2011, a Marfrig anunciou a implementação de um conjunto de ações com o objetivo de reduzir custos e aumentar margens operacionais, dando continuidade à estratégia de otimização de sua plataforma operacional com foco nas principais competências da companhia (core-business). Dentre as ações anunciadas estão:
 - A mudança na estrutura organizacional de Bovinos Global, com os CEOs das operações da Argentina e do Uruguai passando a se reportar ao Sr. James Cruden. A mudança reduz o número de *reports* diretos ao CEO do Grupo e proporciona ganhos de eficiência com reflexos em redução de custos nas áreas comercial, industrial, logística e administrativa.
 - A criação do centro de serviços compartilhados do Grupo Marfrig (MSC - Marfrig Serviços Compartilhados), um departamento dedicado a unificar e compartilhar diversos serviços administrativos comuns em cada divisão de negócios, aperfeiçoando o nível de serviço do Grupo. O MSC entrou em operação no dia 17 de outubro, contemplando inicialmente a divisão Seara com previsão de implementação na unidade Bovinos Brasil até o fim de 2012 e expansão para as demais unidades do Grupo no exterior no médio prazo.
 - A mudança do management da Seara de Itajaí (SC) para São Paulo (SP). A partir de 17 de outubro os diretores da Seara passaram a compartilhar o escritório da sede da Holding do Grupo, em São Paulo, agilizando assim a tomada de decisão e o desenvolvimento estratégico, além de contribuir para a promoção do trabalho em equipe e redução do tempo e dos gastos com deslocamentos.
 - A entrada em operação do novo Centro de Distribuição do Grupo Marfrig, em Cajamar (SP), localizado em um terreno de 800.000 m² à margem da Rodovia Anhanguera e com acesso privilegiado às principais rodovias do Estado e Capital. Com capacidade inicial de estocagem de 11.000 posições, o CD atenderá os clientes da Grande SP e interior do Estado, num raio de até 300 km.

Marfrig Alimentos S.A.

- Em 19 de outubro de 2011, a Marfrig informou ao mercado que seus acionistas controladores, quais sejam, a MMS Participações S.A., o Sr. Marcos Antonio Molina dos Santos, e a Sra. Márcia Aparecida Pascoal Marçal, passaram, em conjunto, a deter aproximadamente 45,01% do capital social total da Companhia. “Estas aquisições feitas através da BM&FBOVESPA e consequente aumento de participação no Capital Social da Companhia são motivadas pela minha confiança nos sólidos fundamentos da Companhia e em seu significativo potencial de criação de valor”, declara Marcos Antonio Molina dos Santos, CEO e presidente do Conselho de Administração do Grupo Marfrig.

* * *